



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 2/2025-----

-----1ª Sessão Ordinária de 2025 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 24 de Fevereiro de 2025 -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário e **José Júlio de Jesus Ferreira**, p/la Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 30 de janeiro de 2025, a Senhora Deputada Municipal **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, pelo que foi chamada a assumir as funções de membro afetivo a **Senhora Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes**. -----

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Jorge Daniel Alves de Melo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Chega	Jorge Daniel Alves de Melo	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Rodrigo Jorge Jeremias
BE	Marco Paulo Rodrigues Pereira	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Marilu Veiga Santana
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	41 dias	19/02/2025 A 31/03/2025	Ricardo Jorge Viana
PSD	Ricardo Jorge Viana	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Bruno Miguel Candeias
PAN	Daniela Marlene Duarte	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Ricardo Nuno Cândido
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	9 dias	09/02/2025 A 28/02/2025	José Luis Mateus Barbudo
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	24/02/2025	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	24/02/2025	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	24/02/2025	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	24/02/2025	Maria de Lurdes Reis

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Jorge Alexandre Perdigão Pereira de Vasconcelos	Vereador - CHEGA
---	------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **1ª Sessão Ordinária de 2025**, cumprimentando todos os presentes, e referindo que vão iniciar a Primeira Sessão Ordinária de 2025, e cumpre-lhe fazer aqui, face ao pedido de renúncia de mandato da senhora deputada municipal Ângela Venâncio Quadros, tomou hoje posse como efetiva a senhora deputada Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes que já cá tinha estado, mas em substituição e, portanto, neste momento fica como efetiva. Fizemos aqui uma recomposição das bancadas partidárias, uma vez que neste momento a bancada do “Portimão Mais Feliz”, da Coligação “Portimão Mais Feliz” tem três deputados e, portanto, mas, de resto ficam todos nas posições em que estavam, há apenas mais um lugar do lado direito, do meu lado direito. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada 1 inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, à única cidadã inscrita, **Gabriela Ventura**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «O meu nome é Gabriela Ventura. Faço assessoria e direção às duas sociedades que estão aqui, que hoje pretendo falar. A Sodilagoa e a Sodiportimão. No passado dia seis de dezembro, enviei para o município, com os seguintes destinatários, Álvaro Bila, Teresa Mendes, urbanismo ponto online, João Gamboa, Patrícia Santana, Ricardo Tomé, Paulo Guerreiro, José Cardoso, Sandra Pereira, Eduardo Catarino, Rui André, Ana Fazenda, Luís Carito, Pedro Xavier, um e-mail onde solicitava uma reunião de caráter urgente, face à reunião que tinha a ocorrido no dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro. Neste e-mail, fiz uma apresentação, relativamente à situação da empresa Sodiportimão. A empresa Sodiportimão é exploradora do edifício INTERMARCHÉ no Cabeço do Mocho. Entrou um pedido de informação prévia, para um posto de abastecimento de combustível no dia, um do três de dois mil e vinte e três. No dia oito do três de dois mil e vinte e três, houve a confirmação do registo. No dia treze do três, houve um pedido de retificação de registo, no dia onze do cinco foi enviada a documentação. No dia oito do onze, houve um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ofício da Câmara referente ao pedido, falavam do terreno, foram levantadas questões sobre os acessos ao PAC, e não tem, e que não tinha parecer da ISQ, uma vez que o município não tem protocolo com esta entidade, não obriga a que seja o ISQ a dar um parecer de viabilidade, assim como não existe obrigatoriedade de ser entregue na apresentação do pedido, podendo ser posteriormente com a apresentação do processo de licenciamento. Este ofício chegou após a reunião do dia dezassete do onze de dois mil e vinte e três, obtivemos uma cópia. O original veio pelos Correios. No dia dezassete do três, tivemos uma reunião com a Senhora Arquiteta Otávia Rodrigues, que nos informou que teria havido um parecer desfavorável da Senhora Arquiteta Patricia Susana, que solicitaria um parecer remetendo para um esclarecimento do senhor Engenheiro Pedro Luz, da Rede Viária. Pedimos uma reunião de esclarecimento com o Senhor Pedro Luz, a reunião com o Senhor Pedro Luz ocorreu no dia vinte e um do onze de dois mil e vinte e três. Fomos esclarecidos quanto às questões de acesso ao PAC, bem como à capacidade de carros em espera, largura dos passeios a ser alterados. Falamos em também quanto a questões de acesso para o combate de incêndios. Deixámos o nosso total empenho e compromisso para chegarmos ao ponto do compromisso de retificar o projeto de forma a salvaguardar as questões levantadas na reunião, deixamos o compromisso que o senhor Engenheiro Costa Monteiro, responsável pela execução do projeto, estaria, entraria em contato para verificar as situações. Este contato nunca foi possível por indisponibilidade do município. A vinte e um do onze de dois mil e vinte e três, entre vinte e um do onze de dois mil e vinte e três e vinte do três de dois mil e vinte e quatro não obtivemos qualquer informação por parte dos serviços técnicos do ponto da situação do projeto. No dia vinte do três de dois mil e vinte e quatro, houve uma reunião de Câmara, ao qual o nosso projeto foi levado, ao qual, não tivemos qualquer informação. E que tal aconteceu por mera casualidade. Nesse dia, eu estive aqui nesta sala e expus as questões relativamente à situação. A exposição do requerente na presença do Senhor Vice-Presidente, Vereadores e Cidadãos. A loja Intermarché de Portimão após vários anos de ser administrada pelo Grupo Mosqueteiros, com resultado na ordem de centenas de milhares de euros de prejuízo, foi entregue ao aderente Philippe Bourroux, homem simples, honesto, trabalhador que dedica a sua vida às suas empresas. Importante esclarecer que o edifício Villa Marche. é propriedade da Alcapredial, sociedade imobiliária do Grupo Mosqueteiros, a loja supermercado Intermarché é um espaço arrendado pela sociedade Sodiportimão supermercados, Lda., cuja gerência é do aderente Sr. Philippe Bourroux, como empresário independente. Esta é a explicação para que não sejam confundidas as duas sociedades como um todo, porque na realidade são bem distintas, com responsabilidades bem diferentes. Alcapredial é o senhorio, é o responsável pela gestão e as questões relacionadas com o edifício, espaços envolventes, a Sodiortimão é o inquilino do supermercado responsável pela exploração do supermercado, responsável pela gestão da sociedade. O Senhor Philippe Bourroux, sabia que o esperava um grande desafio. Recuperar esta loja de Portimão com uma missão de não deixar fechar a loja e manter os postos de trabalho. Com a chegada em dezembro de dois mil e dezoito. Havia muito trabalho a fazer, organizar a loja, motivar os funcionários e chegar ao equilíbrio das contas. O primeiro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ano foi trabalho constante, com uma como a equipa estava motivada, a loja mais organizada e no final de dois mil e dezanove decide-se fazer um investimento de meio milhão de euros numa remodelação interna, de forma a dar uma imagem moderna mais atrativa, para os clientes e tornar a loja num espaço agradável. Mas em março de dois mil e vinte, quando decorriam as obras de remodelação, fomos obrigados a parar devido à chegada do COVID-19. Os trabalhos foram retomados assim que fosse possível. Agradeço a intervenção e quero salientar que estou há um ano à espera de poder falar. Os trabalhos foram retomados assim que foi possível, mas perdeu-se o impacto de uma grande reabertura e com uma nova imagem interior. A Alcapredial não conseguiu acompanhar a alteração da fachada. Para que este investimento, o Senhor Philippe Bourroux estivesse tomado em volume de vendas, o que tornou a vida desta sociedade ainda mais difícil. O investimento necessitava de ser amortizado. As vendas não aumentavam, os custos disparavam no fornecimento de energia e massa salarial. Desta forma, tornou-se imperativo encontrar uma solução que trouxesse à sociedade Sodiportimão, tesouraria, de forma a poder equilibrar as contas, evitando o encerramento da loja e a colocação de cinquenta postos de trabalho em risco, colocando estas famílias na precariedade. Na visão do Senhor Philippe Bourroux, seria necessário fazer mais um investimento na criação de um PAC, um posto de abastecimento de combustível que se transformaria numa forma da Sodiportimão, obter mais tesouraria e de forma até criar mais postos de trabalho. Durante a realização da reunião de Câmara para apresentação do senhor Philippe Bourroux, como aderente do supermercado Intermarché, do Cabeço do Mocho. Com o executivo Camarário na época foi comunicada a total impossibilidade de conseguir executar o PAC nos espaços verdes envolventes do edifício da Alcapredial, Uma vez, que o município de Portimão não autorizava. O senhor Philippe, procurou outro terreno nas imediações para poder, desta forma, implantar um PAC. Desta forma, surge um PIP no nome da Sodilagoa sociedade imobiliária Lda., da gerência do senhor Philippe Bourroux. Poderiam perguntar-se se o PAC é para a Sodiportimão. Porquê do processo estar em nome da Sodilagoa? A resposta é exatamente pelo que referi anteriormente, a Sodiportimão está financeiramente asfixiada, a lutar pelo seu equilíbrio financeiro e postos de trabalho dos colaboradores, não tendo capacidade para suportar mais um financiamento. Quando se questionam sobre a pertinência deste projeto, a resposta é a questão, quanto pertinente é deixar uma empresa de investir, ter equilíbrio financeiro de forma a manter e criar postos de trabalho. O representante do senhor Philippe Bourroux solicitou, no final da apresentação da reunião de Câmara do dia vinte do três de dois mil e vinte e quatro. Uma reunião com os órgãos técnicos do município, bem como com os responsáveis técnicos do projeto, para que se encontre um consenso entre as partes do projeto para que seja executado. Por sugestão do senhor vereador João Gamboa e do Senhor Vice-Presidente, na altura, os vereadores votaram em retirar o assunto da ordem de trabalhos e os serviços técnicos deveriam encontrar forma de viabilizar a pretensão do requerente e o senhor vereador João Gamboa dirigiu-se a informar que receberíamos o ofício com os trémitos do processo. Isso efetivamente aconteceu no dia dez do quatro. No dia dezassete do quatro de dois mil e vinte e quatro, tínhamos uma reunião agendada com o senhor Engenheiro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Pedro Luz. Neste dia tínhamos reunião marcada para as dez horas em que estaria presente o senhor Engenheiro Pedro Luz, o senhor Alexandre Araújo, na qualidade de representante do Grupo Mosqueteiros, eu, Gabriela Ventura como representante do senhor Philippe Bourroux e o senhor Engenheiro Costa Monteiro, na qualidade de autor do projeto PAC. Lamentavelmente à porta do vosso edifício enquanto aguardávamos pelo início da reunião, o senhor Engenheiro Costa Monteiro entrou em paragem cardiorrespiratória, mesmo com a intervenção do funcionário da Câmara, que fez massagens cardíacas e a respiração assistida e a intervenção dos bombeiros, o senhor Engenheiro Costa Monteiro acabou por não resistir e faleceu. Estes acontecimentos que para todos nós foram dolorosos e traumáticos, necessitou de tempo para reorganização interna do trabalho a desenvolver. Hoje dia vinte e quatro do dois de dois mil e vinte cinco, praticamente volvido um ano desde a reunião de Câmara, onde fiz uma intervenção e de acordo com a indicação do atual Senhor Presidente de Câmara e o Senhor vereador João Gamboa, o assunto foi retirado da ordem de trabalhos com indicação que deveria ser realizada uma reunião com o executivo, os técnicos do organismo, bem como com os técnicos do projeto. Estamos a aguardar a marcação dessa reunião desde o dia seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Passaram oitenta e um dias, mais precisamente cinquenta e quatro dias úteis, sem qualquer resposta. Se no ano, no passado dia vinte do três, informei todos os presentes na reunião das dificuldades económicas vividas pela sociedade, Sodiportimão, que apresentavam saldo negativo de cem mil euros, no final do exercício de fevereiro de dois mil e vinte e três. Hoje, perante vocês, estou aqui para vos dizer que o apuramento de resultados referentes ao exercício de dois mil e vinte e quatro terminou com saldo negativo de cento e quarenta mil euros. Temos feito todos os esforços para reduzir custos sem sacrificar postos de trabalho, mesmo com aumento de custos salariais. A Sodiportimão manteve os postos de trabalho. O aumento brutal dos custos de energia não se consegue contornar com fórmulas mágicas, só existe uma forma de fazer face ao custo das sociedades. Só existe uma forma de fazer face aos custos desta sociedade. Esta forma é um investimento e a criação de mais um serviço ao cliente de forma a aumentar fluxo de tesouraria, trazer à Sodiportimão para uma sociedade, para uma situação equilibrada nas suas contas. Poderão os presentes afirmar que não existe correlação entre os resultados da sociedade para Sodiportimão e o município, mas a verdade é que existe, neste caso em concreto, a vossa total ausência de interesse, resposta ou motivação para em conjunto com o investidor, encontrar uma forma, ou um compromisso em que, respeitando as exigências legais, possam chegar e fazer avançar este projeto de construção do posto de abastecimento, a vossa decisão ou falta delas os vossos pareceres ou falta deles, têm impacto na vida das pessoas. Sejam eles particulares ou sociedades empresariais. A sociedade Sodiportimão não terá capacidade financeira para continuar a suportar ano após ano. Os resultados negativos, estão em causa cinquenta postos de trabalho, cinquenta famílias que lamentavelmente, acabaram no desemprego. Esse, se esse dia chegar, qual será a postura deste município? Vai lavar as mãos? Sabendo que existe uma empresa em dificuldades, que depende de um investimento, sabendo que o município que a pretensão de investir, tem viabilidade, carecendo apenas de ajustes na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



implantação de acordo com as exigências deste município, sabendo que não só criará mais postos de trabalho, como permitirá manter os cinquenta atuais, se esse dia chegar, se esse dia chegar. A Sodiportimão será responsável financeira pelo encerramento do seu estabelecimento comercial. Mas o município de Portimão será o responsável político por esse desfecho. A única pretensão da Sodilagoa é, a prometida reunião para ratificação da implantação, porque cada minuto conta, cada dia que passa é menos um dia, uma vez que o Senhor Alexandre Araújo tem percorrido de edifício para edifício, à procura da marcação dessa reunião e não existe ninguém disponível para responder ou marcar a reunião. Desejo a todos os presentes uma boa noite, continuação de bom trabalho. Aguardo a marcação da reunião, muito grata pelo tempo dispensado. Meu nome Gabriela Ventura, representante da Sodilagoa e da Sodiportimão e dos seus 50 funcionários.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e referiu que ela fica registada, será transmitida como é óbvio pela Assembleia Municipal e depois o executivo dará a respetiva resposta àquilo que foi solicitado no seu requerimento oral. Digo apenas e só um pormenor, quando nós nos dirigimos à Câmara Municipal, é óbvio que cada munícipe fará o que entender quando deduz o seu requerimento, mas a figura que representa a Câmara Municipal é o Presidente da Câmara. Mandando o ofício para o Presidente da Câmara ele será distribuído aos serviços, é isso que se costuma fazer independentemente de querer dar conhecimento às outras entidades, nomeadamente vereadores, mas o Presidente da Câmara é quem representa o município. É só uma informação e é só de ponto de vista pedagógico, mais nada. Obrigada. Sim, eu não estou a dizer que não foi, eu estou a dizer que em regra, pronto. Obrigada. Vamos prosseguir os nossos trabalhos. E, portanto, vou pôr agora à votação as atas. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 6/2024 referente à 3ª Sessão Extraordinária de 2024, realizada em 19 de agosto de 2024. -----

-----**A ata nº 6/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes dessa reunião.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.7/2024 referente à 4ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 30 de setembro de 2024. -----

-----**A ata nº. 7/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que este pedido de intervenção prende-se com um voto de pesar que posteriormente entregará também aos serviços e pedirá para ser entregue às restantes bancadas. «Voto de pesar pelo Dr. Pedro Abreu. A bancada municipal do PSD na Assembleia Municipal de Portimão expressa, através deste voto de pesar, o seu profundo reconhecimento pelo legado de Filipe Manuel da Silva Abreu, uma figura incontornável da história política do concelho e um dos pilares da social-democracia em Portimão e no Algarve. -----

Desde muito jovem, Filipe Abreu entregou-se à causa pública e à defesa dos valores da democracia, da liberdade e da participação cívica. Militante número 1 do PSD de Portimão, foi uma voz ativa e respeitada ao longo» de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



várias »décadas, tendo desempenhado funções políticas com uma dedicação exemplar e um sentido e missão inabalável» reconhecido por todos. -----

«O seu percurso na vida pública, seja enquanto deputado à Assembleia da República, vereador da Câmara Municipal de Portimão ou líder da bancada municipal e membro desta Assembleia, foi sempre pautado por princípios sólidos e por uma inquestionável integridade. Nunca deixou de lutar por aquilo em que acreditava, sempre com uma frontalidade que granjeou o respeito tanto dos seus companheiros como» da grande, ou diria toda a plateia «dos seus adversários políticos. -----

O PSD de Portimão deve-lhe muito. Pelo seu esforço pessoal», em que em devida altura sempre tomou a iniciativa de manter todas as portas abertas, seja da sede, ou nos eventos que fazia «permitindo que várias gerações de jovens portimonenses pudessem crescer politicamente e afirmar a social-democracia no concelho».

----- Apostou ao longo da sua participação cívica em todas as faixas etárias, mas nomeadamente ficou vincada a sua aposta «em jovens candidatos e agregou várias gerações em torno de debate sempre com elevação política que é reconhecido por todos» os que acompanharam este percurso. «O seu trabalho incansável ajudou a estruturar a juventude política local, e nessa sua entrega ajudou Portimão enquanto concelho a ter melhores quadros políticos», seguramente «melhores debates públicos, com base nas propostas, que acreditamos que seguramente trouxeram benefício para a construção de melhores políticas públicas aplicadas pelos executivos camarários ao longo de vários anos. -----

Ao longo da sua vida, Filipe Abreu demonstrou um compromisso inabalável com a sua terra e com as pessoas. Nunca procurou benefícios pessoais, mas sim o bem comum. Mesmo nos momentos mais difíceis, manteve-se fiel aos seus princípios e à sua palavra, um valor raro na política e que fez dele um exemplo para todos os que acreditam na nobreza da vida pública. -----

A sua perda deixa um vazio imensurável na "nossa família social-democrata», mas em todos aqueles que vivem e acreditam na democracia portimonense e sobretudo naqueles que têm memória e reconhecem a história da política algarvia também. «Contudo, a sua memória e o seu legado permanecerão vivos, inspirando aqueles que continuam o seu trabalho e honrando os valores pelos quais tanto lutou. -----

----- A bancada municipal do PSD na Assembleia Municipal de Portimão manifesta, assim, o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Filipe Abreu e endereça sobretudo à sua família», a todos os companheiros e a todos aqueles que são seus «amigos» e que foram também adversários em algum momento, as «mais sentidas condolências. -----

Que o seu exemplo nos guie sempre» e deixará muita saudade a todos. -----
Portimão, 24 de fevereiro de 2025, a bancada do PSD». Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito brevemente, embora não tenha participado na redação do documento que acabámos de ouvir, a bancada associa-se plenamente e integralmente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



àquilo que foi aqui lido e ao documento, aproveito para cumprimentar a Dra. Conceição Abreu e a minha querida amiga Ana Carla Abreu que estão na assistência e muito brevemente acrescentar aqui duas ou três coisas num registo se calhar mais pessoal, porque eu tive o privilégio, o gosto e a honra de conhecer o Dr. Filipe Abreu muito antes de se ter envolvimento na política, habituei-me enquanto visita de casa ainda praticamente adolescente a conviver com ele, já ele era uma destacadíssima figura política não só a nível local, como também a nível nacional com as funções que exercia na altura na Assembleia da República como deputado e além daquilo que foi aqui dito que não é de somenos importância, da relevância, do papel, do legado que Filipe Abreu deixa aqui na política em Portimão, na região e no seu partido enquanto exemplo que deve ser olhado por todos nós independentemente da nossa origem partidária ou ideológica, eu na primeira pessoa posso testemunhar o exemplo da pessoa que sempre foi aberta aos jovens, porque eu era ligeiramente mais novo do que o Dr. Filipe Abreu, sou um bocadinho, sempre teve uma palavra de estímulo e de abertura e de compreensão por nós que estávamos a começar a interessarmo-nos por estas coisas da política, e sempre foi de uma simplicidade e de uma abertura inextinguíveis e, portanto, eu diria que mais do que ao PSD, foi aqui dito que o PSD de Portimão fica a dever muito ao Dr. Filipe Abreu. Mais que o PSD, eu diria que se calhar a democracia em Portimão e a política no sentido mais nobre da palavra em Portimão, devem muito ao exemplo, à postura e ao percurso do Dr. Filipe Abreu desde 1974 com a fundação do PPD/PSD, então PPD até praticamente ao fim da sua intervenção política ativa e se calhar, digo isto com pena, mas, enfim, é o que é, se calhar ainda está por fazer essa justiça de reconhecer a importância e o papel e legado que o Dr. Filipe Abreu deixa na política portimonense como exemplo, como pessoa que acima de tudo defendeu os seus ideais de uma forma abnegada e intensa, mas sempre respeitosa para com os outros e, portanto, se calhar não é má ideia que pensemos todos como é que eventualmente se pode honrar esse exemplo e esse legado. Portanto, em conclusão para dizer que foi, enfim, com muita tristeza que recebemos a morte da partida física do Dr. Filipe Abreu, mas com a certeza, que o exemplo que o seu percurso, que os seus valores e que a sua intervenção vão perdurar seguramente enquanto pelo menos aqueles que conviveram com ele e que partilharam algumas lutas com ele cá estivermos. Disse. -

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a título pessoal gostaria de... conheci-o enquanto Presidente de Junta naquela bancada, portanto era ele líder da bancada do PSD, era um lutador, era e foi até ao último minuto um lutador intrépido, frontal, que defendia de forma acérrima as suas ideias e, portanto, reconheci-lhe essa capacidade de luta política, de frontalidade e acima de tudo respeitei-o muito nestas últimas décadas que infelizmente teve de doença que provou a sua força e a sua resistência até ao final sempre mantendo uma postura resiliente, sempre amigo do seu amigo e, portanto, deixo aqui também em nome da Assembleia Municipal que, aliás se fez representar no funeral e, portanto, em representação de todos estive no funeral, e gostaria de deixar uma palavra também à Dra. Ana Carla Abreu, à senhora sua mãe, portanto pelo facto de estarem aqui presentes hoje e, portanto, agradecer também as palavras da bancada do PSD e da bancada do "Portimão Mais Feliz" relativamente à figura



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e à personalidade de Filipe Abreu que foi deputado da Assembleia da República e, portanto, foi Presidente do PSD no Algarve que eu saiba e, portanto, penso que não estou a falhar, é uma pessoa e é uma figura que devemos respeitar a sua memória e deixarmos aqui uma palavra, e eu não vou fazer agora um minuto de silêncio, porque infelizmente tenho também um outro voto de pesar que gostaria de ler e que foi articulado também na conferência de representantes relativamente a uma mulher que era também amiga pessoal de Filipe Abreu e que faleceram penso que com dois, três dias de diferença e, portanto, é uma senhora que eu infelizmente não tive o privilégio de conhecer, mas que era e é uma mulher com uma história de vida incrível.

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, ao **Voto de Pesar – “Filipe Abreu” - (subscrito pela Bancada do PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A bancada municipal do PSD na Assembleia Municipal de Portimão expressa, através deste voto de pesar, o seu profundo reconhecimento pelo legado de Filipe Manuel da Silva Abreu, uma figura incontornável da história política do concelho e um dos pilares da social-democracia em Portimão e no Algarve.-

----- Desde muito jovem, Filipe Abreu entregou-se à causa pública e à defesa dos valores da democracia, da liberdade e da participação cívica. Militante número 1 do PSD de Portimão, foi uma voz ativa e respeitada ao longo das décadas, tendo desempenhado funções políticas com uma dedicação exemplar e um sentido de missão inabalável. -----

----- O seu percurso na vida pública, seja enquanto deputado à Assembleia da República, vereador da Câmara Municipal de Portimão ou líder da bancada municipal e membro desta Assembleia, foi sempre pautado por princípios sólidos e por uma inquestionável integridade. Nunca deixou de lutar por aquilo em que acreditava, sempre com uma frontalidade que granjeou o respeito tanto dos seus companheiros como dos seus adversários políticos. -----

----- O PSD de Portimão deve-lhe muito. Pelo seu esforço pessoal, manteve a sede aberta a todos, permitindo que várias gerações de jovens portimonenses pudessem crescer politicamente e afirmar a social-democracia no concelho». Apostou ao longo da sua participação cívica em todas as faixas etárias, mas nomeadamente ficou vinculada a sua aposta em jovens candidatos.-----

----- Aposto em jovens candidatos e agregou várias gerações em torno de debate com elevação política, reconhecido por todos. O seu trabalho incansável ajudou a estruturar a juventude política local, e nessa sua entrega ajudou Portimão enquanto concelho a ter melhores quadros políticos e melhores debates públicos, com base nas propostas, que seguramente tiveram benefício para a construção de melhores políticas públicas aplicadas pelos executivos camarários ao longo de vários anos. -----

----- Ao longo da sua vida, Filipe Abreu demonstrou um compromisso inabalável com a sua terra e com as pessoas. Nunca procurou benefícios pessoais, mas sim o bem comum. Mesmo nos momentos mais difíceis,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



manteve-se fiel aos seus princípios e à sua palavra, um valor raro na política e que fez dele um exemplo para todos os que acreditam na nobreza da vida pública. -----

----- A sua perda deixa um vazio imensurável na "família social-democrata" de Portimão e do Algarve. Contudo, a sua memória e o seu legado permanecerão vivos, inspirando aqueles que continuam o seu trabalho e honrando os valores pelos quais tanto lutou. -----

----- A bancada municipal do PSD na Assembleia Municipal de Portimão manifesta, assim, o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Filipe Abreu e endereça à sua família e amigos as mais sentidas condolências. ----

Que o seu exemplo nos guie sempre. -----

Portimão, 24 de fevereiro de 2025. -----

Bancada Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Portimão.» -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Filipe Abreu” - (subscrito pela Bancada do PSD)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Pesar – “Eva Vaz” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Eva Vaz, considerada a matriarca da aviação em Portugal, foi a primeira piloto portuguesa de aviões comerciais. Era natural do Porto, onde nasceu a 19 de Julho de 1947, oriunda de uma família tradicional de classe media, o pai engenheiro, a mãe doméstica, frequentou o Liceu Rainha Santa Isabel. -----

Tirou o curso do Magistério Primário, curso destinado às mulheres naquela época, e com 19 anos já dava aulas no Porto. -----

Fez um estágio em Londres, no tempo da Ditadura, o que lhe permitiu abrir horizontes e viver a revolução cultural dos anos 60. -----

Movimento cultural que mudou o mundo, de humanidade, de valores de igualdade entre sexos, sonhou e atingiu a profissão antes reservada aos homens. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O seu amor pela aviação levou-a a integrar o curso PPA, no Porto, promovido pela Mocidade Portuguesa, e a obter com 21 anos de idade, a 9 de Dezembro de 1968, a licença de Piloto Particular de Aeroplanos, realizando o seu exame num Auster D5. -----

De seguida convence, o então marido a pedir transferência para Luanda, Angola. Onde se abrem as portas para a sua profissionalização. -----

A 27 de Março de 1973 tornou-se a primeira mulher Piloto Comercial, de Portugal, efetuando as suas provas de exame em Angola, nos Serviços de Aeronáutica Civil, num Cessna 172. Durante o curso engravida do seu único filho, mas nunca deixa de voar. -----

Muda-se para Moçambique, onde obteve a qualificação de Plurimotores ao serviço da ETAPA -Empresa de Transportes Aéreos de Porto Amélia, em Cabo Delgado, pilotando durante um ano e meio bimotores Islander, entre 1973 e 1975. Muitas vezes ao serviço dos militares, a transportar feridos, correspondência e alimentos, sob o perigo dos snipers. -----

Após o 25 de Abril, retornada, volta a ser professora primária em Portimão, na escola do Malheiro. -----

Obtém, em 1976, a qualificação de voo por instrumentos na DGAC. -----

Trabalhou de 1979 e 1987, na Aero Algarve, a convite do Comandante António Cunha, executando voos de fotografia, turísticos e publicidade com manga. Período durante o qual perdeu dois colegas em acidentes. ----

É também, por mais de um ano, piloto privativo de um investidor americano. -----

Finalmente, ingressou em 1988, em Lisboa, nos quadros da LAR Transregional, (mais tarde LAR EUROAIR), na qual como copiloto voou os aviões turbohélice HS-748 (Avro), BAe ATP e BAe 146 a jato. Tendo realizado o sonho de voar jatos. -----

Foi também a primeira portuguesa detentora de uma licença de Piloto de Linha Aérea, PLAA nº 956, efetuando em 1991 os seus exames no INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil. -----

Terminou na LAR EUROAIR a sua longa carreira de piloto comercial, averbando mais de 5.500 horas de voo.

Tinha um filho, Guy Ribeiro que é comandante na Emirates Airline. -----

Nas palavras do seu filho a Eva foi a personificação das palavras de Leonardo da Vinci. -----

“Uma vez tendo provado o voo para sempre caminharás na terra de olhos voltados para o céu pois uma vez lá estiveste e para sempre quererás lá voltar.” -----

Não espanta que após deixar a aviação comercial, descubra a paixão pela observação de aves, passando as suas tardes na Ria de Alvor. -----

Torna-se, ainda, Plane spotter, fotografando aviões no Aeroporto de Lisboa. -----

E, realiza o sonho de ter o seu monomotor, que batiza de “spirit of Eva”, voltando a voar. -----

Foi uma mulher determinada no seu sonho de voar, não aceitando ser, apenas, professora primária, profissão que lhe estava destinada socialmente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Eva Vaz ousou sonhar voar e voou quando mais nenhuma mulher o fazia, e quando mais nenhuma mulher ousava sonhar em fazê-lo. Conquistou o direito à liberdade e à igualdade. Não teve em vida o reconhecimento que merecia entre os seus pares, não figura no Museu do Ar, como uma pioneira da aviação. -----

Foi uma apaixonada pela vida até ao fim, com um feitio especial, frontal. Uma líder. -----

Faleceu no Sri Lanka, no Hotel do filho, em 23/01/2025, com 77 anos de idade. -----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal reunida em 24 de Fevereiro de 2025, aprove a manifestação de profundo pesar pelo falecimento de Eva Vaz, reconhecendo e agradecendo o seu percurso e legado, e expressando as condolências ao seu filho e amigos, ao INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil, ao Aeródromo do Alqueidão na Azambuja, Aeródromo Municipal de Portimão, ao Museu do Ar e ao INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil. -----

Portimão, 24 de Fevereiro de 2025.» -----

----- Gostaria de agradecer à Dra. Ana Carla Abreu a ajuda e entre mais duas outras pessoas que me ajudaram a conseguir o percurso e o contacto dos elementos biográficos para fazer este voto de pesar, e já agora foi dito também pela Dra. Ana Carla Abreu, já que era amiga do falecido Dr. Filipe Abreu, dizer também que ela não sendo Social Democrata era mais Socialista, era de pendor Socialista, isto foi-me dito pela Dra. Ana Carla Abreu e, portanto, fica aqui e eu não coloquei isso, porque obviamente não é por esse facto que ela é elogiada, até porque eu nem sequer tinha conhecimento disso, mas já agora eram dois amigos, um Socialista e outro Social Democrata que infelizmente faleceram com pouco tempo de distância. Fazia agora um minuto de silêncio. ----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Eva Vaz” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Alterações à Lei dos Solos - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « São cada vez mais as vozes que se juntam a contestar as recentes alterações que foram aprovadas pelo Governo do PSD e do CDS, ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que permite a reclassificação de solos de solos rústicos em solos urbanos.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Estas são de facto alterações que incentivam ainda mais a especulação imobiliária e que não respeitam os instrumentos de gestão territorial que estão em vigor no nosso país.-----

Estas alterações foram aprovadas e impostas por este Governo ao arrepio da Lei de Bases da Habitação, sendo que a presente lei de bases estabelece que é na Carta Municipal de Habitação que se deve fazer a identificação das necessidades e caso, de facto, não haja solos urbanos para corresponder à necessidade de habitação das populações, é nesse plano que se deve trabalhar no quadro do planeamento.-----

Com os elementos que conhecemos hoje, não há essa identificação, nem se conhece por parte dos municípios que se tenham suscitado questões de falta de solo para suprir as necessidades de habitação. -----

Também é uma lei que vai ao arrepio da Lei de Bases dos Solos, da gestão do território e do seu ordenamento, contrariando princípios que avançam numa perspetiva de artificialização dos próprios solos. É esta justificação que é feita das necessidades de habitação, que não corresponde à realidade existente. -----

Mas a verdade é que no nosso país existem 700 mil fogos devolutos (só na cidade de Lisboa estimam-se que são cerca de 50 mil). Não há, essa identificação de carência de solo urbano para dar resposta às necessidades de habitação e, portanto, estas alterações por parte do governo têm tão somente o objetivo de continuar a aprofundar um caminho de promoção da especulação imobiliária, não contribuindo para a resolução do problema central, o direito constitucional a uma habitação condigna.-----

A dificuldade no acesso à habitação está de facto nos preços exorbitantes, que são insuportáveis para as famílias, para os jovens, para a população em geral. O governo não está, com esta alteração legislativa, a contribuir com uma medida para combater a especulação, que é uma das causas que produz tão maléfico efeito, ao contrário da urgência premente de reduzir os valores das rendas e de uma intervenção efetiva e direta, com a disponibilização de oferta pública de habitação dirigida a diversas camadas da população. -----

Com esta alteração fica aberto o campo para aprofundar a especulação, beneficiando assim quem tem lucrado ao longo dos anos, tratando a habitação não como um direito constitucional, mas como uma mercadoria para maximizar lucros – a banca, os especuladores imobiliários, os fundos de investimentos. -----

Impõe-se a revogação deste decreto, rejeitando a incompreensível alteração de reclassificação de solo rústico para solo urbano, desrespeitando aqueles que são os instrumentos de gestão territorial em vigor e que independentemente de alguma aferição, têm respondido no essencial. -----

Impõe-se a revogação deste decreto, rejeitando que uma matéria tão sensível e tão prejudicial, tanto ao cidadão comum como à economia local e para a qual os municípios não foram ouvidos e não emitiram opinião, mas serão eles agora o bode expiatório, na medida que serão as Assembleias Municipais a decidir quais os solos rústicos que passarão a urbanos para uso fruto da continuação ou multiplicação da especulação imobiliária.----

Assim, face à contestação generalizada dos mais variados sectores da sociedade, associações, urbanistas, arquitetos, técnicos das autarquias, partidos políticos, reparos do Presidente da República e outros mais vindo a público, a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõe que a Assembleia Municipal de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portimão, reunida a 24 de fevereiro de 2025, delibera:-----

1- Exorta-se o Governo da República a considerar a revogação do decreto lei nº 117/2024 de 30 de Dezembro, que estabelece mecanismos de recalcificação dos solos rústicos em solos urbanos;-----

2- Enviar esta deliberação para: o Governo, Presidência da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e órgãos de comunicação social.»-----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que nesta moção, portanto era do Bloco, faz aqui uma declaração de interesses, não vai votar esta moção nem discuti-la e vai-se ausentar.-----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar, da alteração da chamada Lei dos Solos? Ok. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que têm vindo a assistir à contestação generalizada por parte dos mais variados setores da sociedade, associações, urbanistas, arquitetos, técnicos das autarquias, partidos políticos e recentemente os reparos do senhor Presidente da República à sétima alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado por este governo e que permite a reclassificação de solos rústicos em solos urbanos e que constitui um incentivo à especulação e ao desordenamento do território e não resolve o problema da habitação. -----

----- Este diploma choca com a lei de bases da habitação, dado que essa lei estabelece que é na Carta Municipal da Habitação que deverão ser apuradas as carências de solo urbano, caso existam e formuladas as propostas fundamentadas da alteração de uso do solo rústico para solo urbano de propriedade pública, destinado a programas habitacionais de promoção pública. -----

----- Com os elementos que conhecemos hoje não há essa identificação, nem se conhece por parte dos municípios que se tenham suscitado questões de falta de solo para suprir as necessidades da habitação. Este decreto choca também com a lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo, dado que promove a expansão urbana contrariando a otimização de infraestruturas e equipamentos existentes, leva ao aumento de risco de mercê da artificialização do solo, promove a incerteza na sua utilização do solo rústico sempre passível de mais-valias decorrentes de especulação na transformação em solo urbano com a possibilidade de, através de mera declaração em sede da Assembleia Municipal se proceder à alteração de uso de solo, viola o princípio que obriga que à classificação de solos exclusivamente através de planos territoriais. E com a possibilidade, baseada em simples pareceres técnicos de serviços municipais ou de entidades contratadas, de passagem de solo rústico a urbano, fica aberta a possibilidade de áreas urbanas degradadas, privadas, mas também públicas permanecerem sem qualquer intervenção de requalificação a aguardar melhor valorização. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A justificação que foi dada, é a falta de habitação. Todos nós sabemos que existem setecentos mil fogos devolutos (só na cidade de Lisboa estimam-se em cinquenta mil). Não há carência de solo, desde logo pelos dados presentes na última e recente análise do relatório do estado do ordenamento territorial de novembro de 2024. E ainda pelo facto de nenhum município, mesmo aqueles de maior pressão urbanística terem vindo afirmar que não haviam solos disponíveis para habitação nos seus perímetros urbanos. Por sua vez também não há falta de prédios devolutos para reabilitar...-----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para pedir que termine, senhora deputada.-----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que pois, é que este tempo realmente...-----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que ler a moção toda, perde o tempo.-----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que não é ler toda, é dar um enquadramento, mas pronto. Então, propomos aqui que «esta Assembleia exorte o governo da República a considerar a revogação do decreto-lei 117/2024 de 30 de dezembro, que estabelece mecanismos de reclassificação dos solos rústicos em solos urbanos». Muito obrigada.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta moção, apenas para ficar plasmada a opinião da bancada do PSD, que ao contrário do que foi dito, o decreto-lei 117 de 2004 de forma alguma não colide com a lei de bases dos solos, adapta-se à realidade habitacional do país.-----

----- Dizer que ao contrário do que também foi dito, o PSD defende um crescimento ordenado e não em momento algum fala de especulação imobiliária, ao contrário desta narrativa da proposta de moção da CDU, e por fim, uma coisa que me apraz dizer muitas vezes, começo autorização em dizer isto, mas este bloqueio ideológico que existe da CDU nesta moção à expansão urbana, ignora a necessidade que todo o país reconhece da direita à esquerda da realidade de habitação que necessitamos e que não tem sido colmatada nos últimos anos e, portanto, por estes pontos e por demais, a bancada do PSD votará contra esta moção.-----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que relativamente aqui a esta moção, ele ouviu com atenção a exposição que foi feita pela deputada da CDU, mas, enfim, ou leem uma lei diferente, um decreto-lei diferente, ou então lamenta dizer que aquilo que ouviu é completamente divorciado da realidade, daquilo que está na lei.-----

----- Cumpre dizer aqui uma coisa antes de mais. A primeira abertura à especulação através de reclassificação de solo rústico para urbano não foi essa legislação que introduziu, foi o chamado Simplex urbanístico que foi aprovado em janeiro de 2024. Ainda no governo do PS, eu na altura não ouvi a CDU contestar essa aprovação,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que essa legislação alterou a lei de bases da política pública de solos, o artigo décimo que permite a reclassificação logo de solo rústico para urbano, mas sem qualquer condicionante, mediante deliberação de órgãos municipais. É assim, senhora deputada, não esteja a fazer que sim ou que não com a cabeça que é assim como eu estou a dizer, vá ler o Simplex urbanístico, vá ler a alteração à lei. -----

----- Depois, a intervenção que ouvimos aqui além do enviesamento aqui ideológico, que, enfim, já é mais ou menos apanágio nalgumas coisas da CDU, fala-se aqui na banca e na especulação imobiliária, enfim, são os fantasmas do costume, são os fantasmas do costume. Tem por base uma coisa que é estranhíssima senhora deputada, que é uma desconfiança militante em relação aos órgãos municipais, porque a lei diz que a alteração da classificação do solo depende de uma deliberação das assembleias municipais com base em fundamentação jurídica e económica para o efeito e, portanto, apetece-me perguntar se as autarquias em que a CDU é maioria na Assembleia Municipal, nomeadamente, se não vão aplicar esta lei havendo falta de prédios para construir habitação a custos controlados. Eu gostava que me respondessem a essa pergunta, portanto, enfim, eu ouvi com atenção, mas lamento realmente, aquilo que disse não tem correspondência com a realidade e, portanto, vamos votar contra a moção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é óbvio que a apreciação que o PS faz nesta matéria, de alguma maneira tem a ver com o facto dela ter suscitado críticas de vários setores quanto aos riscos de uma urbanização descontrolada e naturalmente o PS acompanha essas preocupações, ou seja, o PS faz o entendimento de que esta legislação deve ser objeto de melhoria, não propriamente de revogação, mas de melhoria, de uma melhoria significativa. Portanto, vamos dizer que é um facto que este, enfim, este quadro legal gerou perplexidades inclusivamente do próprio Presidente da República que o apelidou de entorse. Portanto, há efetivamente um entorse significativo que é necessário obviamente que não se fuja a esta discussão e que encaremos este problema com a máxima seriedade evitando estas clivagens estereis que não conduzem efetivamente a lado nenhum. É um facto que os sem-abrigo estão aí, é um facto que os nossos filhos não têm casas para constituir família, ficam até tarde em casa dos seus pais e, portanto, os estudantes não têm apoios residenciais e, portanto, o país anda para trás numa matéria que é básica, que é de acesso à habitação. Portanto, mais do que falar como faz o PCP nos não sei quantos mil fogos devolutos, sugerindo, enfim que na cidade de Lisboa há não sei quantos, interessa, é urgente perguntar, mas estamos a falar de quê? O PCP fala e esta é uma das questões que eu sempre senti enquanto Socialista e a bancada partilha desta questão, é que o PCP fala do direito constitucional a uma habitação condigna como se a legislação um dia fosse o suprimento substantivo da habitação, ou seja, decreta-se e a habitação aparece com um estalido de dedos, basta decretar. Portanto, a dificuldade no acesso à habitação não está nos preços exorbitantes como o PC refere, a questão está efetivamente em perceber que tais preços são o resultado da escassez de habitação e não o contrário. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- É óbvio que o problema da habitação não se resolve com o ato único e neste caso em concreto é necessário que nós tenhamos uma oferta de mais habitação pública obviamente em zonas já consolidadas, zonas urbanas consolidadas e naturalmente que a lei dos solos não vai ser a bola de prata para resolver todos os nossos problemas. É inevitável que, enfim, tenhamos que ter mais terrenos disponíveis para a construção, mas não uma construção indiscriminada e a qualquer preço. Nesse sentido, é importante que se pense a regulação do poder autárquico nesta matéria, porque os municípios têm uma noção bem vincada das suas possibilidades, dos seus limites, conhecem o terreno e deverão obviamente ter uma visão estratégica da ocupação do solo, nomeadamente através dos PDM, mas os municípios também têm que ter um amparo legal, e dizemos isto porque sem balizas nós sujeitamo-nos a que as assembleias municipais acabem por arriscar a construção de solos agrícolas férteis, ambientalmente importantes, e se entretanto importa que hoje realmente nós enchamos a boca a toda a hora do clichê da sustentabilidade tenhamos isso em mente, sobretudo até porque estas questões colocam sérios problemas até de ordem alimentar. -----

----- Temos problemas associados a uma rigidez na classificação dos solos, na REN e na RAN, ok. Então, vamos fazer com que se opere a sua reclassificação obviamente pensando que não podemos negligenciar o uso produtivo dos solos. Portanto, nesta matéria é uma matéria obviamente complexa e que daria azo uma discussão muito longa, o PS tem conhecimento obviamente, até porque já esteve no governo, tem conhecimento dos constrangimentos e da necessidade do uso racional dos solos e consequentemente, portanto é nesta base que vai votar contra esta proposta com quanto ela de facto não nos dá caminho de futuro nesta matéria. Portanto, nós acreditamos piamente que é possível e desejável encontrar aqui indicadores racionais de utilização do solo, que a discussão está em pleno na Assembleia da República, o próprio governo já admitiu com alguma humildade e é necessário que se note isto, com alguma humildade política que é necessário rever alguns aspetos da legislação e consequentemente nesta medida nós acompanhamos as perspetivas de futuro que pretendemos que se abram aos jovens, aos adultos e a todos aqueles que obviamente são concidadãos e que têm o direito à habitação plena. Muito obrigado, disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que sobre esta moção, ele diria que a lei 117 de 2024, introduz alterações significativas no ordenamento do território, nomeadamente na reclassificação de solos rústicos para urbanos com fins habitacionais. -----

----- A prossecução dos objetivos da lei exige uma base territorial adequada e suficiente para a realização de projetos habitacionais que atendam as necessidades das populações mais vulneráveis e que possam promover uma integração social equilibrada. -----

----- A bancada do Partido Chega, pelos avanços e recuos da supracitada lei, abster-se-á nesta moção. Obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que face à moção apresentada, eles irão acompanhar a mesma. Entendemos que a presente lei irá promover o desordenamento do território, tem elevados impactos ambientais que são denunciados por inúmeras associações ambientalistas, promove a especulação imobiliária e ela já é presente, atualmente os custos dos terrenos rústicos já estão a subir na medida desta mesma lei, bem como entendemos que existe uma falta de conhecimento e apoio legal à maioria dos membros das assembleias municipais para tomarem uma decisão desta magnitude. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, quantas assembleias foram auscultadas, quantos municípios foram auscultados sobre esta alteração? Se participaram nela, se houve contactos quando foram... pronto, ó João, vocês não têm muitos municípios se calhar por isso é que não sabem. Gostaria só de perguntar, quantos municípios foram auscultados nesta questão e depois também gostaria de dizer que aqui não se está contra criar-se habitação e políticas de habitação. Outra coisa é violar, são entendimentos diferentes, a lei base dos solos e violar a Carta Municipal, e também gostaria de saber se os municípios com mais pressão alguma vez vieram dizer ao governo que era por falta de solos disponíveis nos seus perímetros urbanos. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Correia Baptista Santana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que é só para dizer que o Bloco de Esquerda vai acompanhar a moção. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Alterações à Lei dos Solos - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	1	1	1	3
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	5	0	3	0	0	0	23

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi reprovada por maioria.** -----

-----Não participou na discussão e votação, o Deputado Municipal da Bancada do Bloco de Esquerda, Pedro Mota. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer à senhora Presidente que queria se possível deixar já a declaração de voto da bancada do PSD. É possível?

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que sim. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que é para reprodução em ata. O PSD considera que a proposta de governo sobre a reclassificação dos solos rústicos para urbano pode ser uma ferramenta útil para facilitar o crescimento urbano de forma planeada e sustentável. A moção apresentada pela CDU rejeita esta medida de forma generalizada, sem considerar a necessidade de criação de mais solo urbano para habitação. -----

----- O PSD defende e sempre defendeu o planeamento responsável equilibrado e por isso votará contra esta moção. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, muito obrigada, e eu apresentarei também enquanto Presidente da Assembleia uma declaração de voto posteriormente. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Mobilidade, Largo Francisco Maurício - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda**, cujo teor se transcreve na íntegra: «O Bloco de Esquerda vem, por este meio, manifestar a sua preocupação com uma situação relacionada com a mobilidade no Largo Francisco Maurício, do ponto de vista da circulação automóvel. Esta situação foi identificada por automobilistas que circulam naquela via. -----

----- Uma pequena intervenção na continuação da Rua do Forno e no Largo Francisco Maurício, com ligação à Rua Serpa Pinto, iria criar duas faixas de rodagem (mesmo que curtas, conforme figura 1), o que permitiria descongestionar o trânsito. Esta alteração facilitaria a entrada na Rua Serpa Pinto para quem vira à direita e aumentaria a visibilidade para quem vira à esquerda. -----

A Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária em 24/02/2025, recomenda à Câmara Municipal de Portimão que encete as diligências necessárias para a criação de uma solução que evite os constantes congestionamentos de trânsito neste local.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda vem fazer esta pequena recomendação da mobilidade no Largo Francisco Maurício. «O Bloco de Esquerda vem, por este meio, manifestar a sua preocupação com uma situação relacionada com a mobilidade no Largo Francisco Maurício, do ponto de vista da circulação automóvel. Esta situação foi identificada por automobilistas que circulam naquela via. -----

----- Uma pequena intervenção na continuação da Rua do Forno e no Largo Francisco Maurício, com ligação à Rua Serpa Pinto, iria criar duas faixas de rodagem (mesmo que curtas, conforme a figura) o que permitiria descongestionar o trânsito. Esta alteração facilitaria a entrada na Rua Serpa Pinto para quem vira à direita» com a visibilidade que vem da parte da esquerda que tem ali um bico e se aquela rua for cortada ali um bocadinho não vai perder o estacionamento e faz com que aquela via consiga ser mais viável e não acarreta tanta espera ali nesta via, porque esta via também é uma das poucas maneiras da gente chegar, quem vem da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Gil Eanes, quem vem ali do largo da estação para dentro de Portimão, das poucas vias que nós temos para chegar ao centro de Portimão. Fico-me por aqui. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Mobilidade, Largo Francisco Maurício - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	2	1	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	3	3	0	0	1	7
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Pela Edificação do Centro Oncológico do Algarve e avanço do Hospital Central - (subscrita pela Bancada do Partido Socialista)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Com os cuidados de saúde requeridos aos nossos concidadãos, os hospitais do Algarve gastam, todos os anos, mais de seis milhões de euros em exames e tratamentos oncológicos, com uma mobilidade sacrificial para doentes e familiares, que se obrigam a ir a Lisboa ou a Sevilha para receberem tratamentos inexistentes no Algarve.-----

Acontece que a Ministra da Saúde, Dr.^a Ana Paula Martins, assumiu, em Plenário da Assembleia da República, que teve lugar este mês, que o Governo não irá avançar com a construção do Centro Oncológico de Referência do Sul (CORS), obra que tinha sido proposta pelo PS e apoiada pelo PSD, quando estava na oposição.-----
Esta unidade de saúde, de tratamento oncológico, há tanto legitimamente ambicionada pelos nossos concidadãos algarvios, estava projetada para o tratamento de 3.500 doentes por ano, tendo o financiamento aprovado em sede de Orçamento de Estado e contava com a comparticipação de 8 milhões de euros de financiamento europeu, já aprovado no âmbito do programa regional 20/30. -----

Os interesses vitais dos algarvios, em matéria de saúde e, em particular, a dos doentes oncológicos da região não podem ser postergados por táticas partidárias ou por negócios de saúde privada, incumprindo promessas eleitorais, com o recuo do Governo, depois de o Centro Oncológico do Algarve ter sido inscrito e aprovado, no Orçamento do Estado, dando uma nota da precariedade do Estado Português como autointitulada "pessoa de bem", posta em causa quando é o próprio Estado a não respeitar os compromissos que assume perante a República.-----

Com efeito, tendo: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A OCDE apontado para um aumento de 35% de doenças oncológicas até 2040, a administração do Centro Hospitalar do Algarve decidiu, em 2022, avançar com a criação de uma unidade oncológica na região, tendo este projeto sido incluído no programa eleitoral do Partido Socialista e no programa de Governo; -----

A Câmara de Loulé e a Câmara de Faro disponibilizado, em conjunto, um terreno para a construção da nova Unidade Oncológica, na área verde, e de equipamento do Parque das Cidades, que totaliza uma área de 311 mil metros quadrados, de acordo com o Plano de Pormenor; -----

Não se compreende a falta de coragem do PSD, no Algarve e em Lisboa, para assumirem que são contra a construção desta Unidade Oncológica pública, tendo tudo feito para arranjar um bode expiatório, justificando o seu negativismo regionalista com a justificação falha de que o projeto da Unidade Oncológica é superior ao terreno, o que não faz sentido, uma vez que a implantação desta unidade implica a construção de 7 mil metros quadrados, numa área de 311 mil metros quadrados. Por aqui se deduz que a Ministra da Saúde estava mal informada quando, na sua intervenção na Assembleia da República, sustentou erradamente que “o peixe é maior que o barco”. -----

Deixa-se bem vincado que, em 2008, os municípios de Loulé e Faro, sentiram necessidade de proceder a uma alteração do Plano de Pormenor do Parque das Cidades, em matéria de índices de construção, de forma a compatibilizar o documento com o Plano Funcional do perspectivado Hospital Central do Algarve. É do consenso geral que ninguém, deixou ou deixará alguma vez de construir uma unidade hospitalar, em parte alguma do país, por o índice de construção previsto num plano de ordenamento se revelar insuficiente para responder às necessidades de um equipamento de interesse público tão básico, quanto é um hospital. -----

Tendo em conta o exposto, os eleitos do Partido Socialista exortam a Ministra da Saúde a reconsiderar a sua posição, solicitando que: -----

a) Aceite a disponibilidade publicamente manifestada pela Câmara Municipal de Loulé, para proceder a uma alteração simplificada do Plano de Pormenor do Parque das Cidades, aumentando os índices de construção da atual área de equipamento, tal como efetuado em 2008, para contemplar o Hospital Central do Algarve; -----

b) Mantenha o compromisso eleitoral de concretização da unidade oncológica do Algarve, com um financiamento europeu aprovado de, pelo menos 8 milhões de euros e com verba igualmente inscrita no Orçamento de Estado de 2025, envolvendo todo o país em solidariedade com o esforço de investimento para com os doentes algarvios que, desde longa data têm visto adiar o Hospital então adjudicado, assim como têm visto como uma miragem conseguir tratamento adequado na especialidade médica de oncologia, em comparação com a população de Lisboa, Centro e Norte do país;-----

c) Não subjugue a saúde dos algarvios à tática partidária e aos interesses da saúde privada, que ficaria em situação de monopólio na região. -----

Assim, o PS propõe à votação a seguinte deliberação; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



1- Que o novo hospital central do Algarve, cujo processo ficou concluído e deixado na pasta de transição do Governo do PS para o Governo da AD, seja concursado, sem mais demoras, e que apenas a sua construção possa ser sujeita ao regime de Parceria Público-Privada, mantendo a gestão clínica confiada ao SNS; -----

2- Que o Governo dê cumprimento aos compromissos assumidos na campanha eleitoral e que mantenha o Centro Oncológico do Algarve como tarefa e responsabilidade pública no Orçamento de Estado. -----

3- Que a tutela instrua a ULS Algarve para concertar uma posição técnica com as autarquias de Loulé e de Faro para prossecução do licenciamento do respetivo empreendimento no Parque das cidades». -----

--Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que esta moção que o PS avança, tem obviamente, ou radica no facto da Ministra da Saúde ter assumido este mês em plenário da Assembleia da República que o governo não vai avançar com a construção do Centro Oncológico de Referência do Sul, enfim, uma «obra que tinha sido proposta pelo PS e apoiada pelo PSD quando estava na oposição. -----

----- Desnecessário será dizer algo mais do que aquilo que já foi dito nestas breves palavras, quanto àquilo que efetivamente é a nossa postura de reivindicação de que os algarvios possam e devam ter direitos de cidadania idênticos àqueles que efetivamente rolam por todo o país. São interesses vitais que estão aqui em causa, são os problemas que no fundo têm a ver com este legítimo desejo que nos assiste que todos os algarvios possam ter tratamentos oncológicos. -----

----- Nós tínhamos aqui um projeto para três mil e quinhentos doentes ano, e o seu financiamento já tinha «sido aprovado em sede de Orçamento de Estado». Portanto, fazemos o entendimento que o estado deve ser uma pessoa de bem, deve respeitar compromissos e consequentemente, portanto é nessa medida que nós o tomamos e é nessa medida, justamente por isso que nós reivindicamos este centro de saúde. -----

----- Eu diria que o PS não está numa postura partidária, está aqui numa postura de reivindicação que pretende, que sobrevoe, digamos opções de ordem partidária, ideológica, o que quer que seja. É predominantemente o interesse dos algarvios que está aqui em causa e é o interesse de monta, porque respeita à sua saúde vital e a saúde não espera, muito menos no domínio oncológico, e de facto nós temos sido tratados de forma sacrificial porque os obrigamos a ir para Espanha, para Sevilha nomeadamente, para Lisboa sem ter aqui um centro oncológico, tendo a possibilidade efetivamente de o ter e inclusivamente do ponto de vista económico esse aspeto estaria contemplado, daí a nossa reivindicação que, enfim, desejaríamos obviamente ver acompanhada por todos os cidadãos da região. Muito obrigado, disse, senhora Presidente. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, o grupo municipal do PSD, embora consideremos de extrema utilidade o centro que é aqui trazido e de facto o PSD defende a criação e na nossa região de um centro oncológico, mas esta é uma ótima moção para explicarmos bem que às vezes e em alguns sítios consiste a má política que aqui o Partido Socialista traz. A verdade é muito simples, inegável e eu até desafio o Partido Socialista a desmentir algum dos três pontos que eu vou dizer a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



seguir. O Partido Socialista anunciou um centro oncológico, mas, primeiro ponto, não tinha terreno definido, a localização que a Câmara Municipal de Loulé escolheu foi rejeitada, imagine-se pela própria autarquia Socialista de Loulé e, portanto, não vamos falar da falta de brio na escolha do processo. -----

----- Segundo ponto. O projeto não foi concretizado e o que foi apresentado à ULS do Algarve, para além de ultrapassar os limites do terreno, nunca foi considerado em momento algum viável técnica e territorialmente.

----- E terceiro ponto, muito importante, isto aqui até podia trazer humor, porque isto demonstra bem como é que o PS trata as finanças, o financiamento que o PS falou. O PS prometeu catorze milhões de euros para o centro oncológico, podem ver, o último governo, mas segundo as próprias declarações públicas do PS, o custo real do projeto rondava os cinquenta milhões de euros e tinha uma capacitação de oito milhões. Está escrito, é o PS que diz. Portanto, o terreno de uma Câmara do PS não existia e precisa de um plano pormenor porque não era possível construir, ultrapassava os limites e não tinha validação técnica pela ULS e o dinheiro que queriam dar não existe, e com maior desfaçatez e desplante agora que o governo é outro, o PS veio dizer que quer construir tudo aquilo que sozinho não conseguiu fazer quando tinha Câmara e governo e possibilidade de fazer tudo, e por isso nós somos a favor do centro oncológico, mas sobre a demagogia que o PS aqui traz e que em Loulé nem sabe fazer, seremos seguramente contra, porque isto é uma brincadeira e não é política e discordamos e os dados que eu trago são do Partido Socialista. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, dizer que obviamente vamos acompanhar esta moção do PS, não podendo deixar de dar nota da hipocrisia política que a mesma é, porque o PS como relembrou aqui e bem o PSD, foi governo durante oito anos e teve todos os meios financeiros políticos para de facto construir o centro oncológico do Algarve e até para fazer o Hospital Central e nunca o fez. Portanto, agora é fácil que se está na oposição vir fazer reivindicações, mas de facto os doentes oncológicos que estão a sofrer, que doentes e muito doentes têm que fazer deslocações de trezentos e quatrocentos quilómetros para se tratar, não é de hoje, não é desde que o governo do PSD tomou posse, é desde há oito anos, desde há sete anos e nesse tempo o PS esteve no governo e de facto não fez nada por mudar a situação. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que, na verdade, chega a pensar que eles não raras vezes estão mais envolvidos em querelas partidárias do que propriamente na defesa dos interesses da região, e digo isto pelo seguinte. Porque não se trata de um palpite do PS, trata-se de algo que está aprovado em orçamento geral do estado, que tem apoios europeus inclusive e, portanto, os estudos preliminares tiveram que estar presentes nesta matéria. Eu não venho defender aqui aquilo que foi a história ou a não história do PS. Pouco me importa se de facto a crítica rola por aí, porque geralmente o que se procura sempre fazer, isto é tácito, é o governo seguinte falar mal do governo anterior, não é por aí que eu quero entrar. Eu quero entrar pela doença dos algarvios que vão para Espanha e que vão para Lisboa, é por aí que eu quero entrar e eu acho que é inadmissível, que é inaceitável que argumentos deste



tipo tenham lugar perante a doença, porque meus amigos quando há vontade política, tudo se demove. A luta quando é intrépida, o problema verdadeiramente é este, é que os doentes raramente têm voz e muito menos os doentes oncológicos e, portanto, no fundo o que estamos aqui a fazer é a dar interesse, desculpem, a dar voz aos interesses da região. Nós não estamos interessados aqui que seja o Partido Socialista ou outro partido qualquer a assumir isto. O próprio PSD assumiu e ao tempo em que assumiu não se deu conta que não estavam criadas condições. Só agora estas desculpas falhas para não votarem um documento desta ordem, sim senhora, ok, toda a gente está no seu legítimo direito. As posições, os gestos, as atitudes ficam em quem os pratica. O PS está absolutamente convicto de que um centro deste tipo é desejável, é legítimo que todos os algarvios o reivindiquem, e é nessa base, é nessa reivindicação que nós estamos. -----

----- Há problemas de ordem técnica. Conciliem-se, mas não nos demovam de lutar por isto. É uma causa legítima a luta pelos doentes que são nossos familiares, que só nos toca quando realmente a gente sente que o familiar vive as dificuldades e que nós temos que acompanhar essas dificuldades. Portanto, não se trata aqui de hipocrisia, não se trata aqui destas velocidades, não faz sentido nenhum isto, porque verdadeiramente nós estamos interessados, genuinamente interessados na saúde dos algarvios e era suposto que de facto todos lutássemos para conseguir um centro oncológico condigno para o Algarve. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, dar uma nota que faltou na proposta do PS, porque nós não estamos a esquecer os doentes, qualquer bancada que não se reveja no conteúdo desta moção e inclusive para quem esteve atento, em dezembro do ano passado este atual governo anunciou a integração das valências oncológicas no Hospital Central do Algarve com a gestão total da ULS do Algarve. Portanto, isto está a ser trabalhado e inclusive o PSD porventura preferia o Centro Oncológico no Algarve naquilo que foi dito, mas volto a frisar alguns pontos. -----

----- O governo do PS em 2016, anunciou o projeto. Em abril de 2023, assinou o protocolo com a ação Parque das Cidades e ULS Algarve para avançar com o centro oncológico. Prometeu que estaria pronto impreterivelmente até novembro de 2024. No final de 23 descobriu-se que o terreno cedido não era viável. Já depois no ano a seguir, a Câmara Socialista de Loulé que cedeu o terreno disse que afinal não podia acontecer. No início do ano passado viu-se que não eram os catorze milhões, que eram cinquenta e o governo no orçamento orçamentou oito, e virem dizer que estão cheios de vontade quando desde 2015 andaram aqui aos ziguezagues, que tinham a Câmara possível, o que me parece e tenho muita pena é que se tenha usado a bandeira da doença para se fazer apresentações de algo de nada, mas eu espero que as valências sejam incorporadas e que o centro oncológico avance e o PSD seguramente trabalhará para isso e esta bancada defende isso e trará em breve uma moção, mas aquilo que aqui apresentam não me faz muito sentido face à realidade histórica do projeto. No entanto, por o conteúdo da moção somos contra, porque isto não é a base de partida do projeto. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que corrobora inteiramente com as palavras do Dr. Figueiredo dos Santos, só com um senão, faltou-lhe a cereja no topo do bolo. Era pedir desculpa a todos estes colegas e ao público a desculpa do Partido Socialista não ter conseguido dar prossecução a este desidrato. Obrigado. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Pela Edificação do Centro Oncológico do Algarve e avanço do Hospital Central - (subscrita pela Bancada do Partido Socialista)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	3	2	1	1	25
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	0	5

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria** -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que o PSD defende e defendeu um Centro Oncológico do Algarve, mas entende que o governo anterior do Partido Socialista falhou na concretização do projeto, resultando na ausência de terreno, projeto e financiamento. -----

----- À data, o PSD prefere apoiar a solução integrada no Hospital Central do Algarve, ULS, conforme moção que já foi entregue nos serviços e que traremos a debate brevemente. Disse. -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada da CDU (PCP-PEV), apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Até onde nos leva a hipocrisia do PS, falando do estado como "uma pessoa de bem". Onde é que estava a pessoa de bem durante os 20 anos de governos PS.-----

Para não irmos, mais para trás, onde estava o PS de Portimão: -----

a) Quando da extinção do Centro Hospital do Barlavento, que provocou a delapidação de serviços e valências no Hospital de Portimão; -----

b) no fecho das urgências de Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia do Hospital; -----

c) Quando a administração do Centro Hospitalar do Algarve desinteressou -se da câmara hiperbárica "oferecida" para o Hospital de Portimão e que por tal razão foi cedida a um hospital privado (Hospital Particular do Algarve em Alvor); -----

d) Quando se constituiu três modelos de USF, o modelo A, B e C diferenciados entre si pelo grau de autonomia, a retribuição e incentivos aos profissionais e o financiamento e estatuto jurídico. Se o modelo A e B das USF integram o setor público e administrativo, o modelo C prevê a abertura para entidades privadas incluindo os



setores social e cooperativo, entregando desta forma os cuidados de saúde primários aos privados, em vez de se investir nas unidades públicas; -----

e) Há quantos anos o PS anda a empurrar a construção do Hospital Central do Algarve para agora na oposição, e de forma hipócrita, vir apresentar em moção o que nunca conseguiram ou quiseram fazer como governo. --- Fica aqui uma vez mais demonstrado que as políticas de saúde implementadas pelo PS, não são muito diferentes das do PSD, embora com outra cosmética. Embora atualmente o PSD, assumidamente governe contra as pessoas que lhes transferiram o voto. -----

A CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV sempre defendeu o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde de carácter público, universal e gratuito em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia a todos os que necessitam. -----

A construção e gestão do Hospital Central do Algarve, num modelo integralmente público e provido dos profissionais necessários incorpora este entendimento. -----

Iremos, no entanto, votar favoravelmente esta moção.» -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Elaboração do Plano Municipal para a pessoa em situação de sem abrigo - (subscrita pela Bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «**Considerando que:** -----

a) Nos últimos anos tem aumentado, de forma gradual, o número de pessoas em situação de sem abrigo no concelho de Portimão, com uma maior incidência e de uma forma mais visível na área urbana e no centro da freguesia e da cidade de Portimão; -----

b) Pese embora o trabalho quer tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal de Portimão no apoio às pessoas em situação de sem abrigo no nosso concelho – nomeadamente, com a criação do abrigo situado na Rua Machado Santos e da dinamização do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo - NPISAFile:///C:/Users/joao.caetano/Downloads/Guia%20Recursos%20NPISA%20%20Grupo%20Trabalho%20%C3%81rea%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20 Situa%C3%A7%C3%A3o%20Sem-abrigo.pdf – a verdade é que o aumento do número de pessoas nesta situação em Portimão e a recente publicação da Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030, com o respetivo Plano de Ação para os anos de 2025-2026 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de Dezembro) sugerem a necessidade de uma abordagem mais integrada e robusta a esta problemática por parte da Câmara Municipal de Portimão;-----

c) No preâmbulo da referida nova estratégia nacional é feita alusão a diversas orientações do Parlamento Europeu sobre esta matéria, nomeadamente, quando é sugerido que “(...) se assuma como responsabilidade principal o trabalho na prevenção e intervenção precoce, atribuindo um papel mais proativo aos serviços regionais e locais. (...)”, prevendo-se na mesma, entre outros, o eixo estratégico n.º 1 - Identificação, prevenção



e minimização dos fatores de risco associados ao fenómeno da situação de sem-abrigo e "(...) que a coordenação dos NPISA compete à Câmara Municipal, ou a um elemento por esta designado, e têm por objetivo garantir uma maior eficácia na prevenção, na racionalização de meios no combate ao fenómeno, e na promoção dos direitos e da inclusão das pessoas em situação de sem-abrigo. (...)” (vide n.º 19 da RCM n.º 208/2024);-----

d) O trabalho de prevenção e identificação das causas que originam a situação de sem abrigo pressupõe um estudo integrado e abrangente de base, que permita estudar os vários factores sócio – económicos que estão na origem dessa situação, que contemple as respostas integradas, as políticas e medidas que a autarquia irá investir e criar para evitar que novas pessoas fiquem nesta situação, apoiar as pessoas que ainda estão na situação de sem abrigo, promovendo a sua integração e, por outro lado, evitar as reincidências após a saída da situação, tanto mais que a referida Nova Estratégia Nacional prevê que compete aos NPISA "(...) elaborar o plano de ação bianual do NPISA, em linha com os eixos e objetivos estratégicos dos respetivos planos de ação, da NOVA ENIPSSA, e em estreita articulação com os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social, da Rede Social, definido em cada território (...)”(vide n.º 20, al. g) da RCM n.º 208/2024);-----

e) A exemplo do que tem acontecido noutros concelhos do nosso país, em que esta preocupante realidade tem aumentado nos últimos anos, o referido trabalho de prevenção deve assentar na elaboração de um plano municipal para a pessoa em situação de sem abrigo (citando-se, a título meramente exemplificativo e salvaguardadas as diferenças, o caso de Lisboa), instrumento que permitirá efectuar a caracterização da situação existente, mas, sobretudo, a sistematização das medidas de prevenção, de apoio e de resposta à problemática das pessoa em situação de sem abrigo,-----

Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP/ NÓS, CIDADÃOS!/ALIANÇA) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 1ª Sessão Ordinária de 2025, realizada em 24 de Fevereiro, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão a elaboração de um Plano Municipal para Pessoa em Situação de Sem Abrigo, que permita, de uma forma abrangente e sistematizada, diagnosticar o problema, analisar as causas e robustecer as respostas de apoio à pessoa em situação de sem abrigo no concelho de Portimão a este problema.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Nós Cidadãos/Aliança, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 1ª Sessão Ordinária de 2025, realizada em 24 de Fevereiro, delibere «recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão a elaboração de um Plano Municipal para Pessoa em Situação de Sem Abrigo, que permita, de uma forma abrangente e» sistemática ou «sistematizada, diagnosticar o problema, analisar as causas e robustecer as respostas de apoio à pessoa em situação de sem abrigo no concelho de Portimão». Este problema tem-se vindo a arrastar, cada vez mais e mais há esta situação dos sem-abrigo e nós já abordámos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



várias vezes este assunto e continuamos a não ver esta situação levada em atenção ou resolvida de qualquer forma seja ela qual for. Portanto, nós vínhamos a alertar para isso. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, a abordagem à problemática das pessoas em situação de sem-abrigo é desenvolvida sob orientação governamental no âmbito de uma estratégia nacional e, enfim, o município inclui-se nesta estratégia através da constituição do NPISA de Portimão. -----

----- Estas orientações governamentais têm subjacentes um protocolo de parceria entre o município, a Segurança Social, a Universidade do Algarve, etc. por aí fora. -----

----- No âmbito desta estratégia foi processada a sinalização desses concidadãos em situação de sem-abrigo e foram-lhes atribuídos inclusive gestores de caso, e nós referenciámos isto porquê? Porque à partida quando surge uma proposta deste tipo, ela ignora aquilo que está a ser feito ou implementado no terreno, dando a impressão que efetivamente não tem sido feito nada. Efetivamente não me parece que esta seja uma peça publicitária por aí, não é, em que as pessoas em situação de sem-abrigo possam desfrutar de alimentação, higiene pessoal, saúde, alojamento, atendimento social, lavandaria, barbearia social, equipas técnicas de rua e apoio em vestuário, isto é, esta é uma peça difundida, portanto difusão cultural pela Câmara Municipal de Portimão. -----

----- Quer dizer então, que sem prejuízo da proposta ser bem intencionada, sem prejuízo obviamente do que ela reflete em matéria de preocupações de assistência social, diga-se, importa realçar isto, é óbvio que estas preocupações não têm necessariamente que animar um plano como se ele fosse um receituário em que se fazem planos no papel à espera que as letras se movam, eu digo isto pelo seguinte, porque efetivamente nada há aqui contra este plano ou ideia do plano. O que temos aqui em causa é pensar que esta Câmara tem vindo a processar do diagnóstico social à carta social, ao plano de desenvolvimento social que está em discussão, tem vindo efetivamente a preocupar-se com estas franjas sociais da população mais desfavorecidas e é nesse contexto que nos parece que este plano de momento não fará muito sentido, ou seja, não acolhe até, enfim, face à circunstância da oportunidade, porquê? Porque estes trabalhos em termos de metodologia social têm um entendimento próprio. -----

----- O grande problema aqui é que muitas das vezes nós entramos no social como um elefante entra em loja de porcelanas. De engenharia nem toda a gente sabe, mas de engenharia social toda a gente sabe e se permite efetivamente dar sugestões. -----

----- A sugestão em si não tem nada de pouco razoável, não é, não é disso que se trata. É que ela é inoportuna face ao atual momento, face ao atual curso dos acontecimentos, até mesmo que um plano para ser projetado tem que ter a adesão, a colaboração das pessoas a quem ele é destinado. Portanto, há todo o trabalho de base que é necessário ser feito, um plano não nasce de cima para baixo, há todo um trabalho social que é necessário ser feito no terreno previamente, antes que este plano venha efetivamente a ter acuidade. Portanto, neste



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



momento, o PS acha que de facto deveremos aguardar o projeto de desenvolvimento social e evitar estas dispersões e, enfim, estes planos muito circunscritos, porque dá impressão que amanhã temos que ter um plano para cada franja muito específica da população e acabamos por perder uma visão holística dos problemas humanos. Portanto, isto é fundamental e é esta a nossa perspetiva de trabalho com o devido respeito obviamente por quem elaborou esta proposta, mas que entendemos que de momento de facto é extemporânea. Muito obrigado, disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito rapidamente, só queria frisar aqui ao senhor deputado Figueiredo Santos que no considerando B aqui da proposta, está um link em que se fala do trabalho que a Câmara tem desenvolvido na matéria, e está um link com uma hiperligação que se o senhor clicar aqui na proposta e se tiver ligação à net consegue direcionar para esse folheto que o senhor apresentou. Portanto, nós aqui citamos expressamente o trabalho que tem sido desenvolvido e que o senhor aí também referiu. Ora, nós não percebendo nada de engenharia social e nem temos essa pretensão senhor deputado, deixamos essa sabedoria para vossa excelência que dará, enfim, aulas de cátedra sobre essa matéria a todos nós seguramente e nós ouvi-lo-emos com toda a atenção, nós aquilo que pretendemos com esta recomendação é tão somente que a autarquia olhe para este fenómeno que é um fenómeno preocupante a todos os níveis, numa forma específica e circunstanciada integrando aqui a resposta e reforçando essa resposta. É tão somente isto, enfim, eu não sei se isto entronca nos critérios de oportunidade de vossa excelência e do partido que o senhor aqui representa, se calhar não, mas como disse aqui a minha colega de bancada, se calhar daqui a uns meses veremos o executivo ou alguns de vós aqui a apresentar uma proposta de teoria idêntica. Estaremos cá se deus quiser para depois discutir o assunto sem engenharias sociais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para agradecer ao senhor Professor Américo o seu regresso, ainda agora não o cumprimentou. Portanto, esteve ausente, pediu a suspensão por motivos de saúde, espero que esteja completamente reestabelecido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pediu só um minuto, pediu um minuto à sua bancada, porque de uma forma muito simples e calma gostava só de reforçar que eles há coisa de cinco minutos atrás receberam uma lição de moral que não podiam ser contra uma coisa do Algarve, e agora quando há aqui um assunto que é tão grave como as doenças das pessoas que é as pessoas que não estão a passar boas condições nesta cidade e neste país, já não têm lição recíproca de moral, já não vale porque a Câmara já está a fazer tudo. -----

----- Relativamente ao assunto anterior e a este, deixe-me se calhar dizer que a Câmara de Loulé também tinha tudo certo, sabia tudo, não aceitou nenhuma moção como é apanágio desta casa de qualquer oposição e depois fez asneira e depois nós não temos centro oncológico e depois os doentes como o meu pai não têm



tratamento. Portanto, é isto, a política é o teatro. Agora, a questão lições de moral não recebemos e quando nós dizemos que estamos contra uma coisa que é chata para a região, que advém de um trabalho mal feito, de alguém que tem a prepotência que sabe tudo e que nós assistimos aqui há três anos, sabem tudo, tudo o que aqui é dito, tudo o que aqui é feito não vale nada, já estão a fazer, portanto se calhar é por isso que dizem que o campus vai ser em 2028 e vai sair em 2054 que nem sequer podem ainda construir lá nada, se calhar é por isso que os concursos não deixam ninguém entrar, porque não é possível entrar em concursos que já vêm manegados do senhor da CCDR e que é para uma universidade e não é para quem quiser concorrer. Portanto, é disto que a gente aqui vive, de pouca democracia e desculpem-me as palavras, mas eu também não gosto de receber lições de moral quando o nosso voto foi substanciado numa coisa muito concreta, não podemos votar a favor numa coisa que foi mal desenhada e que está a ser bem desenhada seja por quem for. Portanto, logo a seguir há aqui uma moção de carácter social para pessoas e aí já não temos preocupações com o nosso coração. O meu coração está cá para tudo. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que às vezes apetece-lhe de facto fazer um silêncio profundo antes de avançar com o que quer que seja, porque quer do ponto de vista profissional, quer enquanto voluntário nesta cidade, pensa que tem dado sobejamente a ela, e agora está-se a implicar pessoalmente, para que não possa ser escutado dessa forma. -----

----- A proposta anterior era absolutamente lisa, se os há problemas no passado, esses problemas não podem ser transportados para o futuro da mesma forma sectária com que implicam o PS. -----

----- No que toca a este campo, o que estamos a dizer é que esse plano não é dispensável, nós não estamos a periferizar o plano. Nós estamos a falar da inoportunidade da atual conjuntura da execução desse plano com quanto nem sequer ainda tivemos conhecimento, porque está em discussão e muito bem, através do Radar Social o plano de desenvolvimento social, consequentemente estamos aqui a escalonar as questões em termos metodológicos e não queremos pôr como é usual dizer-se num português menos vernáculo, a carreta está à frente dos bois, portanto nós não estamos aqui a amesquinhar esta proposta e dissemo-lo isso muito claramente. Essa proposta tem a sua valia, e nós não vamos votar contra ela pelo seu teor, ela é extemporânea neste momento, é avessa à prossecução de um trabalho que está a ser consolidado. Esse trabalho não finda na ausência de um plano, esse plano será objeto de consideração e não será o PS a fazê-lo, não vai retirar direitos de autor aos preponentes, isso vos garanto porque a honestidade intelectual acho que ainda temos e ainda temos no plano da verticalidade pessoal o uso de alguma humildade política. Como referi e muito bem, não seria a primeira nem a última vez que o PS fez aqui o culto quase da autocrítica. Certo? Da autocrítica na condução política daqui deste trabalho. Quantas das vezes já ouvimos a oposição fazer isso? Mas nós não temos dificuldades nenhuma quanto a isso, porquê? Porque em primeiro lugar, estão efetivamente os interesses dos portimonenses e, portanto, é deste ponto de vista e nesta perspetiva que este assunto está a ser analisado, ele não está a ser descurado, ele está a ser objeto de avaliação naturalmente e não desabonámos em nada o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



documento. Quisemos obviamente sossegar, tranquilizar os preponentes e mostrar-lhes que algo está a ser feito, que inclusivamente as pessoas sem-abrigo têm inclusivamente um gestor de caso, ou seja, as pessoas não estão ao abandono como parecerá. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, as minhas palavras não têm nenhuma ofensa pessoal nem nunca terão, e por outro lado, as minhas palavras só são substantiadas em factos. Eu observo há três anos passivamente que nenhuma proposta, seja de carácter social, seja de carácter financeiro, é aprovada porque nunca é tempo, isto é um facto. O que é certo é que um ano depois é tempo, aparecem as coisas que o PS salvador da nação, que é tempo um ano depois. Eu apenas caracterizei um facto que é um defeito profissional.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Elaboração do Plano Municipal para a pessoa em situação de sem abrigo - (subscrita pela Bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança),** tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	3	2	0	1	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada da CDU (PCP-PEV), apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Não é um plano municipal que vai permitir (de forma abrangente e sistematizada) diagnosticar, analisar, robustecer as respostas. Se os municípios podem diagnosticar e analisar, no que respeita à resposta a dar à tendência de aumento do número de pessoas sem abrigo, essa tarefa não deve ser “empurrada”, para as Câmaras Municipais. -----

A CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV considera que para inverter nos últimos anos, a tendência de aumento do número de pessoas em situação sem abrigo, são necessárias “medidas abrangentes e de carácter geral”, designadamente controlo de rendas, responsabilização da banca pelo aumento das prestações da habitação, investimento em habitação pública, aumento de salários e pensões. -----

Só com a implementação destas políticas conseguimos garantir os direitos e as necessidades fundamentais de toda e qualquer pessoa” e “assegurar que ninguém tenha de dormir na rua por falta de suporte habitacional seguro e adequado às suas necessidades”. -----

Daí a nossa abstenção.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Saudação –Ao Fim das Portagens na Via do Infante - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « É uma evidência incontornável que a introdução de portagens na Via do Infante foi uma medida profundamente lesiva dos interesses do Algarve, com repercussões muito negativas na mobilidade dos cidadãos e na atividade económica da região, contribuindo para o aumento das dificuldades sentidas pelas empresas, para a destruição de emprego e para o agravamento da sinistralidade rodoviária.-----

A Via do Infante não tem alternativas válidas. A EN 125, que em partes significativas do seu traçado é uma autêntica artéria urbana, com inúmeras rotundas, cruzamentos, semáforos e passadeiras de peões, não tem características adequadas ao tráfego interurbano, nem as adquirirá após a conclusão das obras de requalificação. Perante as consequências profundamente negativas da introdução de portagens na Via do Infante e a legítima contestação por parte das populações e dos agentes económicos, PS, PSD e CDS têm tentado apagar as suas responsabilidades neste processo.-----

Mas os factos são indesmentíveis.-----
Foi um Governo do PS que decidiu, em 2010, introduzir portagens em todas as concessões SCUT de Norte a Sul do País. -----

Foi o Governo do PSD e do CDS que, em dezembro de 2011, concretizou esta medida na Via do Infante. -----
Foram PS, PSD e CDS que rejeitaram, desde essa altura, todas as propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, contra a vontade expressa por inúmeras vezes pelos órgãos Autárquicos, em que se inclui esta Assembleia, Associações e Movimentos de Cidadãos, da Região, que por diversas vezes se manifestaram contra as mencionadas portagens.-----

A cobrança de portagens nas ex-SCUT's não era uma inevitabilidade. Foi uma opção política, visando reduzir as despesas do Estado com as concessões rodoviárias em regime de parceria público-privada sem, contudo, tocar nas fabulosas rendas auferidas pelos grupos económicos que as exploraram. -----

Sucessivos governos destes três partidos optaram por onerar os cidadãos e as empresas com portagens, em vez de, como medida de salvaguarda do interesse público, proceder à extinção das ruinosas parcerias público-privadas. -----

Não era uma inevitabilidade recorrer a uma parceria público-privada na Via do Infante. A construção dos lanços que vão desde a fronteira com Espanha até Alcantarilha, que representam 70% da extensão total da Via do Infante, foram financiados pelo Orçamento do Estado com comparticipação de fundos comunitários; apenas os restantes 30% é que foram construídos no regime de parceria público-privada. -----

Os autarcas da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, junto com as populações rejeitaram desde a primeira hora essa opção e persistiram na sua luta até à abolição das portagens, o que se veio a concretizar a 1 de Janeiro de 2025 apesar dos votos contra do PSD, CDS e a abstenção da IL.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-- Assim e honrando as posições assumidas nesta Assembleia pela CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, desde a primeira hora, ou seja, há 23 anos, contra as portagens na Via do Infante, a sua Eleita propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em 24 de fevereiro de 2025, delibere:-----

----1- Valorizar o fim das Portagens na Via do Infante.-----

----2- Saudar a luta e a ação das populações que a isso exigiram e obrigaram.-----

----3- Dar conhecimento desta deliberação às demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e órgãos de comunicação social.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, senhora Presidente, desculpe lá, mais uma vez é a declaração de interesses também. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que em relação a esta proposta, apenas diria o seguinte. Caso o PCP queira juntar os louros que chama a si próprio à lei da iniciativa do PS, que elimina as taxas de portagens e vias onde não existem alternativas e permitam o uso com qualidade e segurança, o PS está disponível para subscrever o documento. Caso o PC se mostre negacionista e que é um negacionismo histórico contra as evidências que comprovam isso, porque esta amnésia política é tremenda sobretudo porque não há muito tempo, em 2 de maio passado, na Assembleia da República, este documento foi lançado, esta proposta foi lançada pelo próprio PS na abolição das portagens. Portanto, lamentamos que o PC continue freneticamente sectário nestas matérias. Muito obrigado, senhora Presidente.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que não podia deixar de passar este voto, é um voto na verdade, voto de saudação e diria ainda que a abolição das portagens na A22 Via do Infante, deve-se a vários responsáveis e fatores tais como: -----

----- - Um: movimentos cívicos e sociedade civil; -----

----- - Dois: ao governo central e a partidos políticos locais. -----

----- Não esteja a CDU a pôr-se em bicos de pé ou puxar dos galões ao mérito olvidando outros, assim como o Partido Chega, terceira força política nacional, que teve participação ativa no desiderato, como também a uma nova avaliação do impacto económico. Estes foram quatro fatores que proporcionaram a abolição das portagens na A22. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para dizer que queria só fazer uma nota, dar uma nota que o Chega reconheceu aqui finalmente que existiram outras forças políticas que contribuíram para o fim das portagens, mas são quem tem mais cartazes em todo o lado a dizer que é graças ao Chega. Só dar essa nota. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que só queria relembrar ao senhor membro da Assembleia do Partido Socialista para se relembrar o que é que o Partido Socialista fazia na Assembleia da República quando era governo e mesmo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



antes e só depois quando perdeu as eleições é que apresentou descaradamente a proposta para abolição das portagens. -----

----- Outra coisa, também queria lembrar que se lessem bem, lessem bem o voto de saudação, ninguém está a dizer que é só a CDU, aliás, está a dizer que são todos os autarcas do Algarve, porque infelizmente o Partido Socialista tomava posições, quando se estava a votar no Algarve os do Partido Socialista votavam a favor. Para as outras, votavam contra, isto é desmascarar o que é que se passava. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, com tanta balbúrdia, desculpem-me o termo. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao deputado Mário Espinha que ele não deve utilizar esse nome, não deve utilizar essa expressão, senhor Mário Espinha. Não fique contaminado pelos seus colegas da Assembleia. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que não concluiu a sua dissertação. Não, ninguém me contamina, já tenho muita idade, já nada me pega e diria para concluir que a bancada municipal do Partido Chega com todo o gáudio, acompanhará positivamente este voto de saudação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só para lembrar que o nosso deputado aqui do Algarve que ficou no Bloco de Esquerda, o Vasconcelos levou pelo menos umas quinze ou mais propostas para acabar com as portagens. Só depois mais tarde é que o PS veio acompanhar essa decisão. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, simpaticamente ver que só a bancada do PSD gere o tempo da melhor forma e que isto também deve ser a parte financeira, sabemos gerir bem, mas para dizer sobre esta moção várias coisas. de 2011 a 2015, era o PSD governo e propôs a redução do custo das tarifas das SCUTS, os deputados do PS votaram sempre contra. De 2015 a 2022, quando o PS era governo, diziam que iam baixar, que iam alterar, nada, nunca fizeram. Saíram do governo, foram para a oposição e prontamente com o conforto reduziram antecipação, mas como estamos a gerir, mas mantiveram, mas ao vir agora outro governo com um cálculo, eu peço desculpa pelo humor senhor deputado Mário Espinha mais à Chega que é aquele cálculo que corta e tomba, cortaram tudo as portagens prontamente e reviraram os olhos a tudo o que fizeram nos últimos anos que era preciso um equilíbrio financeiro, estudos de adaptação que nós concordámos e é por essa medida, porque o PSD de facto sempre defendeu a alteração do custo e que fosse também feita a discricionariedade positiva a empresas algarvias e tudo mais, que o PS também o fez, também o pediu, mas não aplicou, iremo-nos abster nesta proposta, porque não podemos ser coerentes, e aquilo que foi feito agora foi uma moção de contra força de algumas forças políticas que se uniram assim com muito gáudio na Assembleia da República, porque o governo agora é PSD e CDS e, portanto, é dar essa declaração de que devemos ter memória que isto é um tema que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nos pode fazer até brincar e que é triste para todos os algarvios que brincamos com isto, mas que efetivamente temos de ter um bocado de memória e de noção e saber qual foi o posicionamento dos outros partidos e permitam-me com muita consciência, o mais coerente de todos foi o do PSD, sempre. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Saudação – Ao Fim das Portagens na Via do Infante - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	2	0	3	0	2	1	1	9
ABSTENÇÕES	0	5	0	3	0	0	0	8
VOTOS CONTRA	13	0	0	0	0	0	0	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Saudação foi reprovado por maioria.** -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vota contra esta moção e faz declaração de voto, porque ela, aliás, já tinha referido isso à senhora deputada.

-----No seguimento desta votação, um dos deputados cujo nome e bancada não foram pronunciados, referiu que posteriormente iriam apresentar declaração de voto por escrito. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Preservar a memória do horror: Ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença- (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Há 80 anos, na tarde de sábado dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres. -----

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a "solução final" que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas, para “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”. E em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio”, que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos. -----

Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros. -----

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutros locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie. -----

Assim, a Assembleia de Portimão, reunida em sessão ordinária a 24 de fevereiro de 2025, defendendo a construção de um mundo justo onde os direitos humanos sejam consagrados e todos possam viver com dignidade e em paz, delibera: -----

1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo; -----
2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos; -----
3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, «há oitenta anos, na tarde de sábado dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. -----

----- Com esta moção, queremos lembrar a memória das vítimas da violência do Nazismo-Fascismo, «reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos, apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença». Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Preservar a memória do horror: Ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda**, tendo sido obtido o seguinte resultado:



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher: Pela igualdade de direitos e o fim da discriminação de género - (subscrita pela Bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que: -----

a) No próximo dia 8 de Março assinala-se em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, data que desde meados dos anos 70 do século passado passou a simbolizar a luta das mulheres em todo o mundo pela igualdade de direitos laborais, políticos e cívicos; -----

b) Apesar de nas últimas décadas, quer em Portugal, quer em muitos países ocidentais, as diferenças de direitos e as desigualdades entre homens e mulheres terem diminuído, a verdade é que, quase no fim do primeiro quartel do século XXI, em Portugal perduram ainda, de forma intolerável, gritantes situações discriminatórias que devem merecer a nossa preocupação; -----

c) No presente, em Portugal, continuam a morrer anualmente dezenas de mulheres às mãos de assassinos que ora são maridos, ex-maridos, namorados ou companheiros das vítimas, sem que esta questão mereça o devido debate público, a indignação ou a preocupação que deveria obter de uma sociedade verdadeiramente comprometida com as questões da igualdade de género; -----

d) Números recentes mostram que em 2023, registaram-se mais de 30 mil ocorrências de violência doméstica, com 22 vítimas mortais, sendo que no ano de 2024 o número de vítimas mortais ascendeu a um total de 18, sendo 15 das mulheres; -----

e) Independentemente da consequência directa da violência sobre as mulheres ser ou não a morte das vítimas, o flagelo da violência doméstica, no namoro e de género é um grave problema que afecta a nossa sociedade, sendo transversal, em termos de vítimas e agressores, a factores de riqueza, classe social, instrução ou proveniência geográfica; -----

f) Hoje, em Portugal, persistem graves desigualdades em termos salariais e de oportunidades de carreira no mundo do trabalho (nomeadamente, em relação a cargos intermédios e superiores) entre homens e mulheres, em especial no sector privado, sendo a regra "trabalho igual/salário igual" muitas vezes uma mera proclamação teórica; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



g) Na nossa sociedade as mulheres continuam a ser diariamente sobrecarregadas com tarefas domésticas, na educação e cuidados com os filhos, não existindo verdadeiramente uma partilha igualitária de tarefas e responsabilidades domésticas entre os casais; -----

h) Enfim, que a nível local, a exemplo do que já sucede em muitos concelhos, devem ser as autarquias a lançar e liderar campanhas e debates públicos, que não só alertem consciências para estas questões, como sobretudo procurem encontrar medidas de âmbito municipal que permitam combater de uma forma cada vez mais eficaz e visível os problemas referidos, -----

O/as eleito/as do Grupo Municipal da Coligação Portimão Mais Feliz (CDS-PP/NÓS, CIDADÃOS! /ALIANÇA) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 1ª Sessão Ordinária 2025, realizada em 24 de Fevereiro: -----

a) Delibere aprovar uma calorosa saudação a todas as mulheres do concelho de Portimão e do nosso país, independentemente da sua nacionalidade, idade, orientação sexual, etnia, credo religioso, ideologia, opção política ou condição económica, encorajando as mesmas a continuarem a lutar, todos os dias, por um concelho e um país mais igual entre mulheres e homens, sem discriminação de género ou de condição socioeconómica;-

b) Delibere organizar uma sessão temática da Assembleia Municipal de Portimão, de acordo com o artigo 31.º, n.º 1 do Regimento da AMP, na data mais próxima que seja possível ao dia 8 de Março de 2025, a fim de assinalar o Dia Internacional da Mulher com a dignidade institucional que a data merece, mas, sobretudo, discutir, a nível municipal, alguns das causas e problemas que hoje ainda põem em causa a igualdade entre mulheres e homens.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que esta moção visa assinalar o Dia Internacional da Mulher que se comemora todos os anos no dia 8 de março, nós todos os anos fazemos questão de trazê-la aqui e trá-la-emos enquanto a situação da mulher em Portugal e no mundo for a que é para trabalho igual de salário inferior à do homem e enquanto os números da violência doméstica em Portugal forem a realidade que são e que todos nós conhecemos e que sejam muito graves e muito altos estatisticamente. -----

----- Aqui na parte expositiva da moção propomos que seja deliberado «organizar uma sessão temática da Assembleia Municipal», com base no «artigo 31.º, n.º 1 do Regimento da AMP» e que este dia seja o mais próximo possível na data do calendário do dia 8 de março de 2025, de forma a assinalar este dia com a dignidade que merece e com o objetivo de discutir aprofundadamente causas e problemas que ainda hoje se põem a nível de igualdade entre homens e mulheres. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS não terá reservas em aprovar esta moção, caso o "Portimão Mais Feliz" entenda retirar da proposta a alínea b) do documento. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Dia Internacional da Mulher: Pela igualdade de direitos e o fim da discriminação de género - (subscrita pela Bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	3	2	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi Reprovada com voto de qualidade da Senhora Presidente da Assembleia Municipal.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pelo levantamento das ruas de Portimão onde, devido ao estacionamento desregrado, as viaturas de maior dimensão não conseguem circular, nomeadamente transporte de mercadorias e/ou equipamentos, viaturas de emergência e transportes públicos - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que:-----

1. Existem diversas ruas de Portimão onde o estacionamento nos dois lados da mesma dificulta ou impede a circulação de viaturas; -----
2. Estas ocorrências causam inúmeros constrangimentos, nomeadamente a quem reside nesses arruamentos ou tem nas mesmas localizados os seus estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços, ao nível de acesso de viaturas de maior dimensão para transporte de mercadorias e/ou equipamentos, acesso a garagens e, com maior gravidade, acesso de viaturas de emergência; -----
3. Em alguns casos estas situações impedem, também, a passagem, sem constrangimentos, de autocarros de transporte público de passageiros. -----

Assim, tendo em conta que: -----

1. Não é aceitável a persistência destas situações que, prejudicam aqueles que vivem e trabalham naquelas ruas da cidade; -----
2. Para além de poderem originar graves acidentes, uma vez que viaturas de emergência, designadamente de bombeiros, possam ver-se impossibilitadas de aceder ao local do sinistro se apenas tiverem acesso ao mesmo por estas ruas; -----
3. Estas situações ocorrem, de forma recorrente, apesar da existência, nos locais, de sinalização, horizontal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e/ou vertical proibindo o estacionamento num dos lados destas ruas. -----

Acresce que: -----

Não obstante a adoção de medidas fiscalizadoras, e na impossibilidade dessa fiscalização ser permanente (por mais sofisticados que sejam os meios empregues), apenas se consegue assegurar as condições de circulação e de segurança com a adoção de medidas estruturais que impeçam o estacionamento indevido. -----

Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 24 de fevereiro de 2025 delibere: -----

1. Recomendar à Câmara Municipal de Portimão que proceda a um levantamento dos arruamentos da cidade onde o estacionamento desregrado, de ambos os lados da rua, condiciona a circulação nos mesmos de viaturas de maiores dimensões, nomeadamente viaturas de emergência, de transporte de mercadorias e /ou equipamentos, e de transporte público de passageiros; -----
2. Com base nesse levantamento apresente um plano de intervenções com vista à eliminação das situações detetadas, com o respetivo cronograma e orçamento de intervenção; -----
3. Desse levantamento seja dado conhecimento à Assembleia Municipal». -----

-----Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pelo levantamento das ruas de Portimão onde, devido ao estacionamento desregrado, as viaturas de maior dimensão não conseguem circular, nomeadamente transporte de mercadorias e/ou equipamentos, viaturas de emergência e transportes públicos - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Expansão do solo urbano: O desastre anunciado- (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJIGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista.-----

No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU



em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos. -----

Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório "Rethinking Urban Sprawl", a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024.

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As "alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985|2000" salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU "O parque habitacional-análise e evolução 2011|2021", pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas. -----

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que "a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%" (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050. -----

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que "o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos. Pelo contrário, alimenta a especulação..." (Paulo V.D. Correia in O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, p. 192). -----

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a apetência dos grandes proprietários, do setor da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



crecente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária a 24 de fevereiro de 2025, delibera: -----

1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação; -----
2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano.» ---

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Baptista Correia Santana**, para dizer que faz o resumo, está lida. «A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista. No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU»... Ponho à votação, eu perguntei se queria que resumisse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que no sentido de voto que é, defender a revogação do decreto-lei número 117/2024 e assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano. No fundo é isso que é pedido nesta moção. Vou pôr à discussão, uma vez que quase todos já não têm tempo. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que o PSD irá votar contra, porque consideram que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda parte logo de uma premissa errada como uma que aqui foi, veio a debate ao rejeitar qualquer expansão do solo urbano independentemente do teor também afastando um pouco a credibilidade dos órgãos autárquicos locais para gerir esta matéria e da sua seriedade, mas o problema do acesso à habitação exige soluções práticas e equilibradas e entendemos mais uma vez que estes decursos ideológicos só contra o crescimento urbano nada acrescentam aos graves problemas que existem na habitação. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Expansão do solo urbano: O desastre anunciado - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda,** tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	1	1	1	3
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	14	5	0	2	0	0	0	21

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi reprovada por maioria.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não participou na discussão e votação o Deputado Municipal Pedro Mota, da Bancada do Bloco de Esquerda. -----

-----O Senhor Deputado Municipal José Figueiredo da Bancada do PS, estava ausente da sala no momento da votação. -----

-----O Senhor Deputado Municipal João Caetano da Bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz", estava ausente da sala no momento da votação. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Saudação –Dia Internacional da Mulher 2025 - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que: -----

O Dia Internacional da Mulher permanece como um símbolo da luta que une e que transforma. Saga, emancipadora das mulheres de todo o mundo num tempo de avanços civilizacionais, feito de luta sem quartel. Não obstante, tempo atravessado por sobressaltos e inquietações com repercussões sociais e económicas trágicas para muitas famílias. Mais uma vez as mulheres são as primeiras a ser penalizadas. Dia que por natureza se mantém vivo e atuante. -----

No Portugal de abril, as mulheres puderam expressar aspirações e participar ativa e decisivamente para a radical transformação do estatuto social, jurídico e político das mulheres, no trabalho, na família, na vida social e política, fazendo cumprir a Constituição.-----

Valorizando os avanços produzidos no plano da legislação e da luta dos trabalhadores, da qual a luta das mulheres é uma importante componente, que consagra os direitos e a igualdade de género.-----

Denunciando os incumprimentos e retrocessos, que em todo o mundo agravaram dramaticamente as condições de vida das mulheres e as desigualdades.-----

Aumentou a pobreza e a exclusão, a fome e a desnutrição das mulheres e crianças. Aumentou a escalada de violências – sequestros de meninas, tráfico de mulheres e raparigas, prostituição. -----

As pandemias e a guerras não podem continuar a constituir motivo e desculpa que produza tais efeitos degradantes e nocivos. A construção de um mundo mais justo e melhor exige o cumprimento dos direitos das mulheres, não pode ser desculpa para silenciar os seus problemas e as desigualdades estruturais. -----

Sabemos como as mulheres no mundo lutam e resistem. -----

Neste 8 de Março de 2025 Saudamos a Federação Democrática Internacional de Mulheres e as organizações que a compõem, pela sua determinação na luta pelos direitos das mulheres, contra o fascismo e a guerra, o colonialismo, o racismo, o apartheid, verdadeiras barreiras à autodeterminação e emancipação das mulheres que lutam pela liberdade e autodeterminação dos povos. -----

Saudamos as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher, apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.-----

Neste contexto a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária -PCP -PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida a 24 de fevereiro de 2025 delibere: -----

1. Saudar todas as mulheres e suas organizações em Portugal e no Mundo e encorajar todas as mulheres a continuar a sua justa luta, pela cultura e o progresso da Humanidade, na sua intervenção contra as desigualdades, violências e discriminações, por uma verdadeira política de igualdade, paz e justiça social.-----
2. Enviar esta moção às organizações de mulheres Portuguesas à Federação Democrática Internacional de mulheres e aos órgãos da comunicação social.» -----

-----Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Saudação – Dia Internacional da Mulher 2025 - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Homenagem – Ao Centenário de Carlos Paredes o povo e uma guitarra - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Carlos Paredes, nascido em Coimbra em 1925, completaria 100 anos no dia 16 de Fevereiro.-----

Estudou, em Lisboa, no Liceu Passos Manuel e no Instituto Superior Técnico. Em 1949, tornou-se funcionário administrativo do Hospital de São José, cargo que manteve até ao fim da vida. -----

Conhecido como "O mestre da guitarra portuguesa" ou "O homem dos mil dedos" foi criador e intérprete incontornável na história da guitarra portuguesa e da música do século XX, partilhando connosco uma obra que nos convida à reflexão mais alargada sobre arte, criação e militância.-----

- Paredes via a música como expressão profundamente ligada à vida e à realidade nacional, e a cultura popular e a criação artística como formas de resistência e de transformação. Este entendimento da arte é particularmente relevante quando pensamos na construção de uma identidade coletiva no Portugal democrático. -----

Carlos Paredes é o exemplo inequívoco de um artista comprometido com o seu povo, com quem nunca deixou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de estar antes e depois do 25 de Abril de 1974 e que foi fonte de inspiração para a sua obra. -----
Foi a luta, como militante do PCP desde 1958, que antes do 25 de Abril o levou a enfrentar as prisões fascistas, no Aljube e em Caxias, e a tortura fascista. Um empenho político que jamais abandonou. -----
Nas últimas décadas a obra de Paredes tem-se perpetuado através da interpretação e da criação artísticas, tanto através da guitarra portuguesa, como através dos mais variados instrumentos e abordagens musicais. Enraizada no tempo e circunstâncias onde foi criada, a sua música continua a dialogar com diferentes épocas, linguagens e géneros, e a animar o desenvolvimento artístico e cultural do nosso património musical comum, sendo um legado que se perpetua na dimensão material e coletiva da sua arte. -----
Pelos factos indicados e conhecidos que refletem todo o potencial transformador da arte e do legado de Paredes como parte integrante de um coletivo. "O povo português", que deu corpo à sua música e que nesta encontra expressão, sendo simultaneamente o destinatário da sua obra; e uma guitarra que materializa a resistência, a liberdade e a criatividade.-----
Assim a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em 24 de fevereiro de 2025, delibere:-----
1º Saudar o centenário do nascimento de Carlos Paredes, "o homem dos mil dedos";-----
2º Recomendar à Câmara Municipal de Portimão em colaboração com os Agrupamentos Escolares do Concelho se associe às comemorações do seu centenário, intitulado "Variações para Carlos Paredes" promovendo concertos, colóquios, e publicações, onde se destaca a sua influência inegável na música portuguesa.-----
3º Recomendar à Câmara Municipal de Portimão o nome de Carlos Paredes para uma avenida/rua da cidade.»-
Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, comemoram-se os cem anos de Carlos Paredes, é celebrar a sua música como espaço de intervenção política e a sua forma de estar na vida e o seu pensamento é sobretudo valorizar a vida e a obra do homem que foi e é um símbolo da cultura portuguesa e um dos principais responsáveis pela divulgação e popularidade da guitarra portuguesa. A sua música continua a influenciar novas gerações de músicos nacionais e internacionais, inspirando novas criações artísticas e sendo fundamental para o ensino da guitarra portuguesa. -----
-----A sua capacidade de pôr em diálogo diferentes linguagens musicais, de conjugar a música popular e a inovação estilística, faz com que ainda hoje a guitarra portuguesa seja um símbolo da nossa identidade cultural, mas também um veículo para a criação e transformação. -----
-----Carlos Paredes é um exemplo inequívoco de um artista comprometido com o seu povo, com quem nunca deixou de estar antes e depois do 25 de Abril de 74 e que foi fonte de inspiração para a sua obra. Por isso propomos a esta Assembleia que delibere sobre os pontos constantes desta moção de homenagem. Muito obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Homenagem – Ao Centenário de Carlos Paredes o povo e uma guitarra - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Homenagem foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que passado duas horas vai finalmente poder falar. Hoje temos uma Assembleia acesa, com várias moções e várias discussões, um ambiente muito salutar e que muito também aprez-me registar. -----

----- Senhora Presidente, da informação destes últimos três meses, gostava de realçar a inauguração do jardim Gonçalo Ribeiro Teles, gostava também de dar nota da requalificação do jardim da fortaleza, projeto que está concluído, concurso concluído, neste momento aguarda visto do tribunal de contas, da requalificação também da fonte da praça Manuel Teixeira Gomes, que é a intervenção do espaço público que queremos também reabilitar, que vamos ter que o fazer, o acordo com a cedência para o campus universitário com a alteração também que já está em curso do plano daquela zona, bem como todos os critérios para lançarmos o concurso do projeto do campus universitário de Portimão. -----

----- Depois, elaborámos também e finalmente e registo isto também com muito agrado, o orçamento participativo jovem que vamos agora neste março jovem lançar então as propostas que foram apresentadas e os candidatos que as venceram. Registar também os acordos de cooperação com todos os agrupamentos de escolas do município de Portimão e que foram mais de quatro milhões de euros, dando assim autonomia aos agrupamentos de escolas de Portimão sem que tenham que andar a vir pedir até para algumas obras de urgência e muitas das coisas que temos falado também, nas visitas de estudo. Queremos que os miúdos todos vão às visitas de estudo e por isso a verba é transferida para os agrupamentos de escola para que possam gerir as visitas de estudo que querem fazer. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, também temos feito um investimento em vários passeios de Portimão, mais de dois quilómetros em passeios, passeios que há muito também já eram aguardados e que depois do levantamento feito, neste momento já está a obra no terreno. -----

----- Dar nota aqui também, pedimos reunião com o Ministério da Cultura por causa do convento de São Francisco, a reunião que estava marcada, mas com a alteração do Secretário de Estado da Cultura foi adiada e será marcada oportunamente. Já fizemos novo e-mail a pedir e a solicitar essa reunião. -----

----- Dar nota também de um assunto que é muito importante para todos os portimonenses, que é o edifício da secretaria da antiga escola Martinho Castelo Branco, depois de ter sido pedido vai ser cedido à autarquia a gestão daquele equipamento e o processo vamos assinar ainda este mês. -----

----- Depois, uma nota final para dizer que para a primeira Comissão do PDM, a primeira reunião da Comissão do PDM com mais de quarenta entidades foi o trabalho solicitado desde a primeira hora para os nossos técnicos de planeamento e do urbanismo da Câmara Municipal de Portimão e foi um trabalho que tenho que louvar aqui nesta Assembleia e que foi um trabalho conseguido, também a senhora Presidente esteve na primeira reunião da Comissão no dia 18 de fevereiro e, portanto, apraz-me registar que o município deixou de estar na cauda dos municípios que ainda não tinham pedido a primeira reunião do Algarve, sendo que só quatro PDM é que estão aprovados no Algarve e neste momento o nosso, já temos a primeira reunião realizada, foi uma primeira reunião realizada e que também perante todas as entidades foi realçado o esforço que a autarquia fez e pelas maneiras com que neste momento apresentou tanto a RAN, quanto a REN e quanto a quem representou todos estes primeiros documentos que tínhamos que apresentar, e posto isto passaria a palavra então agora ao senhor vereador José Cardoso que é quem está com este processo e agradecer-lhe também a ele e a todos os técnicos pelo trabalho que tem sido desenvolvido. Senhor vereador José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no seguimento daquilo que disse o senhor Presidente da Câmara relativamente à questão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, só de facto dar nota que pela primeira vez desde que este processo há muitos anos começou, que o município teve em sede de comissão consultiva que foi aprovado o ano passado uma proposta de plano apresentada, formalizada, de acordo com os procedimentos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que assim o obrigam, uma proposta de plano em condições de ser discutida e em primeiro lugar, queria obviamente saudar o esforço dos técnicos municipais do departamento de gestão urbanística para este objetivo concluído, porque de facto tem obrigado a muitas horas de trabalho adicionais e ao consumir muitos recursos do próprio departamento que é um departamento até por assuntos já aqui trazidos hoje que é do conhecimento de todos que está, não abunda neste momento em recursos técnicos, mas de facto definimos como prioridade que a revisão do Plano Diretor Municipal era de facto a nossa primeira prioridade, porque de facto este momento é estratégico, resolve muitos problemas, mas também aponta o caminho daquilo que é obviamente a estratégia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de desenvolvimento territorial do município e é absolutamente fundamental para definir qual é a política de ordenamento do território para a próxima década. -----

----- Há uma perspetiva de Portimão e essa perspetiva está plasmada neste documento, de que a população de Portimão vai crescer pelo menos dez por cento até 2040 e obviamente isso traz aqui uma responsabilidade acrescida. -----

----- Só dar nota que das quarenta entidades, praticamente a totalidade deu o parecer favorável condicionado, mas é favorável à proposta do Plano Diretor Municipal e à proposta do regulamento. Portanto, nesta fase vamos entrar num período de concertação com a perspetiva de que estamos a falar de uma proposta que obviamente será aqui depois atempadamente também discutida com a Assembleia Municipal e com os demais órgãos autárquicos que já têm muitas condições de ser discutidos e de ser concertados durante o ano 2025, porque de facto colheu uma aceitação muito alargada e de facto até de vários elogios, nomeadamente desde logo até na forma como a equipa do património e da cultura do município de Portimão têm delineado uma estratégia de plano de salvaguarda e de preservação do património, que foi amplamente elogiada pelas entidades com competência nessa matéria. -----

----- Queria só dar aqui uma nota sobre as orientações políticas e estratégicas que estiveram na base da nossa proposta de plano, só para também deixar aqui essa nota para conhecimento dos colegas. O plano, a proposta de plano assenta em três ou quatro ideias-chave que queria partilhar convosco. A primeira é a necessidade absoluta de Portimão assumir o seu papel estratégico enquanto principal polo urbano do barlavento algarvio. A centralidade económica de Portimão é importante, é importante para Portimão, mas é importante para os municípios vizinhos pelas relações que tem com os mesmos. Esta ideia de que muitos dos habitantes, dos municípios à volta de Portimão procuram Portimão para trabalhar, procuram Portimão para serviços, procuram Portimão para serviços de educação, procuram Portimão para cuidados de saúde, portanto esta ideia de Portimão como o grande motor do Barlavento algarvio é absolutamente fundamental e Portimão tem que assumir este papel neste novo PDM, porque esta afirmação também reduz os desequilíbrios regionais e a dependência de municípios mais afastados do centro, Faro, Olhão, Loulé, que são de facto o centro de capital e o centro dos serviços e cria aqui o polo polarizador de atividade económica que é fundamental para o desenvolvimento regional e isso está aqui assente. Esse desenvolvimento tem que ser também assente em infraestruturas âncora que o município de Portimão tem, nomeadamente o autódromo internacional, o aeródromo municipal, um porto comercial, uma marina e um hospital sub-regional que tem aqui um papel fundamental nesta afirmação. -----

----- Depois, há aqui uma aposta concreta na afirmação de Portimão como um polo de conhecimento e inovação. Nós sabemos que é preciso diversificar a base económica do município da região, nós precisamos de ter uma economia que pague melhores salários e que pague melhores salários o ano inteiro e obviamente vamos continuar a querer qualificar a oferta do turismo e do principal serviço como motor económico da região



que é o turismo, mas precisamos de fazer aqui uma diversificação, e a diversificação possível é fazer apostas concretas em termos de desenvolvimento territorial numa economia do conhecimento e numa economia capaz de captar a inovação e empresas da área da inovação, desde logo uma aposta que estamos a fazer nas infraestruturas de conhecimento, nomeadamente do Barranco do Rodrigo com a captação de um polo da Universidade do Algarve que se prevê que tenha um centro de competências na área tecnológica, mas também com a afirmação de alguns equipamentos, nomeadamente polos de captação de empresas, polos industriais que neste momento também fazem falta, mas também de polos para captação de empresas do segmento da inovação e da tecnologia. Também em parceria com outras infraestruturas que já existem no município, nomeadamente o autódromo que também tem o polo tecnológico que está a ser desenvolvido e que tem poder para catapultar este *hub*. Com isto precisamos de ter, obviamente permitir ter estudantes e ter que os nossos jovens se mantenham na região para estudar e que não vão para fora da região se tiverem essa possibilidade, mas também trazer massa crítica para trabalhadores qualificados que possam trabalhar na região e investir e captar empresas no setor tecnológico que se possam fixar também nestas áreas e com isto criar de facto uma economia, um *hub* de inovação e tecnologia e que haja de facto depois um conjunto de ferramentas atrativas para captar essas empresas. Esse é um eixo central. -----

----- Depois, a questão da sustentabilidade e da qualidade de vida, porque um centro urbano como Portimão tem que oferecer uma proposta de qualidade de vida à altura das expectativas dos seus habitantes e Portimão que é de facto uma cidade que é procurada para viver, para trabalhar, para estudar, mas também para investir e também por quem nos visita e se prevê que cresça dez por cento na próxima década e que se tem que afirmar como um polo urbano, tem que conjugar isto com sustentabilidade, tem que conjugar isto com qualidade de vida. -----

----- A ideia base desta proposta de ordenamento do território não é continuar a massificar, não é continuar a massificar no edificado, não é continuar a massificar no turismo e nos serviços, é qualificar o edificado. Portanto, estamos a propor apenas uma proposta de crescimento urbano que não é superior a dois por cento daquilo que é o perímetro urbano do município de Portimão, estamos de acordo com aquilo também que são as políticas de sustentabilidade dos instrumentos de gestão territorial a propor não só a revitalização do edificado existente, mas também a colmatação daquilo que já é a área urbana consolidada e que é nessa que queremos trabalhar, é nessa que queremos crescer para que não haja também uma dispersão muito grande em termos de infraestruturas e que o município não cresça de forma pouco sustentável e pouco qualificada, mas que permita oferecer aqui uma qualidade de vida equilibrada também aos nossos cidadãos e, portanto, esta ideia também está assente na nossa proposta de desenvolvimento para o território para a próxima década e obviamente tendo por base aqui na área da sustentabilidade e qualidade de vida a oferta habitacional. Estamos em sede também do regulamento do PDM e em sede também obviamente de opções de planeamento a desenhar um conjunto de ferramentas que façam com que seja mais atrativo para o investidor privado e



também para o promotor público construir na hora de investir, tomar a decisão por optar por habitação a custos moderados, a custos controlados na sua promoção imobiliária e não por habitação meramente especulativa e vamos ter também algumas propostas que depois também serão discutidas nessa matéria. E depois por último, tenho uma ideia-chave para encerrar esta proposta do PDM, é a ideia de que todo este desenvolvimento económico, toda esta proposta de desenvolvimento territorial tem que assentar também numa forte identidade do concelho de Portimão. Portimão é uma marca forte, mas Portimão só é uma marca forte quando aposta na sua cultura, na sua identidade cultural e no seu contexto histórico e obviamente esta questão da preservação do património, da valorização de identidade histórica e nos ativos patrimoniais do município estão muito assentes na nossa proposta de desenvolvimento do território, porque nós acreditamos que o município também só é atrativo quando é capaz de preservar esta identidade e só tem identidade quem tem história e obviamente vamos preservar esta marca na próxima década de desenvolvimento do município, e é na pós-graduação destas cinco ideias-chave que acentua a nossa proposta que colheu aceitação generalizada das entidades e que obviamente a seu tempo também iremos discutir aqui com esta Assembleia Municipal, porque nesta fase o que vamos é ter que fazer reuniões setoriais com cada uma das entidades e olhar para os pareceres que foram submetidos e fazer aqui uma concertação a todos os níveis, desde a proposta de ordenamento aos regulamentos e às restrições, às certidões, às questões da REN, às questões ambientais e a todas as outras entidades para conseguir harmonizar uma proposta que possa ser aprovada até ao final do ano. Para já era só senhor Presidente, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, a nossa cidade está em estado de pré-eleições, obras por todo o lado, mais do mesmo. Não há uma única via ou estrada que não esteja remendada, lá está, a maioria dos casos mal remendada. Muitas daquelas que foram recentemente intervencionadas já passaram por novas obras, criando um verdadeiro mosaico de preparações. Um caso prático é a passadeira junto ao centro de saúde de Portimão, após a sua intervenção, mais um corte na via foi feito, até ao momento apenas está tapado com terra. Isto não só compromete a segurança, mas também contribui para os danos dos veículos que ali passam diariamente. Isto são apenas pequenos exemplos de uma realidade que se espalha por todo o concelho. É essencial que o executivo tenha mais respeito pelo contribuinte e pela qualidade das infraestruturas públicas. Não basta remendar, é preciso planejar, executar obras duradouras que realmente sirvam a população, como é exemplo na página noventa e dois que já está lá uma queixa que houve uma senhora que caiu num passeio que está a pedir dez mil euros de indemnização fora na outra intervenção que tivemos aqui que também já estava um pedido de indemnização. -----

----- O jardim Ribeiro Teles como disse é um exemplo de luminosidade, alegria e bem-estar, proporcionando um espaço agradável para a comunidade. No entanto, há uma necessidade evidente, faltas de casas de banho para os utilizadores daquele espaço. A instalação desses equipamentos sendo essencial para melhorar o conforto e a experiência de quem frequenta o local. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Terceiro ponto, temos recebido muitas queixas por parte dos trabalhadores e utentes sobre a falta de estacionamento no hospital do Barlavento, como não se tratasse e não bastasse a ausência de algumas valências como o encerramento das urgências tanto pediátricas e outras, e agora também soma-se o problema do estacionamento. Diante disto questionamos o executivo municipal se já houve alguma intervenção junto à administração do hospital para tentar encontrar uma solução para esta situação. É fundamental garantir melhores condições para quem precisa de acesso ao hospital, seja para trabalhar, seja para receber cuidados de saúde. -----

----- Quarto ponto. Portimão quer criar mil lugares de estacionamento para motociclos, até aqui tudo bem, até concordamos, mas agora como vem referido na notícia, agora quando a Câmara de Portimão deixa o apelo a todos os condutores, motociclos e motas que utilizam lugares reservados para esse fim evitando o estacionamento indivíduo sobre os passeios e avisa que será intensificada a fiscalização dessas mesmas infrações, mas agora também digo, as mesmas infrações que sejam também imputadas às bicicletas de Bird que invadem os passeios, jardins e entre outros, não só os motociclos e/ou ciclomoteres. -----

----- Quinto ponto. Já que falamos de estacionamento, questiono também se o terreno situado entre o parque da juventude e a rua João Simões Tavares é a propriedade do município. Se for, qual é o destino previsto para esse espaço, e caso não exista um projeto definido, porque não considerar a utilização para aumentar a oferta de estacionamento beneficiando tanto os moradores da área, como os visitantes do parque da juventude. Seria uma solução prática para um problema crescente na cidade. Fico a aguardar esclarecimentos, e ainda mais. A requalificação do parque da juventude, tinha um prazo de nove meses com o início a 23-10-2023, no entanto, mais de um ano se passou e a obra continua sem fim à vista. Qual é o motivo desse atraso, existe um novo prazo previsto para a entrega do espaço requalificado à comunidade? É essencial que haja uma transparência e esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos, dado o impacto que demora e tem para os cidadãos que utilizam aquele parque. -----

----- Sexto ponto. Qual é o ponto de situação do consórcio SIES-E-FINE, após a sessão de esclarecimentos realizada no dia 8 na Mexilhoeira Grande. -----

----- Mais, e também já agora que estive aqui uma senhora a falar sobre uma situação de uma empresa, quando é que dão resposta a esta empresa, já que passou aqueles dias todos e agora já que falo deste consórcio, também falo da resposta à Câmara a dar a esta empresa, que estão cinquenta postos de trabalho em perigo. -----

----- Seria importante atualizar a população sobre ou pelo menos... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que essa é uma questão que foi posta diretamente pelos cidadãos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, também posso pôr, também posso pôr, estou aqui nesse direito. Seria importante atualizar a população sobre



o desenvolvimento de eventuais decisões tomadas e próximos passos previstos, a transparência e comunicação que são fundamentais para manter os cidadãos informados sobre este projeto. -----

----- Sétimo. O terreno camarário situado na Pedra Mourinha, na rua dos Remédios, será de facto utilizado para uma criação de um centro de abrigos. Existe algum projeto definido para esse espaço? Ainda está em fase de estudo, e caso a decisão já tenha sido tomada, qual é o prazo previsto para essa implementação. Seria importante esclarecer a população sobre o destino desse terreno e os impactos que essa possível estrutura terá na comunidade. Aquele espaço seria interessante era para estacionamento, é o que as pessoas pedem. Para já fico-me por aqui. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, para dizer que vai começar por se cingir exatamente aqui ao que foi apresentado e colocar aqui algumas questões. Queria começar por no âmbito até daquilo que foi a minha pequena intervenção há pedaço, dizer que fico muito feliz de perceber que muito daquilo que foi hoje dito aqui como estratégico, foi apresentado nesta casa como moções reprovadas e fora de tempo nas questões da sustentabilidade, nas questões do conhecimento, nas questões da cidade de Portimão enquanto polo agregador do Barlavento algarvio e do desenvolvimento local. Portanto, tudo isso foi extemporâneo, neste momento aparece aqui pelo menos essa felicidade que podemos ter. -----

----- Dizer-vos duas ou três coisas que reitero, algo que já aqui transmiti. Acho que está-se a fazer a bandeira e muito bem do campus universitário de Portimão, apresenta-se e fala-se tudo em público como se estivesse tudo finalizado, por aquilo que é possível saber, ainda não está possível qualquer obra ali enquanto não estiverem processos a ser desenvolvidos antes, portanto acho que falar das coisas antes delas estarem possíveis de serem desenvolvidas é enganar as pessoas. -----

----- Depois, continuo a dizer que todas estas palavras-chave que aqui apresentam e muito bem e que é preciso ser um loco desenvolvimento tecnológico e de inovação e captação de empresas, áreas de alavanca, do conhecimento para a região continuam a dizer que existem forças vivas em território que em nada têm sido ouvidas ou têm tido a intervenção, pensamos que novamente andamos aqui à laia daquilo que é apresentado pelo senhor Dr. Deus da CCDD e depois a Câmara limita-se a encontrar como fazer eco das palavras desse guru. Portanto, significa que tudo aquilo que está aqui a ser apresentado que é realmente indicador de finalmente haver uma possível estratégia também passa por ela não ter pontos de alavanca que possa perceber-se que vai ter vida e que vai acontecer no tempo que é permitido e nas condições que são permitidas. Dou dois exemplos, voltemos ao campus universitário. Quando é apresentado em público entrevistas de jornais que o campus universitário vai avançar e que logo se vê das residências, venham primeiro os alunos que depois nós construímos as residências. Por amor de deus, nem sabemos onde estamos! Desculpem, isto é impossível de ser dito, não há condições para virem viver estudantes para cá. Aliás, há, se quiserem pôr trinta em beliches dentro de uma loja possivelmente eles inscrever-se-ão nos cursos que ninguém sabe quem são,



que ainda têm que passar para as trazer, que ninguém pensou obviamente, quer dizer, deve haver outro guru que vai fazer tudo isso e que vai colocar Portimão e não é Portimão que diz onde é que é nossa aposta, onde é que são as alavancas empresariais que nós temos no território que vão permitir haver empresários para pegar nestas áreas de conhecimento. Portanto, as coisas estão sempre a vir por cima pelo telhado, fundações não são construídas. Portanto, é lógico que não se pode iniciar um campus universitário num sítio onde não há oferta de alojamento para atrair investigadores, professores e docentes sem que paralelamente se avance com uma componente residencial paralela à construção de um campus e da oferta formativa. Portanto, isso está escrito, não sou eu que digo, ou então a entrevista far-me-ão o favor de dizer que está errado. -----

----- Relativamente aqui às outras questões dos pontos estratégicos e bem, só pedir a vossa resposta, digamos assim, eu tenho algumas dúvidas pessoais perante aquilo que foi dito e perante aquilo que li, que possamos ter um plano estratégico para uma cidade que cresceu tanto nos últimos anos no número de habitantes, com o objetivo de não aumentar mais do que dois por cento do perímetro urbano deste território. Isto significa o quê? Vamos apostar na verticalidade, ou seja, vamos apostar em não ganhar terreno para haver então a tal sustentabilidade, qualidade de vida a nível da habitação e a nível da oferta que é colocada à disponibilização quer de quem cá vive, quer dos empresários, quer dos turistas e vamos apostar numa cidade vertical, cidade vertical sustentável como? E como é que essa estratégia pode alavancar esta palavra-chave da qualidade de vida e da sustentabilidade. Com isto, e deixando também aqui outras questões não só para a minha bancada, mas para ser mais assertivo, a questão aqui da identidade cultural. Queria só transmitir o quanto é desagradável, triste para uma pessoa olhar para um projeto que está a ser feito com uma entidade que foi contratada para fazer o plano estratégico e cultural de uma cidade, que eu tenho três monitores, ponho três ou quatro projetos e metodologias e objetivos de três cidades que vão ser intervencionadas pela mesma entidade e estão iguais, vírgula, *ipsis verbis*, muda duzentos e trezentos euros nos valores e é feito igualzinho aqui, como em Loulé, como em Setúbal, como em qualquer sítio. Isto para mim não é trabalhar a identidade no território. A identidade no território trabalha-se com os agentes vivos dos territórios e não é ocultar modelos que fazem pseudoparticipações com cinco pessoas que é isso que interessa ouvir o que eles vão dizer como dados adquiridos que se identifica o que é a identidade de um território, são com as pessoas e não vale a pena fugir e colocar aqui palavras e projetos que depois ainda por cima são iguais, feitos em todo o país. Para mim isto não é trabalhar a identidade, cujo objetivo é meritório, é a alavanca chave, mas por amor de deus trabalhem com entidades que façam as coisas como deve de ser. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ouviu com atenção a intervenção do senhor Presidente da Câmara e do senhor vereador José Pedro Cardoso, e quer uma, quer outra confirmaram uma ideia que anda aí muito na cidade há uns dias a esta parte, umas semanas, que é sobre o encadeamento. Parece que mudaram para aí umas lâmpadas e há muita gente encadeada no túnel



das Cardosas, e parece-me que aquilo que ouvimos aqui é fruto desse encadeamento. Agora, eu ouvi, vou exemplificar o que é que estou aqui a dizer, ouvi o senhor Presidente de Câmara a dizer que a breve trecho vai ser feito o lançamento do concurso para o campus universitário, pois o anúncio da participação preventiva para a elaboração de um novo PP senhor Presidente, não é a revisão, é a elaboração de um novo, terminou o período da participação preventiva creio que há dois ou três dias pelas minhas contas, e o senhor já está a falar em lançamento do concurso. Mais, a elaboração deste plano está aqui prevista neste aviso para sete meses, sete meses, sendo que foi publicado no dia 29 de janeiro de 2025. Eu não sei como é que os senhores conseguem fazer um plano destes em sete meses, mas, enfim, os senhores como vieram aqui dizer com esse grau de satisfação e de ilusão, ilusão aqui no sentido que os espanhóis chamam ilusão, não é, que o PDM já tiveram a primeira reunião da comissão consultiva que era suposto ter sido feita até final do ano passado, penso que só foi este ano e que as coisas estão bem encaminhadas, quando toda a gente sabe que agora é que vai começar a fase a sério da concertação da revisão do PDM, e agora é que vai começar o caminho das pernas, em que das dezenas de entidades que têm assento nesta comissão, sectorialmente vão dizer o que é que querem afinar no plano, a proposta de probabilidade de plano e, portanto, os senhores estão tão otimistas que vão ter uma proposta final deste ano, que eu tenho que dizer-lhes com toda a frontalidade que realmente se calhar são os maiores encadeados com aquela iluminação nova do túnel das Cardosas. Eu no outro dia passei lá e ia ficando encadeado, mas os senhores estão verdadeiramente encadeados com isto tudo e não é com o túnel. -----

----- Bom, mas tinha aqui questões concretas, senhor Presidente, porque fala-se muito em requalificação do espaço público e em obras, mas as obras a maior parte delas marcam passo, eu nem vou falar do arruamento ali junto à Forportil que aquilo foi uma coisa por demais, parecia uma obra de Santa Engrácia. Agora, já temos o tapete sem marcação, mas já se consegue circular, mas foram meses de constrangimentos para circular ali, nem vou falar da ligação à estrada de Alvor entre a rotunda das 4 Estradas até ao Intermarché, que também teve quase um mês sem marcação, puseram o tapete e foi preciso o ano novo, bom, foi quase preciso o final do mês de janeiro para pôr a marcação na estrada. -----

----- Vou falar da requalificação da envolvente da igreja matriz que eu não percebo como é que parece que põem uma pedra por dia, na parte traseira da igreja matriz, eu passo lá praticamente todos os dias é impressionante como é que aquela obra não anda e, portanto, eu perguntava-lhe, o senhor disse aqui há uns meses que na Páscoa estaria pronta a obra, eu pergunto de que ano? Não sei se será deste ano, espero que sim, mas tenho ideia que se calhar não vai ser. -----

----- Depois, queria falar também da 531 número um, a estrada municipal entre o aeródromo e a igreja da Penina. Eu falei no outro dia com o senhor vereador Cardoso, que simpaticamente me informou que a breve trecho a empreitada será lançada, e eu queria que dissessem claramente quando é que essa obra estará no terreno, sendo certo que era importante frisar aqui que a obra não poderá decorrer nos meses de maior fluxo



de treino sob pena de termos ali outro problema a exemplo do que aconteceu com a famigerada substituição das luzes no túnel das Cardosas, que foi o caos que toda a gente sabe e que toda a gente sentiu nesta cidade. Mas senhor Presidente, eu aqui há uns meses, creio que na última Assembleia Ordinária o ano passado, questionei sobre aquela, enfim, aquela obra que está ali a decorrer ao pé da praia do Vau que os senhores diziam que era uma mera operação de contenção de terras. Quem lá passa, eu tenho lá passado agora também com alguma regularidade e tenho visto que aquilo de contenção de terras como eu disse aqui há uns meses, na altura o senhor vereador Cardoso disse-me que a informação da fiscalização era que estava tudo de acordo com a comunicação prévia que tinha entrado na Câmara, aquilo de contenção de terras não tem nada, porque está lá uma cratera do tamanho de um meteorito que varreu os dinossauros da face deste planeta e o senhor Presidente da Câmara deu uma entrevista, veja lá bem, ao jornal Barlavento aqui há umas semanas, em que diz que o projeto está bem encaminhado, parece que a expressão terá sido esta, ou está bem adiantado, creio eu e, portanto, eu perguntava concretamente senhor Presidente, qual é a pretensão ou qual é o projeto que existe para aquele terreno, se o projeto está aprovado ou não, se já foi emitida alguma licença de obras ou não para aquele empreendimento turístico ou hoteleiro, não sei muito bem se é um empreendimento turístico, se é um equipamento hoteleiro que está ali, porque há aí divergências, parece que há aí, enfim, há aí vozes divergentes, há quem diga que é uma coisa, há quem diga que é outra e queria que nos dissesse aqui factualmente o que é que está aprovado pela Câmara em relação àquilo, porque, enfim, eu convidava o senhor Presidente, o senhor vereador a irem lá amanhã e verem olhos nos olhos o que é que lá está a ser feito, aquilo de contenção de terras não tem nada, e para já era só. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, numa primeira intervenção a este período, gostaria de fazer... a intervenção, ou seja, a informação escrita apresentada pelo senhor Presidente está bem redigida, está bem formulada, eu não irei pinçar ou objetar sobre qualquer informação escrita, mas iria fazer algumas perguntas, isto em cinco pontos um que é na divisão de ambiente e espaços verdes. De acordo com os dados da *Global Forest Watch*, Portugal encontra-se no ranking dos cinco países com maior perda percentual de cobertura arbórea. Primeira pergunta seria, como pretende o executivo contrariar a tendência? Uma outra pergunta, que medidas de mitigação e combate ao uso do plástico já foram empreendidas pela autarquia? Uma terceira neste módulo será, no contexto da higiene urbana e ambiente, que ações de sensibilização e educação para o desenvolvimento sustentável com metodologia participativa estão previstas. Dentro deste módulo e há bocadinho não consegui a cereja no topo do bolo, mas poderíamos colocá-la agora num seguinte pedido. O arruamento que há um bocado o senhor deputado João Caetano mencionou que liga a Forportil à zona do Cabeço do Mocho, chamemos-lhe assim, eu recebi há dias um e-mail da gerência dessa empresa Forportil que me pediu, aliás, acho que também já o executivo recebeu um e-mail, em que quando aquele carro que transporta seis ou oito viaturas vai de acesso à Forportil, aquelas árvores que estão naquele pequeno parque de estacionamento causam



moléstia aos automóveis novos. Haverá a possibilidade de o executivo mandar desbastar pelo alinhamento do passeio novo, para que não cause moléstia aos automóveis? -----

----- Agora, teria outra pergunta no ponto um ponto um, recursos humanos. Que parcerias ou colaborações estabelece a Câmara Municipal de Portimão com associações empresariais ou outras entidades para impulsionar a formação de recursos humanos qualificados no concelho. E uma última pergunta por agora, como é que a cidade atrai ou retém talento em setores específicos como tecnologia, saúde, ou indústria que exigem competências especializadas e por agora... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, passando aqui a responder às solicitações e já são muitas, a passadeira do centro de saúde, falou na passadeira do centro de saúde senhor deputado Pedro Mota, não é só a passadeira do centro de saúde, temos neste momento, em roturas que tivemos, temos mais de, à volta de sete buracos para tapar. Ainda hoje falei com o responsável da EMARP, ainda hoje falei com o responsável por este setor porque a chuva já parou e, portanto, os buracos já deviam de estar remendados e, portanto, vai na próxima quarta-feira ao Conselho de Administração já para um procedimento rápido também para taparmos, porque já deviam de estar todos, todos tapados, porque é assim que queríamos e que é assim que temos que funcionar. -----

----- No jardim Gonçalo Ribeiro Teles, aquele projeto ainda contempla um quiosque que é onde vai ter a casa-de-banho. Portanto, no jardim Gonçalo Ribeiro Teles naquela parte superior, vamos abrir concurso para um quiosque que é para ter a casa-de-banho também igual ao que está no jardim Primeiro de Dezembro e, portanto, aí tem a casa-de-banho também referida. -----

----- O estacionamento do hospital já não deve passar lá há alguns dias, têm estado lá as máquinas, fizemos um acordo com o proprietário do terreno mais a sul, para que possamos fazer um parque de terra batida ali, porque na realidade a Câmara não tem ali terreno nenhum, mas falta ali um estacionamento e se reparar, se passou lá hoje, já estavam lá a abrir o terreno mais a sul, aliás, já está, desde o início desta semana que está a ser feito um parque de estacionamento em terra batida. Dou nota ainda que com o acordo com o proprietário, porque se não não seria possível, porque o hospital também não tem terrenos ali naquela zona para que se possa fazer um parque de estacionamento. -----

----- Do parque da juventude, é verdade, é uma obra que também a mim me custa já vê-la, porque já devia estar mais do que pronta para os nossos jovens poderem utilizar, mas aquilo foi lançado dois concursos, se para um primeiro concurso apareceu um candidato, para o segundo concurso que era a parte também mais que interessava, que é a parte radical, logo não existiram concorrentes, depois levaram mais três meses até que aparecesse um concorrente, foi feito um ajuste direto com esse concorrente e neste momento é por isso que a obra está para ser concluída no mês de abril, mas já devia de estar concluída, no máximo em novembro, dezembro que já devia de estar concluída e, portanto, penso que agora, mas em conjunto, porque já podíamos ter aberto a outra parte e não o parque radical, mas não é isso que queremos, queremos abrir



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tudo em conjunto e, portanto, a outra parte já está terminada, o parque radical é que ainda não está terminado. Ah! não, mas isso aponte porque está em separado, mas o terreno é do município, está a ser feito o projeto para estacionamento. Portanto, a parte onde estão as barracas queremos ampliar o parque da juventude e no outro terreno fazer parque de estacionamento. -----

----- Depois, o consórcio da Mexilhoeira que foi falado, desde o primeiro dia que fomos lá visitar quando fomos convidados para ir visitar o terreno e o sítio onde é que queriam implementar, foi logo visto com o senhor Presidente de Junta e com alguns habitantes da Mexilhoeira que aquilo estava muito em cima da população, e o que dissemos ao consórcio até com a minha colega Sandra que foi quem tomou conta desse assunto, que era para procurarem um plano B. Não estávamos contra o projeto, não estamos contra projetos inovadores como aquele, mas que deviam de procurar um plano B noutra zona mesmo dentro da freguesia da Mexilhoeira e, portanto, fizeram, depois marcámos a informação à população e neste momento aquilo que temos é que têm estado à procura de um plano B, que já o encontraram e que vai ser apresentado, mas ainda não sabemos se é dentro do nosso município, se é fora do nosso município, portanto aguardamos que o consórcio nos diga onde é que vai ser apresentado. -----

----- Falou na Pedra Mourinha também, da Pedra Mourinha dizer-lhe que não há lá construção nenhuma. Aquela zona vai ter que ser uma zona verde com um parque de estacionamento ao pé do jardim de infância. Portanto, não há lá mais construção nenhuma. Mandamos aquela construção abaixo e acabou ali a construção. Portanto, ali é para ser uma zona verde com um parque de estacionamento que muita falta faz também ali naquela zona da Pedra Mourinha. -----

----- Depois, dizer-lhe que na imprensa e já agora também aproveito para responder uma vez que as pessoas ainda estão cá. Na altura, quando quisemos tirar da reunião, era para que não fosse votado contra para ver se arranjavamos uma solução porque a bomba de gasolina não é junto ao Intermarché, é no outro lado da estrada junto aos prédios num terreno que está ali. Quando se volta para a aldeia nova da Boavista, está um terreno e a bomba de gasolina é aí e, portanto, a nossa rede viária, não é na Mexilhoeira, é a seguir, a seguir quando quer ir para a Aldeia Nova da Boavista há uma estrada à direita e aí tem um terreno onde tem casas também. É nesse terreno que é a construção da bomba de gasolina e, portanto, da nossa rede viária dizia que tinham que ter ali algumas faixas de contenção para que os carros pudessem passar e foi isso que tiramos nesta altura para que a reunião fosse feita. Eu agora vou saber porque é que a reunião ainda não foi feita e vou ter que ver qual é o andamento do processo, só isto e, portanto, ainda não respondi aos proprietários, mas este assunto quando deu entrada no dia 6 de dezembro foram para os serviços, vamos aguardar que os serviços nos deem nota do que é que já está que é para podermos fazer a reunião, mas peço-vos também que compreendam. Projetámos todos os nossos recursos humanos neste momento para o PDM, todos os nossos recursos humanos do urbanismo são, mas temos marcadas reuniões todas que têm



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sido pedidas, todas, todas as reuniões que têm sido solicitadas e, portanto, vou ver qual é que é o ponto de situação deste caso. -----

----- O campus universitário e que já foi falado aqui, eu quero-me comprometer com um prazo, quero, porque não quero falhar e como não quero falhar, tenho mesmo que dar pressão nos serviços para que seja feito e que seja uma realidade e, portanto, depois se não tiver feito na altura logo me vão dizer que prometi e não o fiz. Agora, há uma coisa que eu vos digo, quis-me comprometer, as reuniões têm sido feitas com a Universidade do Algarve, com a CCDR, com os técnicos da Universidade do Algarve, este levantamento está todo feito, e quando fala, ó professor Américo e senhor deputado Américo aqui neste caso, quando fala na habitação, alojamento para os estudantes, já desde pelo menos o ano passado, tivemos uma reunião e disponibilizámo-nos logo para arranjar um terreno para que fosse feito alojamento para os estudantes e estamos disponíveis também com outras universidades se quiserem para concorrerem para arranjarmos um terreno para que o possam fazer, o que nos foi dito neste momento. A Universidade do Algarve tem habitação e a percentagem que chega à habitação que tem. Tem não sei quantos apartamentos em Portimão e que chega e que portanto neste momento não era uma prioridade. O que lhe quero dizer é que o município está empenhado desde a primeira hora a encontrar soluções. Digam-nos que é necessário o terreno, vamos à procura de uma candidatura para que possamos fazer alojamento para os estudantes e não tenha dúvidas nenhuma disso. Portanto, assim como disse qual é o prazo que quer o campus universitário feito, também fica aqui já o meu compromisso que se for necessário um terreno, vamos enveredar todos os esforços para arranjarmos um terreno para que seja feito logo construção para os nossos estudantes em Portimão, quer seja para aquela universidade, quer para outra. Portanto, professor Américo, fique já aqui bem ciente disto que lhe estou a dizer. -----

----- Na parte dos PDM, todos os PDM aquilo que a lei obriga também é que não seja aumentada área urbana e por isso é que todos os pareceres foram positivos. Não, é e por isso é que, não, tem de ser justificado e depois os novos planos que vão aparecer, não vai inviabilizar o alargamento nos novos planos que depois têm que ser discutidos, isso depois é uma proposta sustentável que têm que a seguir para aparecer, isto vai ser nestas reuniões que vamos ter agora. Sim, portanto o senhor deputado gostou das luzes do túnel e, portanto, continua encadeado e por isso contestou e foi feito até em cinco dias senhor deputado, a obra tinha que ser feita, já devia de estar feita há muitos anos, mas tinha que ser feito. Infelizmente, quando lançamos o concurso é o que vai e nem sempre podemos fazer aquilo que queremos. -----

----- O plano municipal da cultura ainda está a ser feito, ó senhor deputado Américo, o plano da cultura ainda está a ser feito, portanto tem andado com várias sessões, ainda nem eu tenho conhecimento do plano, portanto quando já está aqui como se tivesse conhecimento do plano, o plano ainda nem ao executivo foi apresentado. Portanto... -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ó senhora Presidente, não gosto de não responder a nada e, portanto, gosto de dar conhecimento daquilo que sei, quais são as informações que também posso e que já me foram dadas pelos serviços para partilhar convosco. Portanto, tenho muito gosto nisso. A marcação da estrada da Forportil, quer desta, quer das outras estradas também e ainda agora o senhor deputado Pedro Mota disse que houve algumas estradas que fizemos intervenção e depois tivemos que voltar a recuperá-las, felizmente este ano tivemos vários dias de chuva. Houve serviços que foram adiantados e que depois ficaram mal feitos e tiveram que ser voltados a ser repostos, a estrada da Forportil é um deles e neste momento só falta a pintura penso que esta semana, ainda na próxima semana estará feita a pintura, assim como da poda das árvores não me chegou solicitação nenhuma, portanto se lhe fizeram um e-mail a si, se calhar estão-lhe a pedir para ir cortar as árvores, mas a nós não nos pediram nada nem o senhor vereador Eduardo Catarino tem conhecimento nenhum desse aspeto. -----

----- Quanto ao adro da igreja, não, o adro ainda não está porque faltava uma lateral que vai ser a última rua, falta as traseiras, falta a união ainda até ao pé da casa dos cafés, portanto ainda falta fazer muita obra. Portanto, até o que me foi dito e ainda esta semana fomos visitar a obra, até ao final do mês de abril toda aquela zona estará recuperada. Eu queria também com poder de compra. Como deve compreender, tudo o que tentámos era que até à Páscoa toda aquela parte estivesse pronta, a obra já vai com meses de atraso e, portanto, agora o que dissemos é que não há mais tolerância nenhuma, não vamos dar mais prazo, porque a obra tem que ser acabada. Têm existido algumas dificuldades no fornecimento da pedra, mas isso também não é culpa nossa, quem ganhou a obra já sabia que a tinha que mandar fazer e, portanto, já devia de ter mandado fazer e de tê-la no local para que ela, a obra, pudesse ser executada e, portanto, o problema tem sido esse. -----

----- A estrada 531 o contrato já está assinado e, portanto, mais dia menos dia da obra ser iniciada, porque também não a queremos fazer no verão, aliás, já nos chega os constrangimentos que fazemos e uma obra daquelas que é uma entrada, quer queiramos, quer não, vai dar... o contrato está assinado, portanto a obra está adjudicada, agora não lhe consigo dizer o dia aqui exato que vai ter início, mas o contrato está assinado. Tem um prazo que está no concurso. -----

----- Depois, da obra da praia do Vau, o senhor deputado perguntou e deu as respostas. Não havia à partida problemas por causa do alvará de loteamento, mas mandou-nos a prudência e então na passada reunião de Câmara fizemos a alteração ao alvará de loteamento, a arquitetura está aprovada e, portanto, a obra agora está em condições de ser licenciada. Portanto, o senhor deputado já sabia, quando perguntou deu a resposta também. -----

----- Depois, o senhor deputado Mário Espinha, nós o que temos na mente para os espaços verdes, queremos fazer um grande espaço verde que é o parque urbano, mesmo ao pé do campus universitário



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



também, portanto, é aí que vai ser uma grande zona verde com árvores também e é nessa zona que queremos fazer. -----

----- O módulo com a educação ambiental tem estado a ser feita até com um grande serviço da EMARP. A EMARP tem estado a gerir isto junto das escolas e tem estado a dar formação aos nossos miúdos. Assim como começámos em anos atrás com a Proteção Civil também nas escolas, fizemos agora também o mesmo com a educação ambiental, com os alunos de todas as escolas, e também, ah! Só me falta também dizer só a formação é com a formação da FEFAL, e é isso que os recursos humanos indicam sempre e é a formação que os nossos colaboradores têm. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Jorge do Nascimento Vieira Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tinha algumas questões, a maior parte delas até já foram respondidas, mas relativamente ao Barranco do Rodrigo, ainda tenho grandes dúvidas e agora o senhor Presidente na sua intervenção deixou-me ainda mais outra, era para ser uma grande zona verde e agora acabou por dizer que é um parque urbano aquilo que sempre foi falado que não era um parque urbano, um parque urbano temos aqui no centro de Portimão foi feito agora há relativamente pouco tempo, ali a ideia não seria um parque urbano. Porém, aquilo que vamos vendo é que parece que não existe uma grande ideia para aquilo que se vai fazer ali no Barranco do Rodrigo, porque se inicialmente, e já foi falado aqui nesta casa seria apenas o campus universitário e toda a restante zona seria espaço verde, isso era a ideia que foi aqui e foi divulgada e que foi aclamada por todos e inclusive por todos os nossos munícipes, era isso que eles nos vêm pedindo há bastante tempo, aparentemente já nasceu também lá uma piscina que não era para fazer, afinal já se vai fazer também uma piscina. Bom, a última que eu ouvi é que também já se ia fazer um lar de idosos. Quer dizer, as coisas vão nascendo, parece cogumelos, a minha pergunta é, afinal o que é que lhes vamos fazer no Barranco do Rodrigo, qual é que é a real ideia daquilo que lá vamos fazer, qual é que é o objetivo e se no final não ficamos ali efetivamente com um parque urbano em vez de ficarmos com uma real zona verde e uma mancha verde ou pulmão verde como aqui foi anunciado muitas vezes. -----

----- Depois, relativamente ainda ao campus, e aquilo que também já foi falado relativamente às residências universitárias, também agora fiquei um bocadinho aqui na dúvida, porque há cerca de dez dias atrás o senhor Presidente na tal entrevista disse que já existia o terreno para fazer a residência quando ela fosse necessária e agora há pouco disse, «quando for necessário vamos encontrar um terreno». Afinal, a pergunta que eu tinha aqui para lhe fazer era se o terreno era também junto ao campus universitário, era mais uma zona que a gente iria retirar à mancha verde, mas afinal existe ou não existe o terreno para essa intervenção? E depois tinha uma outra pergunta que é relativamente às inúmeras obras que tivemos em Portimão, desde aterros que não têm qualquer identificação, não têm tapumes e faz-se as obras todas como se quer, com grande perigo e não sei como é que não existem mais feridos ou mais problemas,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nomeadamente no antigo centro de inspeção na Pedra Mourinha que é uma zona de passagem de muitos alunos, esteve a obra a ser feita, foi feita toda a demolição sem qualquer tapume à volta e sem qualquer informação prévia nem nada estar afixado atualmente, e temos máquinas a trabalhar e temos uma série de coisas. Penso que é no antigo terreno do antigo campus universitário, penso que é aquele local que nunca se veio muito bem a saber, temos um grande aterro, junto ao Barranco do Rodrigo temos aterro a ser feito também sem nenhuma identificação e parece que em Portimão não há lei, pode-se fazer tudo desde que se faça, desde que alguém tenha máquinas a gente faz e pronto, eu estou nessa área ainda por cima pergunto-me, se calhar eu devo deixar de fazer comunicação e fazer as coisas como elas devem ser feitas, fazemos e pronto e depois logo vemos. A minha pergunta é, existe fiscalização em Portimão, ou a gente apenas atua quando existir uma denúncia? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, eu vou aproveitar as diversas intervenções e vou tentar ser breve, até para facilitar o trabalho ao executivo, mas relativamente a uma que acho que foi dita por quase todas as bancadas que tem a ver com a mobilidade e as obras e vamos evitar os facilitismos, naturalmente são obras necessárias, todos sabemos isso, mas a questão que eu colocava em primeira instância, é se o executivo Socialista por decisão política pode assumir humildemente que tem a responsabilidade, está um trânsito caótico, bloqueou a cidade vários dias e em vários pontos e se a gestão que fizeram podem assumir que é política e que também virão como muitos portimonenses que com outro tipo de planeamento e porventura outro tipo de gestão e a calendarização é possível ser alterada, podia ter sido feita de outra forma, se bem que eu gosto muito da minha cidade reconhecida a nível nacional, mas confesso que no espaço de trânsito da Antena Um e da TSF gostava de continuar sem ouvir falar de Portimão. Essa é a primeira pergunta sobre mobilidade. -----

----- A segunda, perguntava neste fórum se os trabalhos que são vários que decorrem, se nos podiam elucidar de qual é a coordenação que está a ser feita, porque efetivamente parece e repito, parece para quem é um cidadão comum que circula na cidade, que há muitas obras sobrepostas e que seguramente para quem tem minimamente um olho sobre planeamento territorial, o impacto que é desnecessário em todas elas, demonstra que não houve um planeamento atempado das que estão a aparecer e quando uma está a findar surge outra, repito, há obras que todos reconhecemos, todas elas são importantes, mas eu pergunto qual é o planeamento, se podem dar uma palavra sobre essa matéria e por fim sobre este processos é, qual é que foi a consulta que foi feita aos processos da alteração rodoviária e com as obras e desvios que há muitos, estamos a ter muitas placas nesse sentido, muitas placas a dizer desvio e, portanto, sim são obras úteis, mas, portanto, são estes três pontos. Foram consultados moradores, comerciantes e porventura comissões locais sobre esta matéria de mobilidade e transportes, e depois eu tive que apontar, porque é informação de hoje e agradeço ao senhor vereador José Cardoso e uma nota prévia, eu sei que é um autarca que gosta muito destes temas do Plano Diretor Municipal e que é a sua área e que domina, mas fiquei com algumas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



questões que queria que me tentasse elucidar sabendo que isto agora avança para várias fases de auscultação e de consulta. Eu ouvi o polo urbano do Barlavento algarvio, mas confesso que ainda há pouco tempo estive num outro concelho no Algarve e vi precisamente a mesma coisa e eu espero que aqui seja estratégico, noutro concelho seja apenas slogan, mas perguntava, isto concretamente significa o quê de polo urbano? Porque quais os critérios e qual é o estudo que sustenta que queremos ser um polo urbano para ser diferenciador face a Lagos, a Lagoa, a Monchique, é em que parte, perguntava se o município, porque isto é muito primordial, qual o aspeto a ser um polo urbano atrativo, porque depois falámos de várias coisas e por isso eu perguntava, que o Partido Socialista tem muito tempo se nos podia falar mais sobre isto, fiquei de facto, eu, isto aqui repito, tenho que olhar porque isto foi apontado no outro dia, o crescimento urbano de dois por cento, eu perguntava e sabendo as [impercetível 2:58:38-2:58:39] até foi a bancada do "Portimão Mais Feliz" que falou, mas isto deve-se à evolução populacional, às necessidades habitacionais, tem a ver com processo imobiliário, estamos a falar e vamos bater na lei dos solos outra vez e a bancada da CDU que me perdoe, mas isto tem a ver com uma reclassificação para fazermos habitação, tem alguma coisa a ver com isto, há uma estratégia nesse sentido, como Oeiras, por exemplo, faz? Não há? Perguntava se podia a nível de crescimento urbano e sustentabilidade, se isto pode ser explicado de uma forma melhor, e eu tinha aqui, tenho aqui mais notas, mas sinceramente até vou deixar para outra altura, mas eu queria tocar aqui na reclassificação que eu sei que o senhor vereador falou que é qualificar o edificado não massificar, e eu perguntava se isto significa que a intenção de estratégia pública a nível infraestrutura é reabilitação urbana, ou quando falamos isto, é apenas aquilo que geralmente é feito para limitar o crescimento da oferta habitacional? Porque a minha dúvida é, qualificar o edificado, eu até pergunto se isto não se vai sobrepor ao crescimento habitacional que falava no ponto antes e se eu não for claro, eu repito a pergunta, ou se isto também é para limitar aqui, portanto a oferta habitacional, porque fica-me essa dúvida, porque qualificar o edificado é importante, assumimos isso e é um ponto primordial, a identidade já foi aqui bem falada e fiquei com algumas dúvidas, mas fica para outras núpcias, mas sobre qualificar o edificado também deixava a questão do que é que nesta fase inicial isso se reflete dentro da política que o executivo está a ver para esta fase de revisão do PDM. -----

----- As outras questões eu poderei fazer ou não depois, mas para já eram estas. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, ouvimos aqui, portanto que está a ser elaborado, portanto o Plano Diretor Municipal. Eu oiço isto como deputado municipal que já sou há bastantes anos, oiço isto já há muitos anos, mas de qualquer forma e ainda bem que vamos concretizar dentro da expectativa do executivo, eu perguntava, não ouvi uma única palavra sobre a via, sobre as estradas ou a acessibilidade a Portimão. Isso está previsto ou não está previsto? Porque me preocupa, eu com a idade que tenho gosto de sair de Portimão e gosto de entrar em Portimão e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



gosto de sair de Portimão de dia e cada vez menos consigo conduzir à noite e, portanto, regresso também de dia. -----

----- Bom, eu não sei para onde é que vou, se vou por Alvor a estrada vai ficar interrompida, como é que eu faço a minha vida? Já agora eu e a de todos os munícipes independentemente, portanto dentro da cidade. Se há um crescimento, não há uma previsão para que se melhore portanto, este aspeto dentro da cidade? Era só esta pergunta que eu gostava de fazer. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, quero em primeiro lugar, saudar os técnicos que fizeram de forma rigorosa este documento e depois bastantes perguntas aqui já foram levantadas por outras bancadas, eu tenho aqui uma questão que nos foi colocada pelos industriais do táxi, que é a questão do regulamento que foi aprovado nesta Assembleia, mas que ainda não foi publicado no Diário da República. Qual a razão disso, uma vez que se encontram treze profissionais com carros parados porque não podem funcionar, o IMT já não renova nem emite novas licenças, eles estão à espera precisamente da publicação no Diário da República deste documento, do regulamento e depois ainda terão que passar por uma aferição e selagem de taxímetros para iniciar as funções arrastando assim por mais tempo o reinício da atividade. São famílias que estão dependentes da publicação deste regulamento no Diário da República. Não sei se já foi enviado, se já foi enviado se foi com a menção que era urgente? -----

----- Depois, também continuo a não perceber o que é que se passa com o cemitério, para quando o cemitério, continua a não se saber quando é que o mesmo irá ser feito, se será outra vez bandeira de campanha do Partido Socialista para além de, pronto, de parques verdes, da mobilidade, para quando pensam, se há uma estratégia para entregar também a cidade ao peão, porque não é só os carros, não é só a circulação de automóvel que é caótica, é também o querer circular nesta cidade a pé, se há alguma estratégia nesse sentido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui uma pergunta que se esqueceu de pôr na intervenção anterior, mas tinha aqui também uma questão que foi sugerida pela resposta que o senhor Presidente deu relativamente ali à operação urbanística na praia do Vau. A pergunta que tinha ainda agora para colocar, prende-se com o viaduto que vem ali do parque de feiras até à zona da rua Infante D. Henrique. Foi dito o ano passado que previsivelmente estaria aberta a circulação até final do ano, inícios deste ano, o senhor vereador Cardoso na altura na comissão setorial da Assembleia referiu isso, mas já estamos quase no final de fevereiro e parece-me que aquilo a obra parou, não tenho notícia de, pelo menos previsivelmente do viaduto estar aberto, e questionava também uma coisa que o senhor vereador na altura disse, que se prendia com a entrada em Portimão através do viaduto, portanto na altura, estamos a falar em junho do ano passado, daquilo que nos foi dito na comissão, ainda não se sabia muito bem qual



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



seria a forma de entrar através do viaduto, ou seja, onde é que o trânsito que entrasse em Portimão através do viaduto iria desembocar para o centro da cidade, seria via rua Infante D. Henrique, seria via rua de São José, ou eventualmente uma outra alternativa que nós não sabíamos qual é e, portanto, perguntava concretamente para quando a abertura do viaduto e se essa questão da circulação de entrada em Portimão já está estudada e resolvida. -----

----- Depois, relativamente aqui à questão que eu tinha colocado anteriormente, eu ouvi com atenção aquilo que o senhor Presidente disse, embora o senhor Presidente acha que nós estamos aqui um bocadinho desatentos, eu estava a ouvi-lo e fiquei um bocadinho preocupado, porque uma de duas. Ou estarei mal informado sobre aquilo que está ali a acontecer e sobre a tramitação procedimental que está a decorrer na Câmara, ou então os senhores têm ali um problema muito grande para resolver, e o problema que eventualmente estará ali criado já não é do tempo do vereador Gambôa, já é vosso. Portanto, se houver ali uma necessidade de uma revogação já é culpa vossa, não é quem esteve antes, como aconteceu noutras situações, e a questão é que o senhor falou aí numa alteração ao alvará de loteamento, eu não me apercebi de nenhuma discussão pública para alterar o alvará, sendo certo que se eu tenho a ideia correta do que é que está ali a ser feito e da pretensão do requerente, não é uma alteração simplificado no Alvará que está ali em causa, pelo menos daquilo que me dá, não é manifestamente, pelo menos daquilo que eu tenho informação, posso estar mal informado e, portanto, perguntava-lhe concretamente se houve essa discussão pública ou não, e perguntava-lhe concretamente, falou aí no projeto que foi aprovado e que estaria em vias de ser emitida uma licença, quantos pisos é que esse projeto prevê para o empreendimento turístico ou hotel, não sei qual é a tipologia que está ali em causa se é um hotel, se é um empreendimento turístico, se é, enfim, presumo que não seja um aldeamento turístico, ou será um hotel, ou um empreendimento turístico, e perguntava-lhe quantos pisos é que... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado só uma precisão técnica é jurista, um hotel é um empreendimento turístico, é só isso, não é... ---

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu não vou entrar nessa discussão consigo, senhora Presidente, mas tudo bem. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não entre, não entre, é o regime jurídico dos empreendimentos turísticos. Hotel, hotel apartamento, aldeamento turístico, parque de campismo, são todos, aldeia, aldeamentos turísticos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pois é, pois é, são tipologias diferentes, por acaso são tipologias diferentes, mas está bem. Agradeço o seu reparo, senhora Presidente, enfim, portanto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perguntava o número de pisos e qual é a tipologia que foi aprovada em concreto e se houve ou não discussão pública para alterar o alvará. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao assunto do Barranco do Rodrigo, o senhor deputado Ricardo Cândido não deve ter estado na última reunião, porque eu lembro-me até que o senhor deputado Natalino Alves me perguntou por causa do terreno do Barranco do Rodrigo e onde é que íamos fazer uma creche também. Portanto, este assunto já veio aqui à Assembleia, mas como o senhor deputado não esteve então nessa Assembleia vou explicar mais uma vez. O que pretendemos fazer é, de trinta mil metros quadrados foi cedido para o campus universitário. Depois, vai nascer também a piscina e na parte mais a norte do terreno onde está uma casa e onde a Servilusa tem os seus armazéns ali, aquele terreno também pertence ao plano e então é aí que é a creche, portanto não é tudo para aqui. Todo o resto... não, eu não disse a casa não é propriedade da Câmara, o terreno é que é propriedade da Câmara, Foi o mesmo que disse na última Assembleia e, portanto, todo o resto são vinte e sete mil metros quadrados, hectares... são trinta mil é que vamos dar à universidade, tudo o resto é uma zona verde. Do Barranco está. -----

----- Ah! Das obras dizer-lhe que a fiscalização existe, tanto é que nessa obra que está a falar ao pé da Bemposta, a fiscalização já lá esteve e já procedeu ao auto também, a outra obra da Pedra Mourinha vou perguntar porque não tenho esta informação. -----

----- Quanto à mobilidade e todas as obras que temos feito, têm sido também sempre acompanhadas pela nossa rede viária e, aliás, tem sempre um plano de trânsito à porta, e é isso que temos tentado. Temos tentado também embora não seja fácil, porque com tantas obras que a cidade precisava, e se queremos preparar o futuro também, temos que as fazer, mas quando as empresas concorrem e como é o caso do túnel, a nossa prioridade era que o túnel fosse feito à noite, mas como repararam, das três empresas consultadas só uma é que concorreu e o que quis é que tinha que fechar a faixa onde estava a trabalhar durante todo o dia e noite também, porque as máquinas, aquele tipo de máquinas não têm mobilidade e não têm matrículas não podem circular e, portanto, foi isto que fizemos. Não é por nosso agrado que tivemos a cidade a ser notícia na Antena Um todos os dias, porque eu também oiço a Antena Um, como estavam aquelas faixas todas impedidas de circulação. Por isso foi um empenhamento muito grande para que a obra fosse o mais depressa possível entregue e felizmente nessa conseguimos antecipar o prazo da entrega na obra, porque senão seria mais uma semana de caos, a realidade é esta e que não queríamos também que as pessoas e os nossos munícipes e quem quer trabalhar em Portimão seja também tratado desta maneira. Foi das piores obras que tivemos em Portimão naquela semana, não tenho dúvidas nenhuma disso. Todas as outras com a rede viária, com a EMARP temos feito planos de trânsito, é óbvio que causa sempre algum constrangimento às populações, mas temos que as fazer e temos sempre tentado passar a informação e temos sempre tentado também ser o mais rápidos possíveis. Neste momento também o que quero é que a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



partir de maio não haja obras. Tem sido difícil, ainda agora estamos a mudar o ramal na rua Infante D. Henrique, temos estado a mudar sem fechar a rua ao trânsito. Felizmente, não foi dado nota aqui e é bom sinal, é porque ainda ninguém notou. Portanto, depois do urbanismo também vou passar só uma nota final ao senhor vereador José Pedro Cardoso, mas muitas das coisas que falamos aqui, é dos tais regulamentos agora que temos que começar a trabalhar também depois para o PDM e daquilo que queremos para a nossa cidade e, portanto, é isso que o vamos fazer e é esse o trabalho que também queremos fazer. -----

----- Dos táxis, não consigo, os documentos foram enviados, tudo aquilo que foi aprovado foi enviado, está para publicação em Diário da República, mas não consigo saber quando é que vão publicar em Diário da República, é só estar publicado, já foi aprovado por esta Assembleia, pela Câmara, é só estar publicado, se me conseguir ajudar a encontrar alguém para que o mais rápido possível consiga fazer a publicação em Diário da República, eu agradeço senhor deputado. De resto, não consigo neste momento ser mais rápido. -----

----- Para o cemitério, finalmente os alvarás já estão registados, vou na próxima semana começar a ter reuniões com os proprietários daqueles terrenos que é para começarmos então a falar de todo aquele plano e para dar conhecimento também aos proprietários dos registos dos alvarás e para começar a trabalhar com eles também de maneira a que possamos chegar a acordo, porque há aqui ainda algumas arestas que vamos ter que limar, mas tenho a certeza que vamos chegar a bom porto. -----

----- O senhor deputado João Caetano falou no viaduto, o viaduto como sabe não é nosso, fiz a pergunta a semana passada quando é que estaria pronto, disseram-me que neste momento estão a fazer a eletrificação da linha e que já passam pela ponte de Charuto e que têm um viaduto em Estômbar mais atrasado que o nosso e, portanto, não deram nenhuma previsão quando é que a obra vai estar acabada. Hoje fiz questão mesmo à hora de almoço de ir confirmar se as informações que me passaram na semana passada eram as mais corretas e é verdade, vi que na realidade são as informações corretas, mas não tenho ainda data de quando é que aquele viaduto será terminado. É como todas as obras têm atrasos, mas aquela não é nossa, nem a culpa é nossa. -----

----- Depois, da alteração simplificada, vai ser na mesmo para a rua Infante D. Henrique e pela rua de São José, porque o viaduto vem dar à rotunda. Portanto, vai ser pela São José e pela rua Infante D. Henrique. -

----- Quanto à alteração simplificada do alvará e lá da obra do Vau, o senhor deputado se não quiser pedir a documentação ao seu vereador na reunião de Câmara onde teve um parecer jurídico também, eu posso fazer chegar o parecer à senhora Presidente da Assembleia que depois distribuirá por todos os membros da Assembleia. Portanto, se quiser fazer chegar, eu faço chegar por via da Assembleia, portanto. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que é muito rápido, se calhar é por falha minha, eu só gostaria de saber se a piscina



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que vai nascer no Barranco do Rodrigo é municipal, se vai ser integrada na Universidade e caso seja municipal o que é que vai acontecer às instalações que estão agora a suportar a piscina municipal ali na 25 de Abril. -

----- Outra coisa, fiquei a perceber, portanto que o regulamento já foi enviado por publicação? É isso? No Diário da República? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, foi o que o senhor Presidente disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, mas não sabe é se foi com a menção de urgente? É que basta isso. É urgente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, tinha aqui mais uns assuntos a questionar sobre aqui a informação do senhor Presidente. Na página vinte e cinco foram celebrados contratos programa para desenvolvimento do programa de atividades de enriquecimento curricular no ano letivo de 2024/2025, assumindo um encargo global de quatrocentos e cinco mil euros. Quais são as entidades executoras que vão fazer este projeto? São quatrocentos e cinco mil euros? Gostaríamos de saber. -----

----- Também aqui sobre a aprovação do orçamento participativo jovem, vimos a apreciação de setenta e uma propostas. Para quando o OPS, isto é, o orçamento participativo sénior! Quer que o orçamento participativo seja para todos, isto é, entre os trinta até quem puder viver, para que todos e todas os munícipes de Portimão não possam ficar de fora e que tragam boas ideias para o concelho. -----

----- Outra situação que tenho aqui, para quando, na página setenta e quatro, o programa de apoio à aquisição de bicicletas? Já anda aqui há dois anos e até agora o programa não sai do papel. Tenho dito. ---

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a piscina municipal, a piscina será municipal, senhora deputada, como é óbvio. Aliás, a grande ocupação que temos em todas as piscinas municipais, nota que temos falta de mais uma piscina até para dar condições também aos nosso jovens e aos nossos atletas. -----

----- Depois, das AEC, o que falou são as AEC e, portanto, o que tem sido feito é com a Educar a Sorrir e com a Junta de Freguesia de Alvor nas escolas da Bemposta. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, desejo uma boa noite a todos, declaro encerrados os trabalhos e amanhã cá estaremos com a mesma vivacidade. -

----- Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e vinte e oito minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 1ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e cinco, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia vinte e cinco de fevereiro, no mesmo horário e local.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----2ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 2025 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 25 de fevereiro de 2025 -----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Eduardo Jorge Jesus Gonçalves	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Jorge Daniel Alves de Melo
Chega	Jorge Daniel Alves de Melo	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Rodrigo Jorge Jeremias
BE	Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	2 dias	24/02/2025 A	Marilu Veiga Correia Batista Santana



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



			25/02/2025	
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	41 dias	19/02/2025 A 31/03/2025	Ricardo Jorge Viana
PSD	Ricardo Jorge Viana	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Bruno Miguel Candeias
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	9 dias	09/02/2025 A 28/02/2025	José Luis Mateus Barbudo
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	2 dias	24/02/2025 A 25/02/2025	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	1 dia	25/02/2025	Maria Augusta Martins Pires Rodrigues
PSD	Maria Augusta Martins Pires Rodrigues	1 dia	25/02/2025	Filipa Maria António Marques
PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	25/02/2025	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	25/02/2025	Susete Madalena Rocha Santos
PSD	Susete Madalena Rocha Santos	1 dia	25/02/2025	Miguel Afonso da Silva Mendes Pereira
PSD	Miguel Afonso da Silva Mendes Pereira	1 dia	25/02/2025	Rita Sofia de Barros Reis
PSD	Rita Sofia de Barros Reis	1 dia	25/02/2025	Eduardo Jorge Jesus Gonçalves
PS	Andreia Filipa Muchacho de Sousa	1 dia	25/02/2025	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	25/02/2025	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	25/02/2025	Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
-------	----------------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Jorge Alexandre Perdigão Pereira de Vasconcelos	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 1ª Sessão Ordinária de 2025**, cumprimentando todos os presentes e referir que vai iniciar, mas sabe que o senhor Mário Espinha pediu aqui ao senhor Primeiro Secretário para fazer uma intervenção. Faça favor. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quis fazer esta interpelação à mesa porque a bancada municipal do Partido Chega vai estar ausente desta Assembleia, precisamente nesta deliberação, pelo motivo da abstinência do executivo às suas propostas socioeconómicas. Obrigado. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** Discussão e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2024; da Primeira Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa para o ano de 2025, com a Incorporação do Saldo de Execução orçamental de 2024 no Orçamento de 2025; e da Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano 2025-2029, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 104/25**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o saldo positivo alcançado pela execução orçamental de 2024 num valor de cinquenta e quatro milhões oitocentos e quarenta quatrocentos e quatro ponto quarenta e um euros, é a prova inequívoca de uma gestão financeira



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



responsável, eficiente e orientada para um bem comum. Este resultado não surgiu por acaso, é fruto de uma estratégia de rigor, de uma visão de futuro e de uma administração que coloca os interesses dos cidadãos em primeiro lugar. -----

----- Graças a esta gestão preventiva e equilibrada, Portimão começa a destacar-se pela equilibrade das suas contas e pela capacidade de investimento, garantindo os recursos necessários para melhorar a qualidade de vida da população. -----

----- Este saldo permitirá avançar com projetos fundamentais de transformação da nossa cidade e reforçarão o seu papel como um município moderno, sustentável, atento às necessidades de todos. -----

----- Desde a requalificação dos mercados municipais, a modernização dos serviços, passando pela melhoria das infraestruturas rodoviárias, a criação de parques infantis, a requalificação da zona ribeirinha e a aposta em habitação e nos espaços públicos, cada investimento reflete o compromisso com um desafio harmonioso e com a construção de um futuro mais promissor para Portimão. -----

----- É assim com a responsabilidade, mas também com ambição que esta revisão orçamental apresenta um passo decisivo neste caminho. -----

----- Nos termos do artigo cento e quarenta e cinco da lei número 45-A/2024 de 31 de dezembro, lei do orçamento de estado para 2025, poderá ser integrado o saldo de execução orçamental 2024 no orçamento da receita e da despesa para 2025, e nas grandes opções do plano para o quinquénio 2025/2029, através da alteração de modificação após a aprovação dos mapas, demonstração de desempenho orçamental pela Câmara Municipal de Portimão e a aprovação dos documentos de prestação de contas individuais relativas ao ano 2024. -----

----- O saldo de execução orçamental de 2024 no montante de cinquenta e quatro milhões oitocentos e quarenta quatrocentos e quatro ponto quarenta e um, resulta essencialmente da boa execução das receitas municipais e da gestão rigorosa e preventiva de garantir a capacidade financeira do município e destacando-se ao nível da credibilidade, da sustentabilidade das suas contas. -----

----- Este saldo permite assegurar fundos disponíveis para diversos investimentos em desenvolvimento e previstos para o presente ano e os seguintes. Para a primeira alteração modificativa de 2025, o executivo municipal permanente incorporará o montante de cinquenta e um milhões trezentos e quarenta quatrocentos e quatro ponto quarenta e um, saldo de execução orçamental de 2024. Incrementado o orçamento da receita inicial de 2025, o orçamento da despesa inicial de 2025, reforçando alguns projetos, ações das grandes opções do plano com efeitos não só no exercício económico de 2025, mas também para os quatro anos subsequentes. Os restantes três ponto cinco milhões de euros, saldo de execução orçamental de 2024, serão utilizados em futuras alterações ou modificações ao longo do ano, motivadas por eventuais necessidades de novos projetos, candidaturas financiadas ou reforço de dotações. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Os anexos seis e sete, refletem os ajustamentos efetuados a alguns projetos, ações de grandes opções do plano para 2025/2029, nomeadamente plano plurianual de investimento com dezoito milhões quatrocentos e sessenta e um quatrocentos e quatro ponto quarenta e um e plano de atividades municipais, trinta milhões trezentos e vinte e nove. -----

----- Estes ajustamentos são motivados pela necessidade do reforço de dotações e da reclassificação face à expectativa na execução de alguns projetos e ações. -----

----- No PPI foram criados os seguintes projetos/ações associados a candidaturas comparticipadas:-----
----- - Projeto integrado na rede urbana inter-regional cidades âncora e economia azul; -----
----- - E o projeto número 42/25, estratégia ITI redes urbanas, descarbonização dos serviços de transporte público. -----

----- No PAM foram criados os seguintes projetos/ações: -----
----- - Número 11/2025 – manutenção e limpeza das praias; -----
----- - Número 12/2025 - reposição de areias nas praias; -----
----- - Número 13/2025 – projeto integrado na rede urbana inter-regional, cidades âncora para a economia azul; -----

----- - Número 14/2025 – estratégia ITI redes urbanas, descarbonização dos serviços de transporte público.
----- A aprovação desta revisão orçamental é crucial para o avanço de vários projetos estruturantes para o município, entre os quais quero destacar:-----

----- - Melhoria das condições da requalificação dos mercados municipais; -----
----- - Remodelação do edifício Alfagar; -----
----- - Beneficiação da V3 e repavimentação das vias rodoviárias do concelho; -----
----- - Construção das vias rodoviárias V2 e rotundas; -----
----- - Melhoria dos passeios e zonas de coexistência como as ciclovias; -----
----- - Construção de parques infantis; -----
----- - Requalificação do espaço público, zona ribeirinha e o jardim Sárra Prado; -----
----- - Requalificação do parque habitacional; -----
----- - Requalificação do centro interpretativo de Alcalar e musealização do Portugal I; -----
----- - Remodelação da rede de eliminação pública; -----
----- - Projetos da escola secundária Manuel Teixeira Gomes; -----
----- - Obras de requalificação das escolas de Chão das Donas, centro do Alto Alfarrobal, jardim de infância da Pedra Mourinha e com a assinatura na quinta-feira também da escola D. Martinho Castelo Branco; -----
----- - Construção do centro de dia da aldeia do Carrasco; -----
----- - Requalificação da fortaleza de Santa Catarina e a casa Manuel Teixeira Gomes; -----
----- - Requalificação dos polidesportivos e complexos desportivos; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- - Apoios a associações e coletividades culturais e desportivas; -----
- - Aposta em eventos culturais desportivos fora da época alta; -----
- - Continuação das medidas de apoio ao arrendamento e apoios sociais; -----
- - Cumprimento dos compromissos assumidos com o pagamento da dívida ao FAM; -----
- - Conservação dos espaços verdes; -----
- - Modernização dos serviços municipais. -----

Apesar da instabilidade da política internacional com a implicação dos mercados imobiliários e financeiros, considera-se que o executivo municipal manterá o equilíbrio orçamental, imperando assim o sentido de responsabilidade nesta revisão. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que começa por desejar a todos que não esteja mais ninguém em abstinência, deseja ele, já basta, enfim, as pessoas que estão nessa situação que é sempre chata, mas, enfim, cada um saberá de si e queria agradecer antes de mais ao senhor Presidente a exposição que fez, foi muito elucidativa, até porque senhor Presidente o documento que nos foi aqui remetido sobre este ponto relativamente aqui a algumas questões é muito vago e lacónico, o senhor aí, enfim, deu mais alguns pormenores, eu diria que seria útil e seria conveniente que este documento fosse mais claro, mais circunstanciado e mais detalhado. O senhor falou aí numa série de projetos que eu acredito, não ponho em causa, que têm reflexo aqui nos mapas a nível de investimento em aquisições de bens e serviços, investimento em equipamentos municipais, em redes viárias, etc. mas aqui aparece uma rubrica e o número. É o mapa, mas na informação podia vir a informação que o senhor aqui acabou de nos dar mais detalhada e mais pormenorizada, eu acho que era o mínimo que a Assembleia aqui pedia e mereceria. Estamos aqui realmente a discutir, ou vamos aqui discutir a incorporação do saldo de gerência do exercício de 2024 que apresenta aqui números que são positivos, mas o senhor Presidente, enfim, falou da questão que lhe interessa falar obviamente e eu agora vou falar da questão que nos interessa falar também, que é a que o senhor não disse, é que este desempenho financeiro tem que ser atribuído em grande medida à arrecadação de impostos diretos e indiretos, eu ainda não acabei senhor Presidente, ainda não acabei, se quiser ouvir até ao fim, depois concordará ou discordará daquilo que eu vou dizer, mas ainda não acabei e em grande medida do esforço que este executivo ainda no tempo da sua antecessora e já no seu tempo também pediu e continua a pedir e a exigir todos os anos aos portimonenses, aos contribuintes portimonenses, quer sejam pessoas singulares, quer sejam empresas e, portanto, o senhor faltou dizer essa parte que é de toda a relevância, é que os primeiros responsáveis por este desempenho financeiro antes do executivo que o senhor preside com alguns méritos que possa ter que eu não vou tirá-los, é aquele que paga impostos em Portimão. Famílias, particulares, empresas, quem compra casa, quem é proprietário de imóveis que pagou o IMI, que pagou e continua a pagar e, portanto, é esse esforço que tem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sido continuamente pedido e, não obstante a saída, a tão apregoada e tão anunciada e tão celebrada saída do FAM que foi conquistada o ano passado, não obstante isso este ano ainda se continua a sobrecarregar as famílias e os contribuintes individuais e coletivos do concelho. Isto é que faltou dizer, senhor Presidente, mas, enfim, isto é quase como uma novela com capítulos anuais. Os senhores anualmente vêm com esta narrativa que, enfim, o desempenho financeiro realmente atribui-se à gestão do executivo, enfim, os senhores estiveram ao mais alto nível na gestão da receita e da despesa, mas depois esquecem-se de dizer, essa é a nossa parte, temos que chamar isso à coação sempre aqui, pelo menos enquanto aqui estivermos, isto eu não me calarei com isso porque é a verdade, é factual, depende em grande medida do esforço que é pedido às famílias. Agora, eu vejo com bons olhos alguns dos projetos que estão aqui previstos a nível de investimento, alguns que o senhor também referiu aí na sua intervenção, mas perguntava-lhe antes de mais qual foi o critério que foi usado para aplicar este dinheiro, porque o senhor falou aí em, vou dar um exemplo, falou aí em obras para construção de vias rodoviárias estruturantes, mas eu só ouvi uma que me parece que é estruturante, faltam outras, e depois há aqui questões que o senhor não falou, por exemplo, mas que me parecem relevantes e que se calhar não seriam uma referência, pergunto eu, que é a questão que está aqui da verba que está aqui prevista, a rubrica para habitação, que era uma questão, enfim, que é por demais evidente que é de toda a relevância saber, por exemplo, que valor é este que está aqui, se responde, por exemplo, à habitação social, à habitação a custos controlados, à Coca Maravilhas, ao Cabeço do Mocho, enfim, que isso fosse detalhado e depois antes disso e para começarmos, que fosse explicado aqui à Assembleia qual foi o critério político que foi usado para definir e priorizar estes investimentos. Estamos a falar aqui de um valor que é, enfim, que é, não vou dizer chorudo, mas que é representativo, ainda sobram três milhões e qualquer coisa euros para eventuais alterações subsequentes ao orçamento, mas este bolo aqui substancial que é aquilo que estamos aqui a falar, que se não me engano são cinquenta e dois milhões e qualquer coisa euros, mais coisa, menos coisa, espero não estar a falhar por muito, este aqui é que convinha que nós soubéssemos quais foram as linhas orientadoras para definir este investimento, que eu vejo aqui coisas que são, enfim, são despesas correntes, algumas são despesas de funcionamento, não digo que não sejam necessárias, é preciso reforçar pessoal, é preciso pagar contribuições para a Segurança Social, é preciso pagar outras questões, equipamentos, etc. sem isso acabar não funciona, todos sabemos, sem isso não há prestação de serviços aos munícipes, isso é factual também, mas há aqui investimento, nomeadamente a nível de infraestruturas, nomeadamente a nível de vias estruturantes para ordenar o tráfego automóvel que é um problema que nós temos na nossa cidade, que decorre da falta de investimentos eu diria se calhar ao longo de décadas nestas áreas, que se calhar mereceriam dizermos que não haja aqui uma prioridade diferente, ou uma priorização diferente e, portanto, queria que explicasse em pormenor qual é o critério político que levou aqui a esta definição de investimentos. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que uma das funções desta Assembleia consiste na fiscalização da ação do executivo municipal. Nesse sentido, esta intervenção tem um propósito muito claro, obter esclarecimentos rigorosos e respostas concretas sobre questões que afetam diretamente o presente e o futuro de Portimão, uma vez que a gestão dos recursos públicos não pode ser um exercício de opacidade ou de justificativas vagas. Nesse sentido, o PSD tem algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. -----

----- Em 2024, a taxa de execução das grandes opções do plano plurianual de investimentos ficou abaixo dos sessenta por cento, um valor que consideramos incompatível com as necessidades urgentes do nosso concelho. Assim, questiono. Quais os motivos concretos que justificam o atraso na execução dos projetos essenciais para o desenvolvimento do nosso município? -----

----- Segundo. Do total previsto no plano plurianual de investimentos, apenas dezoito vírgula quatro milhões de euros foram executados em 2024, enquanto o restante foram sucessivamente adiados. E como explica o executivo esta incapacidade recorrente de aplicar os recursos disponíveis? -----

----- Terceiro. O reforço de dois vírgula cinco milhões para despesas com pessoal com novas contratações, de que forma se traduzirão em melhorias tangíveis nos serviços públicos? Quantos postos de trabalho pretendem ser criados, quais as áreas que querem reforçar? -----

----- Quarto. O plano plurianual de investimento prevê cerca de dezoito vírgula cinco milhões para mobilidade sustentável, infraestruturas urbanas e projetos habitacionais. Após anos de atraso questiono, que mecanismos concretos serão implementados para assegurar que estes valores resultem de facto em obras reais, ou se vamos continuar a assistir a um ciclo de planos não executados. -----

----- Quinto. Verificamos que foram orçamentados novos projetos no domínio da integração da rede urbana inter-regional e da descarbonização dos serviços de transporte. Gostaríamos de saber mais sobre estes projetos e quais vão ser os indicadores de desempenho específicos utilizados para medir o sucesso destas iniciativas. Quais as metas que se pretende com estes planos/projetos atingir. -----

----- Sexto. Como justifica o executivo um reforço de onze vírgula oito milhões para aquisição de bens e serviços, incluindo um milhão para segurança e outro para eventos, quando setores críticos como habitação, educação ou mobilidade continuam com tanto por fazer. Num contexto de recursos limitados que critérios prioritários foram usados para privilegiar os gastos em eventos e seminários em vez de investir em infraestruturas que resolvam os problemas crónicos dos portimonenses. -----

----- Senhor Presidente, estas não são perguntas de retórica. São questões que refletem o descontentamento de milhares de portimonenses cansados de ver projetos estratégicos adiados, recursos mal alocados e prioridades distorcidas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O PSD exige respostas claras, detalhadas e vinculativas. Não queremos mais justificações genéricas ou relatórios cheios de números, mas vazios de significado. Portimão não pode continuar refém de uma gestão com fundo, promessas com ação, ou saldos orçamentais com sucesso. -----

----- Concluo, esclarecendo que a nossa exigência não é só uma questão política, é acima de tudo uma questão cívica. -----

----- Senhor Presidente, cada projeto não executado é muitas vezes uma escola para as nossas crianças que fica por modernizar. É uma estrada essencial para a nossa mobilidade que fica por esfaltar, ou então é uma família que fica sem teto para habitar. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que embora os projetos aprovados nas grandes opções do plano 2025/2029 sejam relevantes, sobretudo com o que toca a ações de sustentabilidade e à gestão costeira, habitação e a redução da dívida municipal deveriam ser as prioridades absolutas. -----

----- O acesso à habitação acessível é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela população, especialmente num concelho com forte pressão turística como Portimão, porque estas verbas vêm da especulação imobiliária, ainda bem, para a Câmara, mas no fim de contas ficamos sem acesso, os portimonenses ficam sem acesso à habitação, aos preços que se praticam na nossa cidade. -----

----- Um reforço no investimento nesta área poderia mitigar a especulação imobiliária, apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, amortizar a dívida municipal, ainda está aqui quase um milhão de euros em juros, permitiria um alívio financeiro a longo prazo, proporcionando maior margem de manobra para futuros investimentos estruturais sem comprometer as finanças do município. Seria interessante saber se a autarquia tem planos para reforçar nestas áreas, e haverá alguma retribuição dos recursos ao longo do ano? Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que eles sabem de antemão que a oposição ao fazer o seu percurso e a sua atuação, tende sempre a solicitar generosamente mais e mais, com simultâneos recuos na receita. Preconiza-se menos impostos e consequentemente menos receita, mas simultaneamente mais investimento. Com efeito, nós temos aqui a verificação cabal de que no ano de 2024 a receita total registou um decréscimo de quinze ponto nove milhões de euros, face ao período homólogo de 2023. Penso que isto é da leitura comum de todos nós. -----

----- Para esta evolução obviamente contribuiu uma variação negativa na arrecadação de impostos diretos em cerca de vinte e um milhões de euros. Se nós formos analisar a evolução da execução ao nível das receitas, nós verificamos que de 23 de dezembro para 24, nós temos aqui um recuo de oito milhões de euros. É um recuo significativo e, portanto, é desejável que de facto a oposição também tome em conta este esforço que a Câmara Municipal, que o executivo da Câmara Municipal está a fazer. É um esforço progressivo, isto é a



velha história, em semelhança das portagens nós não podemos num ato único resolver tudo, isto é, tem que ser progressivo. Portanto, eu diria que o resultado líquido do exercício provisório saldou-se em setecentos e quarenta e oito mil euros positivos, e note-se, no seio deste resultado, nós não podemos descurar a existência de uma taxa municipal de turismo que rendeu à Câmara três milhões, mas cujas aplicações, portanto deverão ter essa lógica e sentido de conduzir a cidade a bom porto em termos da sua qualificação em termos turísticos, como espaços turísticos, ou seja, olhando estes números observando o recuo nas receitas e associando de facto esta matéria à instabilidade que nós vivemos, à incerteza que nós vivemos, porque a verdade é que temos tido, a Câmara tem tido esse papel e nós aí temos que fazer justiça minimamente, a Câmara tem assegurado a sua condição de mini estado social providência e, portanto, a dimensão social que de certa maneira também caracteriza a bandeira do socialismo democrático tem estado presente e tem também afetado significativamente o seu desempenho. Portanto, nós não podemos associar uma certa prudência, uma desejada prudência, não podemos dissociá-la desse fenómeno da incerteza que estamos a viver, algo muito complexo e que sabemos que é sempre a esfera do domínio social que é objeto de rateamento, é objeto de empobrecimento, digamos assim. Portanto, a análise que o senhor Presidente da Câmara hoje nos trouxe aqui, enfim, explanando os investimentos possíveis, certamente que ele será das pessoas mais insatisfeitas com este orçamento, naturalmente desejaria fazer muito mais. Nós temos que adotar uma atitude positiva em relação a um executivo que é recente, que, enfim, tem sofrido mutações, alterações no tempo e que obviamente nesse contexto, agarrou de uma forma significativa e sem grandes constrangimentos um percurso político desejável, rigoroso, tendo em mente obviamente que esta gestão é uma gestão que terá que firmar também a dívida, como o próprio Presidente aqui assinalou. Portanto, jogando nestes dois flancos, preocupação com o pagamento da dívida, preocupação terá que ser sistemática e simultaneamente o investimento possível, e nós acreditamos que a nossa insatisfação é partilhada com a insatisfação do Presidente da Câmara, mas é a insatisfação deduzida daquilo que se pode dizer que na política nem tudo aquilo que é desejável é possível, e eles seguramente os possíveis irão fazer. Disse, senhora Presidente, muito obrigado.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é só para corrigir aqui, ou pelo menos repor aqui alguma verdade em relação àquilo que o deputado do PS acabou agora mesmo de afirmar. É verdade sem dúvida que a receita em impostos diretos baixou vinte milhões. É um facto, tudo bem. Agora, é preciso perceber o que é que baixou. Acima de tudo o que baixou foi o IMT, foi a atratividade de Portimão para captar novas pessoas que quisessem investir na nossa cidade, às tantas fruto das políticas que têm sido seguidas, mas também se pode dizer, por exemplo, que aumentou cinco milhões as taxas, as multas e outras penalidades, que por sua vez fizemos o encontro de contas para equilibrar a questão. Era só para fazer este esclarecimento. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que agradece a intervenção do senhor deputado Vítor Couto, e autopenaliza-se por não ter feito referência a todos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os impostos, nomeadamente, portanto ao IMT, só fez referência à dívida, segundo a sua camarada de bancada. Todavia, é um dado factual que não é possível digamos recusá-lo a pretexto de qualquer justificação. Tentei trazer aqui à colação dados factuais, números para demonstrar o quê? Para demonstrar de facto restrições que o executivo, nomeadamente poderá ter nesta matéria, e é essa a circunstância que me permite autopenalizar e agradecer-lhe com toda a cordialidade o facto de ter feito essa correção. Muito obrigado. ----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é uma única questão que ele gostava que o senhor deputado Figueiredo Santos lhe explicasse, referiu que existe um novo executivo. Eu pergunto ao senhor deputado que novo executivo é esse, será que houve eleições entretanto e eu não dei por isso? Era só isso. Obrigado. Por enquanto. -----

----- Ah! Já agora outra coisa que eu ia dizer ao senhor Figueiredo Santos. É de espantar que o senhor deputado refira e na sua mensagem que quis aqui transmitir a todos nós, não dizer que estamos em ano de eleições, e como ano de eleições em todas as eleições que já se fizeram em Portimão e, portanto, para as autárquicas, a despesa e os projetos apenas são concretizados neste ano e todo o saldo que a Câmara vem poupando e vem acumulando ao longo dos anos serve única e exclusivamente para o ano de eleições, e dito pelos portimonenses e há muitos que dizem que deveria de haver eleições todos os anos. É só isso, senhor deputado, reconheça que Portimão não está bem, que Portimão é um caos a nível rodoviário todos os dias, pelo menos reconheçam isso e espero que com o dinheiro, eu até nem acredito que o saldo do executivo dê para fazer tantas obras. Elas são anunciadas como em todos os anos anteriores foram anunciadas, mas não fazem, não se concretizam, não vale a pena, enfim, em ano de eleições eu compreendo perfeitamente a vossa postura que é fazer, que é para quando as pessoas forem votar realmente está feito, mas os portimonenses é que pagaram a dívida, os portimonenses é que puxam os impostos, é que permitiu à Câmara que geriu o saldo, que tem orçamentado e que o saldo de tesouraria foram os portimonenses que pagaram, toda a dívida que a Câmara fez por acaso até foi o Partido Socialista que a fez, não sei se o senhor se recorda já houve eleições, é verdade, mas há cinquenta anos que esta autarquia é pelo bem e pelo mal, foi dirigida e administrada pelo Partido Socialista, é só para recordar de que nós pagamos aquilo que os senhores fizeram. Obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, sinceramente eu não tenho por hábito estar a dar esclarecimentos, acho que verdadeiramente é o executivo que está aqui em facto em pauta, mas uma vez que as questões me são diretamente dirigidas, terei imenso gosto em satisfazer a curiosidade argumentativa, não é, que supõe as questões que o senhor deputado Natalino colocou. Desde logo, importa observar o seguinte. O PS não veio travestido para estas eleições, e os resultados dessas eleições foram os portimonenses que os determinaram, pronto. Portanto, é bom que se perceba que por vezes tenta-



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



se de uma forma um tanto ou quanto contorcida ou contorcionária deslegitimar o PS nessa medida, o que é verdadeiramente inaceitável. -----

----- Agora, se me permite, eu estou de bom grado a dar-lhe as explicações que entendo que devo. Se me permite, efetivamente o PS tem tido um percurso que sugeriu uma alteração significativa no seu elenco. Portanto, o PS foi amputado, por um lado teve que recorrer à incorporação de elementos que até agora não tinham tido uma prática autárquica, e nesse sentido nós temos que admitir e que dar de bom grado que as pessoas que aqui vieram substituir, não tendo essa experiência têm tido uma força de vontade e uma determinação muito grande em termos políticos, no sentido da consumação deste desiderato político. Consequentemente, é nessa medida que se fala de um executivo comum. -----

----- Quanto ao ano de eleições, essa é uma questão recorrente no senhor deputado, mas é uma questão recorrente sempre em falha, e eu direi porquê. É que os executivos são eleitos por quatro anos. Se porventura a legitimação da sua prática está vedada há três anos, isso é que é perfeitamente equívoco. A prática do executivo terá que estar legitimada a quatro anos, mas eu vou dizer-lhe mais que isso, porque era admitir que este executivo está a ter uma prática eleitoralista que não tem e explico porquê. Porque em matérias várias, inclusive no que diz respeito à iniciativa do campus de Portimão sabemos muito bem que essa iniciativa vai para além do mandato, mas é uma iniciativa estruturante que fica e que o executivo seguinte seja ele ou não do PS irá por certo abraçar, porque não traz delongas de um referendo como aqui inclusivamente já foi sugerido para o terreno, não é? E é essa a circunstância que dita a razão política de um executivo que está a trabalhar para além daquilo que é o seu tempo de mandato. Se a circunstância que determinou os cursos ficarem desertos foi da irresponsabilidade do executivo, então digam os senhores como é que se faz para, no fundo, preencher os concursos de maneira antecipadamente garantida. Portanto, há uma série de contingências que depois a sua preferencialidade da análise política sugere este tipo de argumentação que a nosso ver com o devido respeito que as suas intervenções merecem, naturalmente que sim, porque aqui estamos perante um debate de ideias e não uma colisão de pessoas, é o que se nos oferece dizer com toda a razoabilidade e obviamente com toda a convicção. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer ao senhor deputado para se lembrar que quando se diz que em ano de eleições tudo é feito nesse ano, eu devo-lhe dizer que já estou cá há muitos anos e alguns mandatos já acrescidos, se calhar é demais, vai ser o último com certeza, mas só para lhe dizer que o município tem sido governado pela mesma força política. Não disse, nunca disse aqui que o Partido Socialista não foi, não tem legitimidade para governar, portanto a cidade. Não disse, não ouviu das minhas palavras, nem nunca me ouvirá dizer sobre isso. Acredito no sistema eleitoral e, portanto, não é isso que está aqui em causa. -----

----- O que eu digo é que os projetos, e sendo o Partido Socialista que anuncia determinados projetos, não consegue, não concretiza esses projetos, não digo que o projeto seja feito nesse mandato, mas como é ele



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que continua a gerir a cidade e tem ganho as eleições, deveria de conseguir concretizar num futuro próximo, e o que acontece é que é anunciado sempre os mesmos projetos, devia-lhe dizer vários, olhe o cemitério, enfim, N, N, N projetos que a gente deveria aqui enumerá-los e o senhor concordaria comigo. Nunca se concretizam, dizem que fazem, mas nunca são feitos, e no último ano onde vai haver e realizar-se eleições, normalmente são anunciados, percebe? É isso que eu digo, portanto deveria de concretizar agora os projetos que estavam definidos no anterior executivo se não tiveram tempo de o fazer, ou pelo menos são projetos que poderão levar algum tempo e não foram concretizados durante os quatro anos. -----

----- O que acontece é que esses projetos passam de mandato para mandato e nunca são, e são anunciados sempre no último ano do mandato. Isto quer dizer alguma coisa, se o senhor pensar é aquilo que os portimonenses pensam. Percebe? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que uma das áreas que o Bloco também identifica que há muita falta em Portimão, é os berçários, o pré-escolar, também algumas áreas no caso aqui do Vai e Vem e também o parque industrial. Até agora não está sinalizado um parque industrial para que as pessoas consigam investir aqui, ou os empresários que querem investir em Portimão, até São Bartolomeu de Messines tem dois parques industriais, São Bartolomeu de Messines que é uma freguesia que tem dois parques industriais. Portimão tem um que é privado, que as pessoas não conseguem comprar qualquer lote lá porque pelos preços que são praticados e a Câmara não consegue resolver esta questão tão estrutural para os empresários em Portimão. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo aqui às perguntas dos senhores deputados, mas também afirmando para descansar alguns deputados, que na realidade pelas obras que faltam fazer, vão existir eleições todos os anos e é verdade. Temos muita obra para fazer, portanto tem mesmo que parecer que existem eleições todos os anos. É isso que vamos fazer. -----

----- Depois, dizer aos senhores deputados, na realidade, o senhor deputado Figueiredo Santos quando falou nas taxas, falou em cinco milhões, não mentiu, porque pôs os três milhões da taxa turística, portanto o senhor deputado Vítor Couto quando falou na receita das taxas, quando falou das taxas, o senhor deputado Figueiredo Santos falou nos três milhões da taxa turística que foi recebida, portanto dos cinco milhões, três milhões são referentes a esta nova taxa que foi a taxa turística. -----

----- Depois, quando falamos da falta de atratividade do município, há quanto tempo é que eu oiço nestas assembleias dizer que quando falamos no IMT, que estávamos a valorizar muito o IMT por cima, devíamos de valorizar mais por baixo. Tem sido, cada vez que aprovamos as contas, tem sido sempre estes argumentos que neste caso alguns partidos apontavam sempre e já estávamos à espera que o IMT também comesse a descer. Aliás, até com a economia a descer também, neste mês de janeiro já melhorou em relação ao ano passado, mas já esperávamos também que isto pudesse acontecer. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, da atratividade do município, por acaso ainda este mês saiu que foi dos municípios que mais cresceu no número de dormidas. Está no top dez e, aliás, crescemos julgo que sete ponto oito por cento em relação ao ano passado. -----

----- Falaram aqui também do parque industrial, embora não tenha muito a ver com este assunto, mas este vai ter que ser um assunto de PDM, parque industrial e tecnológico vai ter que ficar lá e aí, sim, tem que ser um assunto que vai ter que ficar lá ressalvado. -----

----- Depois, desta candidatura das redes urbanas, aquilo que o município pretende foi uma candidatura lançada também com o município de Lagoa. O que pretendemos é tirar viaturas da ponte velha e criar, pode ser um Vai e Vem, é esse o nosso objetivo, que faça a ligação entre o Parchal e o largo do Dique em Portimão e, portanto, as pessoas que moram no concelho de Lagoa e que vêm trabalhar possam usufruir e foi uma candidatura já aprovada, por isso está aqui. A outra candidatura que eu não disse, mas é para os estudos das algas, estudos e levantamento das algas. -----

----- Quanto aos recursos humanos, isto já foi dito e, portanto, os recursos humanos o mapa do quadro de pessoal já foi aprovado também para esta Assembleia, recursos humanos temos falta em todos os setores deste município, uns mais, outros menos, estou-me a lembrar, por exemplo de pessoal operacional, estou-me a lembrar do centro de recolha animal, mas também tenho que me lembrar a nível do urbanismo, porque esta autarquia o problema que tem é não ter investido em projetos já executados. Neste momento, todos os projetos que até temos lançado, exceto para a habitação, temos tido concorrentes e a habitação porque foi o valor que estava acordado com o IRU. O que vamos lançar na habitação e o que está aqui para a habitação tem a ver com a nossa estratégia local de habitação que também já foi aprovada por esta Assembleia e por isso no dia 6 de março vou ter uma reunião com o IRU em Lisboa, mesmo para falarmos do valor que foi aprovado e para ver se conseguimos aumentar o valor também, porque na realidade o lote do primeiro projeto que lançámos não teve concorrentes com aquele valor e no Algarve vai ser muito difícil conseguirmos construir para os valores do plano que já foi aprovado pelo IRU. -----

----- Depois, também dizer-vos que quanto às vias, as vias estruturantes, algumas já vão começar a ser feitas agora e por isso já não estavam aqui, estou-me a lembrar, por exemplo, da do Retail até à zona industrial, essa já está adjudicada. Não, vai tirar muito trânsito pesado da rotunda das Cardosas e, portanto, temos aqui algumas vias que já estavam adjudicadas também. Outras como a V2 e como outras que também estamos a querer negociar com os proprietários dos terrenos, mas a V2 neste momento com esta alteração também já estamos em condições de lançar concurso, porque tivemos a reunião esta semana com o último proprietário de um terreno ao pé da Forportil e, portanto, são vias que têm que nascer, mas são em terrenos que não são do município, muitas delas têm que ser concertadas com o ICNF e temos que fazer acordos também com os proprietários de todos aqueles terrenos, portanto são vias que levam algum tempo nesta negociação, assim como as escolas. Eu gostava muito de já poder estar a lançar as obras, estou-me a lembrar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da escola Manuel Teixeira Gomes, mas sem projeto e tenho a certeza que também gostávamos todos, mas sem o projeto ter maturidade suficiente não posso lançar uma candidatura, não posso ir falar com o ministério para que essa obra seja uma realidade. -----

----- O Alto Alfarrobal estamos à espera também do projeto que seja finalizado e, portanto, tem sido todos estes problemas e dado que não tínhamos projetos, por isto é que temos estado com alguma falta de obras que tínhamos que as fazer e que eram prioritárias para Portimão e, portanto, tenho a certeza que pelas obras que temos para fazer vai mesmo parecer que existem eleições todos os anos em Portimão. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a senhora Presidente, enfim, não se coíbe de pontuar as intervenções do senhor Presidente da Câmara com um muito bem, não bastava a bancada do PS, temos a mesa também a apoiar o executivo que é sempre de salutar, vamos ver se o apoio se vai estender ao longo do ano, esperemos que sim, chegar lá para setembro, outubro, se o apoio se mantém, vamos ver, vamos ver, fazemos todos fé nisso, senhor Presidente, enfim, não lhe falta o apoio da senhora Presidente da Assembleia. Sim, sim, eu percebi. Que não lhe falte o apoio da senhora Presidente da Assembleia, é aquilo que eu lhe desejo, pode ser que lhe sirva para alguma coisa, ou não. -----

----- Bom, mas voltando aqui ao ponto da ordem de trabalhos, eu, as questões que fiz na primeira intervenção fiquei um bocadinho na mesma senhor Presidente. O senhor falou de algumas obras, falou, até disse com, enfim, para quebrar aqui a abstinência de alguns, o senhor quer eleições todos os anos, quer dizer, é obras com eleições todos os anos, quer dizer, não há abstinência que lhe valha, é sempre a aviar, é sempre a aviar todos os anos, assim é que é, e ficamos na mesma, ficamos na mesma, eu não consegui entender, mas se calhar estava distraído eventualmente, o senhor explicou, eu se calhar estava distraído, mas tentei segui-lo com atenção, porque é que são estes os investimentos e não são outros. Falou da habitação, mas eu também falei da habitação, esse sim parece-me que é evidente, esse aí é o que carece de menos justificação, que é de tal maneira evidente e de tal maneira urgente para os portimonenses, que eu, enfim, eu diria que não necessita de muita justificação. Agora, as vias estruturantes a V2, então e as outras? As outras que estão projetadas há décadas que não foram feitas? Não é só a via V2 que é necessária, cada vez mais necessária não vai resolver milagrosamente os problemas todos de trânsito em Portimão. Ainda ontem falámos aqui da questão da saída do viaduto, não é, do viaduto que vem ali do parque de feiras com a entrada e a saída da cidade, tem que levar ali uma intervenção também porque senão vai ser também mais um caos ali, mais um ponto de estrangulamento do trânsito. -----

----- Depois, não há aqui, pelo menos que eu me tenha apercebido, mas pode-me ter escapado, verba nenhuma para o cemitério novo. Não sei se é uma obra prioritária, enfim, eu às vezes ainda no tempo do vereador Gambôa costumava lançar aquela piada, só quem via telenovelas há trinta anos é que se lembrava



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



daquele célebre perfeito que queria inaugurar o cemitério e ninguém morria, que era o Odorico. Eu dizia ao vereador Gambôa que ele era uma espécie de Odorico de Portimão, aqui infelizmente é o contrário, morrem pessoas, mas não há cemitério para inaugurar, enfim, mas não está aqui verba, pelo menos eu não me apercebi disso. -----

----- A questão, só falou aí numa questão que é importante que eu me tinha esquecido e o senhor lembrou-me e agradeço-lhe por isso. Quando foi da taxa turística, o executivo assumiu aqui um compromisso que haveria uma demonstração clara e circunstanciada de como é que a receita da taxa turística iria ser investida, e o senhor falou e bem aqui nos três milhões da taxa turística e nós, pelo menos se calhar estava distraído também, eu não percebi para onde é que vai essa verba dessa receita, ou seja, voltando à intervenção inicial de ainda há pouco, tudo isto é muito vago, senhor Presidente, tudo isto é muito lacónico, tudo isto é muito nebuloso e os senhores lançam projetos, lançam obras, o senhor já diz que tem uma empreitada já para lançar da V2. Lançam ideias, é a universidade que vai ser feito o campus universitário, o Alfagar estamos à espera há não sei quantos anos, enfim, parece que o IRN vai ter que investir e as coisas não aparecem, e aqui... não, o senhor é que diz que vai haver obra todos os anos, mas, enfim, eu vou-lhe responder com a frase que o senhor gosta de usar, que é, eu também gostaria que fosse assim, senhor Presidente, é aquilo que o senhor gosta de dizer, gostaríamos todos que fosse assim, mas a prática tem sido esta, e o senhor ao menos tem uma inovação relativamente à sua antecessora, não se desculpa com o CCP, ainda não ouvi essa desculpa por enquanto. Antigamente a desculpa era o CCP, «ai valha-me deus que o CCP não deixa que nós façamos a obra, não deixa que nós lancemos os concursos». O senhor ainda não chegou aí, se calhar até setembro, enfim, vamos ouvir essa versão também, enfim, um bocadinho mais rebuscada. Espero que não, mas veremos e, portanto, voltando à intervenção inicial, eu gostava sinceramente a bem do debate e do esclarecimento a esta Assembleia, que o senhor fosse mais preciso e mais claro, que o senhor elencou projetos aí na sua primeira intervenção que não estão aqui referidos, mas depois quando lhe perguntamos porque é que são estes e não outros, que fazem se calhar tanta ou mais falta do que estes que o senhor falou, o senhor nada disse, e depois eu olhe, até declaração de interesses beneficia-me a mim, acho muito bem essa ligação com Lagoa, acho muito bem. Há é um problema aí, é que o concelho de Lagoa começa, mas não termina no Parchal, e há muita gente que não mora no Parchal, que mora na Mexilhoeira da Carregação, que mora nas Sesmarias, na Bela Vista, por aí fora que vêm todos os dias para Portimão. Bom, já nem vou falar das pessoas que vão de Portimão para Lagoa todos os dias, que aí vão dizer que eu estou a defender a minha dama e, portanto, não quero que me digam isso, estou a falar de quem vem para cá, que é esse fluxo de trânsito que realmente muitas vezes causa aqui constrangimentos em Portimão, são as pessoas que vêm trabalhar, que vêm todas no seu veículo individual. Portanto, o senhor falou e bem nessa ligação com Lagoa que eu acho que é positiva, aliás, o senhor vereador Cardoso se calhar talvez se lembre quando foi aquela sessão pública do plano de mobilidade com a senhora professora Paula Teles e eu cheguei a falar nisso também, não se compreende como



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é que, quem diz Lagoa pode dizer também Silves, pode dizer Monchique, mas Lagoa é aqui um bocadinho mais próximo, há aqui uma incidência maior. Não se compreende como é que não há aqui respostas que eventualmente inibam as pessoas de vir de carro todos os dias para cá. Agora, ficar pelo Parchal se calhar é um bocadinho curto, porque há muita gente que mora para além do Parchal que vem todos os dias para Portimão de carro. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que estava ali a se conter de fazer uma pequena intervenção, mas vai fazê-la. A minha intervenção tem a ver com o que foi aqui apresentado. Portanto, há um saldo positivo e há uma estratégia de investimentos, e o que eu fico um bocadinho, fico curto com esta estratégia em relação ao que ouvi ontem e em relação ao que oiço aqui repetidamente, se não temos projetos a equipa está esgotada, não temos pessoas, não conseguimos dar resposta às solicitações dos empresários e eu acho que faz-me, far-me-ia todo o sentido que a primeira grande aposta de reinvestimento fosse um investimento que tem retorno, que é o investimento nas pessoas. Quer dizer, não temos equipa, vamos primeiro reforçar as equipas e é aqui que eu faço uma questão e não faço uma afirmação que é, se calhar é por isso que o deputado Natalino fala nas questões eleitoralistas, porque se calhar é mais fácil ganhar eleições com obras do que a dizer que vamos investir em pessoas durante uns tempos para podermos dar respostas a quem precisa e para podermos ter projetos a tempo e a horas e capacidade de fazer projetos que sejam estratégicos e que façam a cidade crescer como merece. Portanto, a minha pequena intervenção é esta. Como é óbvio todos gostam das obras, até eu se calhar que nem conheço metade dos sítios, mas sim senhora fantástico, mas a questão, estamos numa Câmara que esteve debaixo do FAM que não foi possível contratar durante anos e anos, tem as equipas esgotadas, eu acharia que a primeira coisa que a Câmara faria quando aqui chegasse a esta Assembleia é dizer, vamos reforçar as equipas para poder ter os projetos estruturantes bem planeados para que possamos fazer as coisas com cabeça, tronco e membros não desvalorizando que as obras são importantes, mas eu acho que pelas vossas palavras e por aquilo que se vê e pela intervenção dos empresários é preciso é a atratividade que se falou possivelmente, com efeito, na baixa de receitas que aqui foi apresentado tem a ver com o facto de ser uma cidade que não apoia os investidores. Disse, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto à taxa turística, como sei que o senhor deputado também lê as minhas entrevistas, foi logo dito desde o início e está lá também, como é que se ia comportar a taxa turística neste momento, ainda ontem falei nisso, aliás, ontem o que mais foi falado é o transtorno das obras que estamos a fazer em Portimão. Ontem já haviam obras, hoje já não há assim tantas obras. Bom, o que seria se fizéssemos ainda mais obras, mas da taxa turística falei do jardim da Fortaleza, ainda ontem disse aqui, está no tribunal de contas, é só vir o visto do tribunal de contas e a obra tem todas as condições para começar, e depois o projeto que está a ser



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



feito também e isso já estava também para a taxa turística, que é a requalificação da fortaleza de Santa Catarina. Ó senhor deputado, depois de termos o projeto da fortaleza de Santa Catarina e o que vamos gastar na reabilitação da fortaleza de Santa Catarina, é óbvio que estamos também à procura de candidaturas do 2030, só aí é que vamos saber a verba quanto é que vai, se vai chegar ou não. Eu também espero que hajam candidaturas do 2030 para aquela intervenção, e é isso que vamos aguardar. -----

----- Quanto à carreira para Lagoa, ela quando foi lançada era até ao Parchal, na última reunião que tivemos com o senhor Presidente de Câmara de Lagoa também com a equipa a tentar que vá a Ferragudo, Estômbar e que depois ligue a Portimão. Como existe a Vamus, não se vai poder é sobrepor à carreira que já está aprovada e, portanto, é isto que estamos neste momento a negociar para que esta travessia seja uma realidade com viaturas elétricas, que é isto que pretendemos. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, estamos aqui a debater a primeira alteração orçamental de 2025 e a incorporação do saldo de gestão da execução de 2024 e este não pode ser simplesmente um debate meramente técnico ou burocrático. É antes de mais um momento de exigência democrática em que devemos questionar a forma como os recursos dos portimonenses têm sido geridos no momento em que as famílias e as empresas enfrentam desafios diários e o município tem a obrigação de responder com eficiência, transparência e sentido de urgência. Permitam-me começar por destacar um dado que deveria envergonhar qualquer gestor público, a execução ao longo de 2024 da despesa de capital ficou-se pelos escandalosos vinte e nove vírgula cinco por cento, um valor inaceitável baixo, inaceitavelmente baixo e que reflete uma incapacidade crónica há muito diagnosticada deste executivo Socialista em concretizar os projetos estruturantes. Estes atrasos não são apenas um número num relatório, têm consequências diretas na qualidade de vida das pessoas. São estradas por concluir, são equipamentos públicos por requalificar, são investimentos prioritários por fazer, é uma mobilidade caótica como todos nós aqui bem conhecemos da nossa cidade. -----

----- Este documento espelha acima de tudo o retrato de um concelho que merece muito mais do que as promessas vazias e as obras eternamente adiadas por inação deste executivo municipal. Não basta chegar aqui a esta sala e passar a ler uma listagem de projetos, de intenções para concretizar e depois nada disto acontece, ou acontece trinta por cento que é o que tem acontecido. -----

----- A proposta de incorporar os cinquenta e um vírgula três milhões de euros do saldo da execução de 2024 não pode ser celebrada como um êxito, mas sim como uma condição de um fracasso. Um fracasso que se repete anos após anos com um incumprimento sistemático das metas do plano plurianual de investimento. Se em 2024 a taxa de execução das grandes opções do plano ficou abaixo dos sessenta por cento, como podemos confiar que os projetos já atrasados como a V2, ou a modernização do centro escolar do alto, o Alfagar, só para dar alguns exemplos, serão agora finalmente concluídos? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Senhor Presidente, não nos iludamos, este adiamento contínuo não é casual, insere-se num contexto eleitoral em que o executivo desesperado por mostrar obra feita recicla projetos antigos e recanaliza a sua execução para os anos eleitorais, mas a população não é ingénua, senhor Presidente. Sabe que estas obras deviam estar concluídas há anos, permitindo já hoje benefícios reais para o seu quotidiano. Em vez disso, temos um festival de promessas requeentadas, sem cronogramas credíveis ou justificações sólidas para os seus atrasos. -----

----- Os números não mentem. Do total previsto do plano plurianual de investimentos, apenas dezoito vírgula quatro milhões de euros foram executados, o restante ficou pelo caminho, enterrado em adiamentos ou em incompetência de quem não sabe, ou de quem não quer cumprir prazos. -----

----- A proposta de alteração orçamental que hoje discutimos, permite redistribuir os recursos não utilizados sem qualquer estratégia clara para o futuro. Após anos de incumprimentos, que garantias temos que desta vez seja diferente? Nenhumas. Se há verbas disponíveis, por que razão os munícipes continuam a esperar por infraestruturas básicas e a execução de projetos com que o Partido Socialista se compromete a cada campanha eleitoral? Questionado, o senhor Presidente não soube dar essa resposta. Não se compreende, senhor Presidente, será mesmo caso para dizer que o histórico deste executivo não inspira qualquer esperança, mas somente desconfiança. -----

----- Reconheço a necessidade de novas contratações, mas quando se fala num reforço de dois vírgula cinco milhões, nessa rubrica sinceramente carece de justificação, e essa também daqui não nos foi apresentada. Porventura, face à justificação dada, ou a ausência dela leva-nos a temer que pode representar apenas a vontade deste executivo em criar postos de trabalho, com vista daí retirar evidentes políticos em ano eleitoral e que vão honrar o futuro dos portimonenses com mais custos improdutivos enquanto projetos essenciais definham por falta da sua execução. Num concelho que clama por investimentos em educação, em habitação, em espaços verdes, em mobilidade, como se justifica por exemplo orçamentar oito milhões em eventos ou festivais efémeros? Não será isto priorizar a propaganda e impedimento das necessidades reais da população? Infelizmente parece-me que sim. -----

----- Meus senhores, minhas senhoras, assim Portimão não será deste marasmo a que nos tem condenado esta gestão deste executivo do Partido Socialista. Esta alteração orçamental demonstra de forma angustiante que muito do que este executivo promete fazer agora já há muito poderia estar executado. Isto não é uma gestão responsável, esta é uma gestão que vive das sobras do passado e cujas novidades não passam de *remakes* de promessas com dez, quinze, ou vinte anos. Perante este cenário, a posição desta bancada é muito clara, nós rejeitamos a cultura do desenrasca, aquela que transforma saldos não executados em artifícios eleitorais. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Defendemos uma redução das taxas municipais sim, porque há espaço para elas e para aliviar as famílias e as empresas. Apelamos a uma transparência, transparência absoluta na contratação de pessoal. Mais funcionários só se justificam se houver mais eficiência dos serviços. -----

----- Exigimos novamente as explicações que nunca são dadas sobre os atrasos crónicos no cumprimento da execução do plano plurianual de investimentos. -----

----- Senhor Presidente, cada projeto adiado é uma traição deste executivo aos portimonenses, Portimão não precisa só de discursos, precisa da ação, precisa de um executivo que governe, não para as capas de jornais, mas para as pessoas. Precisa de um executivo que entenda que uma via não construída, uma escola não requalificada, ou um centro de saúde sobrelotado não são dados estatísticos, são falhas graves que roubam a dignidade de quem escolheu Portimão para viver. -----

----- Para terminar, resta-me um apelo, um apelo a este executivo Socialista que deixe de governar com base em cálculos eleitorais e que passe a cumprir finalmente aquilo que promete, que cumpra os prazos, que cumpra os planos que aqui traz a esta casa para serem aprovados e que depois continuamente não são executados. Os munícipes não merecem menos do que isto, que nós cumpramos aquilo que prometemos, que cumpramos aquilo que trazemos a esta casa para ser feito. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu fiz duas intervenções neste ponto e nas duas pedi que o senhor Presidente esclarecesse aqui algumas questões, mas tirando aqui a resposta, enfim, um bocadinho vaga da taxa turística o resto ficou mais ou menos por responder e, portanto, ficamos na mesma. E esta postura de dar meias respostas ou às vezes nem meias respostas já vem sendo um bocadinho aqui hábito do senhor Presidente, enfim, não sei se é assim que se pretende elevar o debate e esclarecer a Assembleia e dignificar aqui os trabalhos da Assembleia, se a intenção é essa, creio que não será uma boa ideia e, portanto, eu volto a dizer o documento que nos foi aqui trazido é excessivamente vago em relação aqui a algumas questões, aliás a primeira intervenção que o senhor Presidente fez resultou exatamente isso e não obstante as nossas insistências, não foram aqui esclarecidos alguns pontos e, portanto, nós entendemos que o documento embora o montante que está aqui bem, que o apurado saldo de gerência de 2024 seja um montante elevado e, portanto, é um facto positivo, não podemos deixar de realçar isso, ficamos sem perceber exatamente por que razão são essas as opções e não outras, o senhor Presidente também não quis explicar e, portanto, nós não vamos acompanhar com o voto favorável esta proposta, teremos que nos abster, sendo certo que depois em setembro ou em outubro o senhor Presidente e o tal executivo novo que já é velho, não é, o tal executivo novo que já é velho, há quem ache que, não sei se são os novos rumos dos velhos rumos a este executivo que agora está em funções, eu com todo o respeito e consideração pelos dois novos vereadores sem desprimor e não desfazendo não chegam para fazer do executivo um executivo novo, embora tenha toda a boa vontade e toda a entrega e dedicação, não ponho isso em questão, mas há aqui, eu vejo um novo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



executivo, enfim, cada um vê aquilo que quer ou aquilo que pode, não é, é assim, sempre foi assim, sempre será e, portanto, em setembro ou em outubro veremos como é que os portimonenses avaliam os novos, velhos rumos e essas opções estão aqui consubstanciadas, porque senhor Presidente andar meses e anos a prometer e a calendarizar obras e a pôr obras nos planos plurianuais de investimentos e depois dizer aqui e noutros sítios que gostaríamos muito que já tivessem feitas, não é manifestamente suficiente, não é suficiente e eu posso estar enganado, senhor Presidente, eu acho que vão dizer exatamente isso nas próximas eleições. ---

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** – Discussão e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2024; da Primeira Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa para o ano de 2025, com a Incorporação do Saldo de Execução orçamental de 2024 no Orçamento de 2025; e da Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano 2025-2029, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 104/25, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	-	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	-	3	2	1	1	7
VOTOS CONTRA	0	5	-	0	0	0	0	5

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Os três Deputados da Bancada do Chega ausentaram-se no início da discussão até à votação (inclusive).

----- Foi aprovado, **por maioria**, o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2024; da Primeira Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa para o ano de 2025, com a Incorporação do Saldo de Execução orçamental de 2024 no Orçamento de 2025; e da Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano 2025-2029, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 104/25.**-----

----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b)** – Discussão e Votação da Prorrogação de Medidas de Apoio Social de Mitigação da Crise Económica, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 16/25** , declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu parece-me que a medida que está aqui em cima da mesa é positiva, ou seja, infelizmente as necessidades de apoio social e as carências que existem em largas franjas da população mantêm-se, todos nós sabemos o que é que tem acontecido com os rendimentos das pessoas, com a subida da inflação que felizmente já estagnou um bocadinho, com o aumento do custo de



vida generalizado, enfim, tudo isso tem contribuído para que haja uma necessidade cada vez maior de apoios sociais e, portanto, faz todo o sentido aqui a proposta, mas há aqui medidas que eu queria que fossem melhor explicadas, porque quando se fala aqui da renovação automática das tarifas sociais em vigor e quando se fala em renovação automática de subsídios de apoio ao arrendamento, há aqui uma questão que se coloca desde logo. Tendencialmente quem no ano passado tinha necessidade destes apoios, enfim, tendencialmente continuará a necessitar deles, mas poderão haver exceções e esperemos que hajam. Portanto, podem muito bem existir pessoas que o ano passado tinham rendimentos que justificassem estes apoios e que beneficiaram deles justamente, mas que eventualmente por melhoria das circunstâncias de vida, de rendimentos, eventualmente deixam de carecer desses apoios e deixem até de ser ilegíveis para a obtenção dos mesmos e, portanto, não sei se a renovação automática pura e simples nalgumas situações que poderão ser, enfim, admito que poderão ser excecionais, se calhar infelizmente não serão assim tantas, quem nos dera a nós que fossem mais representativas, mas poderão eventualmente traduzir-se numa injustiça, porque eventualmente se calhar estamos a renovar automaticamente apoios a pessoas que por hipótese tenham melhorado as suas condições de vida e os seus rendimentos, eventualmente poderão faltar depois apoios para outras que efetivamente necessitem desses apoios e, portanto, questionava se essas renovações automáticas que vêm aqui referidas se, faltou-me dizer do subsídio para os medicamentos também que é a mesma questão também, que está aqui prevista também a renovação automática, se se justificam sempre ou não e se, enfim, se há aqui algum mecanismo, portanto nesta proposta que permita depois aquilatar da verdadeira necessidade de quem anunciou o ano passado continuar a beneficiar dos apoios este ano. Para já era só. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que as medidas que são apresentadas, obviamente concordam com as mesmas, entendem que efetivamente parece-lhes existir esta necessidade, mas gostariam de ver aqui dados económicos e sociais que sustentam esta prorrogação. Há um sentimento, parece-nos também que sim, mas eu não tenho dados económicos e sociais que digam que efetivamente isto é necessário, ou que não é necessário não tirando a importância dessas mesmas medidas, e desta forma questionávamos o executivo se esses dados económicos e sociais do que é aqui apresentado, considerando a situação excecional e de crise mundial que vivemos, isto quando foi apresentado e relativamente à guerra em particular da Ucrânia, efetivamente tivemos alturas de uma inflação tremenda, mas no ano passado tivemos dois ponto quatro de inflação, o previsto para este ano de dois ponto um, portanto estamos mais ou menos dentro da inflação normal, por assim dizer, perguntar se esses dados existem ou se isto é apenas no sentimento de que nos parece que existe esta necessidade. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que obviamente irão acompanhar favoravelmente este ponto. Gostaríamos era de facto aqui de mais alguns esclarecimentos e na sequência



também da intervenção do PAN que falou aqui das condições económico-sociais que motivaram que viesse aqui este ponto, gostaríamos também de saber e penso que é útil esclarecer a Assembleia qual é o pacote financeiro, qual é o envelope financeiro que implica a prorrogação das medidas de apoio social e nomeadamente para a habitação, para o subsídio de apoio ao arrendamento, qual é o valor em concreto que vai ser destinado. Disse.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco questiona qual é o valor estimado para estas medidas, quantos munícipes vão ser abrangidos para esta medida, isto é um documento muito vago, não consigo perceber muito bem o que se pretende. ----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta deliberação, a decisão da autarquia em manter e alargar medidas no momento em que muitas famílias ainda enfrentam dificuldades é de enorme importância e saudação. O reforço e a importância destas políticas para a população mais desfavorecida contribui para a mitigação à crise económica, promovendo a justiça social e a qualidade de vida no concelho.-----

----- Sugere-se que se continue a avaliar e se necessário reforçar essas políticas para se atender melhor às necessidades da comunidade. -----

----- A bancada municipal do Partido Chega parabeniza o executivo autárquico de Portimão pela decisão de prorrogar as medidas de apoio social para 2025, demonstrando sensibilidade às dificuldades que muitas famílias ainda enfrentam. -----

----- As iniciativas são fundamentais para a coesão social e o bem-estar dos portimonenses, garantindo esses apoios a quem realmente mais precisa. Será uma oportunidade para aperfeiçoar e fortalecer as políticas públicas locais, sempre com responsabilidade e equidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, na realidade, só nas tarifas para o arrendamento é que a renovação é automática, e automática porque quando fizemos foram renovados cento e dezasseis casos e tivemos pedidos de novos cento e setenta e um e, portanto, é uma medida que existiram cento e setenta e uma famílias que vieram pedir o subsídio de apoio ao arrendamento. O valor que temos estimado para estas três medidas é um milhão e seiscentos mil, senhora Presidente. Portanto, tanto a tarifa social, como a tarifa dos medicamentos não é renovada automaticamente, têm que vir, mas essas têm que vir cá também, aliás, os medicamentos até com as receitas também que é para depois poder ser renovadas e não é automaticamente. Tenho dito, senhora Presidente. -

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece o esclarecimento que acabou de dar relativamente à questão que colocou na intervenção anterior, mas o que é facto, não está a pôr em causa aquilo que acabou de dizer. O que é facto é que a proposta que está aqui, ou melhor, a informação técnica que está aqui diz expressamente que é a renovação automática da tarifa social da água, renovação automática do apoio ao arrendamento e a renovação automática da comparticipação nos medicamentos. É



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



isso que está aqui e parto do princípio que a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara foi sustentada nesta informação técnica, parto desse princípio. Portanto, enfim, daí a questão que coloquei ainda há pouco, mas entretanto suscitou-nos aqui outra questão também aqui a proposta. Diz-se aqui a dado passo que essas medidas vigorarão a partir de 1 de fevereiro de 2025, ou seja, sendo aprovada a proposta retroage os efeitos a 1 de fevereiro, ou início deste mês e vigorarão por um ano, prazo máximo por um ano, mas a pergunta é, se durante este mês, ou durante o mês passado e durante este mês, ou seja, durante este ano, se os apoios, estes apoios continuaram a ser pagos ou não, ou se houve alguma interrupção do pagamento porque eu não tenho a certeza se a medida que estava em vigor e que está agora a ser objeto de renovação com esta proposta, se vigorou até 31 de janeiro ou até 31 de dezembro de 2024. Bom, e se foi até 31 de janeiro, está bem que tem efeitos retroativos a 1 de fevereiro, mas entretanto houve pessoas que se calhar que beneficiam de apoios que eventualmente sei lá, não tiveram eventualmente oportunidade de fazer o pagamento a tempo e horas, estou a pensar por exemplo nas rendas, não é, porque eventualmente a proposta não foi aprovada durante o mês de janeiro. Portanto, perguntava essa questão e gostávamos que esclarecesse essa questão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que a sua questão vai muito no sentido do que aqui já foi dito, o documento que nós temos aqui no ponto três ponto sete e ponto doze diz que há renovação automática que é para as tarifas sociais da água, para subsídios de arrendamento e para a aquisição de medicamentos. Portanto, ficamos agora aqui um bocado abismados com a resposta do senhor Presidente de Câmara, quando diz que é só para arrendamento e precisamos de esclarecer bem isso, porque o documento que nós temos aqui escrito para análise fala nas três componentes com renovação automática. -----

----- Outra coisa também que eu me deparo aqui que acho que deve ser um erro, é que diz aqui no antepenúltimo parágrafo que as presentes medidas vigorarão até 30 de abril de 2025, e depois no parágrafo a seguir diz que é de 1 de fevereiro de 2025 e vigorarão com o prazo máximo de um ano, ou seja, eu acho que este documento provavelmente terá erros a mais para ser aqui discutido neste momento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que na realidade já não se está a recordar quando é que este assunto foi à reunião de Câmara, foi em janeiro que depois veio e, portanto, as famílias consoante o arrendamento e como bem falou no mês de fevereiro já estão à espera que esta medida seja aprovada, porque é com retroativos e já lhes faz falta, porque não receberam e enquanto não estiver aprovado não vão receber o apoio ao arrendamento. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu agradeço a confirmação, enfim, não fico contente com a confirmação, mas as coisas são como são. Eu não posso é deixar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de fazer aqui um reparo, senhor Presidente, e o reparo aqui é, aliás, é mais que justificado tendo em conta aquilo que estamos aqui a falar. Estamos a falar aqui de apoios sociais a pessoas que têm rendimentos mais baixos e que necessitam do apoio, olhe é por isso que vem aqui essa proposta, necessitam do apoio para efeitos de pagamento de rendas, medicamentos e da tarifa social. -----

----- Ora, a informação técnica que sustenta esta proposta está datada de 4 de dezembro de 2024. Por acaso é uma data triste, dia 4 de dezembro é sempre uma data triste por razões pessoais e políticas também. Dia 4 de dezembro é sempre um dia triste, mas calha mal, mas é dia 4 de dezembro aqui. Veio-se a verificar que a deliberação de Câmara data de 22 de janeiro, e a pergunta é óbvia, senhor Presidente. Se a manutenção destes apoios era tão urgente e era tão essencial, porque é infelizmente, porque é que o assunto demora quase dois meses para ir à reunião de Câmara, porque se tivesse ido em tempo útil à reunião de Câmara, muito provavelmente nós quando reunimos extraordinariamente no mês passado de janeiro, teríamos tido oportunidade de discutir e deliberar sobre este assunto. Tivemos uma reunião no dia 8 de janeiro extraordinária, que eventualmente se a deliberação de Câmara tivesse sido tomada em dezembro, muito provavelmente teria sido enviado em tempo útil para esta Assembleia para que fosse deliberada no mês de janeiro e era aqui que eu queria chegar, não haveria este hiato, ou seja, não haveria aqui este desfasamento nem a necessidade de aplicar retroativamente esta medida, porque as pessoas, não haveria interrupção e continuariam a receber o apoio, e é isto que eu pergunto, portanto eu não consigo entender como é que, e nem vou aqui depois explorar aqui a tramitação depois procedimental aqui da informação, dos despachos, enfim, porque, enfim, está aqui na documentação, os senhores se tiverem lido, aliás, os senhores é que despacharam o assunto, portanto não vale a pena estar aqui a reproduzir as datas e dar a tramitação. A conclusão é só uma, houve aqui uma demora, um entorpecimento qualquer do ponto de vista administrativo e quem perdeu e quem ficou prejudicado são as pessoas. Portanto, a mim, a questão das datas aqui na informação poderá haver aqui uma, enfim, até poderá ser um erro de escrita a mim não me chateia muito nem me afeta muito, a questão para mim é esta e se calhar para futuro há que ter um bocadinho de atenção a este ponto, porque, enfim, no fim de contas, se estamos a aprovar apoios que as pessoas necessitam e infelizmente se calhar necessitam, não poderá haver esta interrupção aqui no futuro. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, antes de mais, volto a lamentar os erros que tem neste documento e que nós vamos agora aprovar sem saber bem exatamente o que é, mas outros valores mais altos se levantam. -----

----- Quero começar por reconhecer o mérito às medidas aqui propostas que representam uma resposta imediata, ainda que limitada às dificuldades que muitas famílias apresentam e enfrentam, agravadas pelo impacto da guerra na Ucrânia do conflito do Médio Oriente com a escalada dos preços da energia, das matérias-primas, mas acima de tudo neste concelho da habitação. Contudo, senhor Presidente, é nosso dever ir além



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do discurso politicamente correto e questionadas as escolhas estratégicas deste executivo, compreendendo hoje. -----

----- Concordando com a extensão dos apoios como as tarifas sociais da água, os subsídios de arrendamento ou a ajuda na aquisição de medicamentos, que são importantes para aliviar o quotidiano dos mais vulneráveis, mas não podemos deixar de ignorar que estas medidas cosméticas lançadas em ano eleitoral são incapazes de resolver os problemas estruturais que este executivo teima em adiar. Enquanto se apresentam soluções temporárias para a crise habitacional através do arrendamento, eu recorro que as promessas da habitação social inscritas nos programas eleitorais do Partido Socialista ou na estratégia local de habitação continuam letra morta. Não há nada neste momento feito. Onde estão as habitações especiais ou a custos controlados prometidas por este executivo? Onde estão as requalificações dos bairros sociais municipais? Não basta distribuir subsídios de arrendamento se ao mesmo tempo se falha na construção de casas dignas e acessíveis para as famílias que mais precisam. -----

----- Senhor Presidente, esta dualidade é inaceitável. De um lado o executivo gasta recursos em medidas paliativas. Do outro, negligencia no cumprimento das metas essenciais para combater a raiz desta crise. Reitero, nós não nos opomos às medidas que aliviem o sofrimento imediato das famílias e por isso vamos votar favoravelmente esta proposta, mas recusamos aceitar que o executivo use estas ações como uma cortina de fumo para esconder a sua incapacidade para resolver os problemas de fundo. Se tivesse feito aquilo que prometeu, provavelmente não era preciso tantos apoios e tantas famílias não estavam neste momento tão desesperadas em Portimão. Portimão precisa de um executivo que cumpra aquilo que promete, não que governe pelos anúncios efémeros, os portimonenses não merecem migalhas de apoio, merecem soluções e é isso que este executivo não dá, soluções. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, senhora Presidente, parece-nos, o Partido Socialista não pode de algum modo partilhar, enfim, deste tipo de argumentação, nomeadamente no que diz respeito à classificação destas medidas como de cosméticas em ano eleitoral. Dar-se-ia o caso até nem fora a inflação e outros condicionalismos, dar-se-ia o caso do Partido Socialista estar aqui perante um exercício de mera retórica, mas a verdade é que este tipo de medidas a aferir pela ação social, portanto dos técnicos qualificados para este efeito, os técnicos da Câmara e naturalmente o pelouro que detém a ação social, têm pugnado por calibrar todos os anos este tipo de procedimentos, portanto não é um tipo de procedimentos virgem nem é conjuntural, ele tem tido uma natureza estrutural, esses apoios têm tido uma natureza estrutural, portanto não podemos deixar de fazer justiça a esta justiça distributiva que está subjacente de facto a estas medidas e vou ter ser, vou procurar ter ser e sem prejuízo do PS anuir por completo estas medidas, sem prejuízo disso. Eu diria que num futuro próximo o executivo da Câmara pode e deve assumir de uma forma diferente não tutelada, porque esta é uma forma tutelada, desculpem, é uma forma de tutelar a pobreza, temos que o admitir, não é policiamento, é tutela da pobreza, temos que admitir que com



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a circunstância mesmo daquilo que é a descentralização de competências, a Câmara possa e deva olhar para este fenómeno de uma forma, eu diria mais encorajadora para a saída dos indivíduos da pobreza, ou seja, em vez de ter este tipo de princípios de tutela da pobreza, ir ao encontro justamente de um contrato social que não mantenha os indivíduos num quadro de subsídio dependência, sem contrapartidas desse mesmo contrato social de inserção que suscita um esforço e uma orientação para a integração social e profissional. Significa dizer que os técnicos da ação social deverão adotar uma postura diferente de apoio tutelado à pobreza para preconizarem uma ação que intente retirar os indivíduos da pobreza. Portanto, diria para concluir que estas propostas têm o seu tempo, têm a sua justificação e estão longe de constituir uma cosmética. Façamos justiça ao executivo, estas propostas não são de hoje nem de ontem. São propostas que têm vindo a ser objeto de estruturação deste mini estado social, providência que a Câmara tem constituído ao longo destes anos e, portanto, estamos aqui muito longe de um ato de cosmética eleitoral. Façam-nos essa justiça no mínimo, podemos não concordar com os princípios que são subjacentes, que não foi o caso, não foi o vosso caso. Portanto, admitamos que estas medidas são as medidas úteis, são medidas desejáveis, são medidas necessárias para podermos de facto ter uma atuação de mitigação da pobreza, e isso têm que fazer honra a este executivo. Nós fazemos honra a esse executivo, no sentido de que tem-se preocupado clara e decididamente em mitigar a pobreza existente em Portimão e têm estado atentos a todos os condicionalismos que têm gerado este aprofundamento da pobreza. Nesse sentido, o PS faz justiça a este executivo num quadro de estruturação desse mini estado providência. Disse, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, quando eu digo uma operação de cosmética, é porque acima de tudo isto representa tomar medidas temporárias para mitigar um problema que já não devia de existir se este executivo cumprisse aquilo que tinha prometido. Eu volto a referir, a estratégia local de habitação que foi aprovada nesta Assembleia 2030, previa até 2025 dois mil duzentas e quarenta habitações, das quais seiscentas novas habitações. Pergunto, quantas estão feitas? Será que essas, será que se nós tivéssemos de facto cumprido aquilo que estava calendarizado e a estratégia que foi aprovada nesta casa, havia este problema, havia esta necessidade? Porventura não, porventura não havia necessidade de estar agora a dar as tais migalhas às pessoas, porque já tínhamos solucionado o problema de uma forma definitiva e é nisso que eu me referia quando isto é uma medida cosmética e que calhe por coincidência em ano eleitoral. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, tendo em conta, apesar da ausência de dados económicos que sustentam esta deliberação de pressupostos errados que estão aqui elencados e que já não existem, contradições entre as medidas que estão na deliberação e aqui a informação que foi prestada pelo senhor Presidente. Ainda assim, e apesar de tudo isto, iremos acompanhar esta mesma deliberação, tendo em conta e apenas porque é relativo a apoios a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



peçoas em situações de extrema fragilidade, e estas medidas devem existir, ainda assim não devem estar enquadradas desta forma. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** - Discussão e Votação da Prorrogação de Medidas de Apoio Social de Mitigação da Crise Económica, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 16/25, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Foi aprovada, **por unanimidade**, a Prorrogação de Medidas de Apoio Social de Mitigação da Crise Económica para o ano de 2025, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 16/25**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-c)** - Discussão e Votação de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de Compromissos Plurianuais ou à sua Reprogramação a conferir à Câmara Municipal para o ano de 2025, quando resultem de Planos ou Programas plurianuais legalmente aprovados, nos termos do disposto no art. 22º nº1 conjugado com o nº6, do Dec. Lei nº197/99, de 08/06, do art. 46º-B da Lei 73/2013, de 03/09, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do art.º 6º da Lei nº8/12 de 21/02 e do art. 12º, nº1 e nº2 do Dec. Lei nº127/12, de 21/06, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 23/25**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, estavam-me aqui a dizer que isto é sempre igual e eu também não quero fazer a desfeita, não é, já agora, enfim, porque não mudei de ideias do ano passado para este ano, nem de há dois anos, nem de há três, nem de há cinco, nem de há seis e continuo a achar que... pois é um clássico sim, mas eu gosto de algumas coisas que são clássicas, nem todas, mas algumas é possível. Eu continuo a achar que esta proposta configura um esvaziamento das competências da Assembleia e volto a perguntar e tenho perguntado nos últimos anos e perguntarei também este ano qual é o exemplo que o executivo pode dar numa situação, uma, só peço uma, uma só, em que a Assembleia tenha demorado ou tenha causado algum entorpecimento na decisão, ou tenha provocado algum atraso por aprovar aqui uma despesa que possa justificar esta medida, porque eu já estou aqui há alguns anos, não me recordo de nenhuma e, portanto, não havendo nenhuma, mas eu aguardo que o senhor Presidente, enfim, me indique um exemplo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



só, eu fico contente e agradeço-lhe com todo o à vontade e reconheço esse mérito se me der esse exemplo, não havendo esse exemplo que não há, senhor Presidente, esta proposta além de ser desnecessária configura efetivamente um esvaziamento das competências de socialização desta Assembleia, porque aquilo que estamos aqui a passar, o senhor deputado Figueiredo Santos está bem-disposto, enfim, eu fico contente por provocar essa boa disposição na sua pessoa quando falo e ainda bem, já o inverso não é o caso infelizmente, mas configura um esvaziamento de competências, porque configura um cheque em branco que a Assembleia vai passar nem que seja com os votos do PS, esses pelo menos estão garantidos, sim senhor Presidente, é verdade, um cheque em branco ao executivo para fazer despesa e depois limita-se à posteriori a comunicar a esta Assembleia, e isto na visão que eu tenho dos poderes do executivo e da Assembleia, nomeadamente as competências de fiscalização desta Assembleia é um esvaziamento de competências, cuja legalidade eu continuo a discutir, embora eu sei o que vai dizer como diz todos os anos, que isto é prática em todas as câmaras, que se faz assim de norte a sul e nas ilhas e por aí fora, já sei a conversa toda, enfim, de cor e salteado, mas eu não saio daqui senhor Presidente, continuo a considerar que é um esvaziamento de competências e, portanto, nessa medida, nós não acompanharemos essa proposta. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, a deliberação número 23/25 prende-se com a falta de participação democrática no processo de tomada de decisões financeiras a longo prazo no município. Retira competências à Assembleia Municipal. -----

----- A proposta aprovada pela Câmara Municipal autoriza previamente compromissos plurianuais durante a aprovação de grandes opções do plano, as GOPS, permitindo que a autarquia assuma obrigações financeiras para vários anos sem a necessidade de aprovação caso a caso pela Assembleia Municipal. -----

----- Pontos críticos, redução da fiscalização e do debate democrático, falta de transparência na gestão e o orçamento, ausências de medidas de contenção da despesa plurianuais e não aumentam designadamente os encargos financeiros ao município. Falta de consideração pelas propostas da oposição também. Fico-me por aqui. Tenho dito. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas** Espinha, eu diria sobre esta deliberação que os compromissos plurianuais, entendem-se por compromissos que constituem obrigação efetuar pagamentos/liquidações por mais um ano económico. Sendo oposição, o objetivo será garantir que a autorização prévia não se transforme num cheque em branco para decisões financeiras irresponsáveis e que o município atue com transparência e responsabilidade fiscal. -----

----- O presente mandato deste executivo Socialista está imbuído de enorme prepotência, falta de diálogo e de política cristalina. -----

----- As grandes opções do plano, GOP, e compromissos plurianuais inseridos e que constam do orçamento para 2024 não contemplaram qualquer medida, opinião do Partido Chega. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- As despesas efetuadas ao abrigo desta deliberação no passado recente tiveram um cariz de despesismo e de ajustes diretos desmedidos. -----

----- Pelas razões supracitadas, a bancada municipal do Partido Chega não acompanhará positivamente o fruir do requisitado. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, correndo o risco de me tornar repetitivo, relembro que uma das competências mais nobres da oposição democrática nesta Assembleia é exercer a fiscalização da ação do executivo. É precisamente esse dever que nos leva a questionar com rigor e frontalidade a proposta aqui trazida que pretende conferir ao senhor Presidente uma autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação no âmbito das GOP. -----

----- Senhor Presidente, a bancada do Partido Social Democrata não se opõe à agilização de processos que sirvam o interesse público. Contudo, não podemos compactuar com medidas que esvaziem o papel fiscalizador desta Assembleia. -----

----- A proposta em análise ainda que revestida de argumentos técnicos, revela uma tentativa clara de escamotear a má gestão e o planeamento ineficaz deste executivo Socialista. -----

----- Permitam-me recordar que a lei dos compromissos exige autorização prévia desta Assembleia para assumir compromissos plurianuais por uma razão fundamental. Garantir que o município não contraia obrigações financeiras e responsáveis sem escrutínio democrático. Ora, o que é que propõe o executivo? Que aprovemos hoje uma autorização em branco, legando poderes sem critérios claros sob o pretexto da celeridade. A isto eu não chamo agilidade senhor Presidente, chamo negligência. -----

----- Se o executivo planeasse com rigor os projetos inscritos nas grandes opções do plano não necessitaria com toda a certeza de recorrer sistematicamente a reprogramações ou ajustes de última hora. A necessidade constante de reprogramar a calendarização e os projetos demonstra acima de tudo a falta de estratégia e a incapacidade de execução deste executivo desta casa. -----

----- A fiscalização nunca deve ser um obstáculo, nem é um obstáculo, é acima de tudo uma garantia. Se o executivo cumprisse os prazos e os orçamentos não teria motivos a temer para a apreciação regular desta Assembleia, por que razão insistem em limitar o nosso direito, o nosso dever de analisar os compromissos plurianuais? Senhor Presidente, essa proposta não passa de um atalho perigoso. Ao conferir autorizações genéricas abre-se a porta a situações como contratos sem concursos transparentes sobre a justificação de urgência, ou a reprogramações de projetos que já podiam estar concluídos e cujos atrasos crónicos são do conhecimento público. Não nos esqueçamos, foi precisamente por falta de controle sobre compromissos plurianuais que em legislaturas anteriores levou a situações de endividamento financeiro deste município. Será que queremos repetir esses erros? Não, senhor Presidente, tenho a certeza que nem vossa excelência, nem ninguém nesta sala quer voltar a esses tempos. Por isso, a bancada do Partido Social Democrata só pode



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



defender que todas as reprogramações, os novos compromissos plurianuais devem ser analisados caso a caso com transparência e com debate público. Estão certos que os membros eleitos por esta Assembleia estão disponíveis para reunir quantas vezes forem necessárias para cumprir o seu papel fiscalizador e não há um único exemplo que não tenha sido possível a esta Assembleia reunir no espaço de tempo necessário para aprovar o que quer que seja. -----

----- Não aceitamos a narrativa de que o rigor democrático é incompatível com a eficiência, senhor Presidente. A verdadeira agilidade, senhor Presidente está no planeamento competente e não na acumulação de autorizações genéricas que dispensam o executivo de prestar contas a esta Assembleia, coisa que o devem fazer. -----

----- Meus senhores, minhas senhoras, a nossa crítica vai para além da mera oposição partidária. Trata-se de defender princípios de boa governação. Um executivo que teme o escrutínio é um executivo que tem algo a esconder, ou pelo menos parece. -----

----- Em conclusão, apelamos a todos os grupos desta Assembleia que rejeitem esta deliberação. Não podemos permitir que o desleixo na gestão dos projetos seja compensado agora com a redução dos direitos democráticos desta Assembleia e dos membros da mesma. Portimão merece um executivo que planeie com rigor, que execute com competência e que respeite sem subterfúgios o papel fiscalizador desta Assembleia. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, apesar do cansaço da hora e das assembleias seguidas, vou tentar manter a minha boa disposição, porque efetivamente acho que é assim que todos nós devemos estar na política, com boa disposição e salvaguardando sempre uma postura de pouca gravidade, porque às vezes os fenómenos apresentam-se de tal forma que é de leveza que nós muitas vezes necessitamos. Fechado o parênteses. -----

----- Todos nós conhecemos a cultura portuguesa das mais burocráticas do mundo. Todos nós sabemos que as câmaras municipais são uma engrenagem burocrática tremenda, em que às vezes nem o próprio executivo a nível político consegue fazer a gestão eficaz ou eficiente que seria desejada. Na circunstância, independentemente da faculdade legal que assiste esta colocação, independentemente da postura dos demais executivos nesta matéria ser idêntica, ela tem e é idêntica e é generalizada, porque tem alguma razão de ser, e o que está aqui efetivamente em causa não é uma desautorização, é uma autorização prévia, e esta autorização prévia tem uma contrapartida que não desvincula o carácter fiscalizador desta Assembleia. Para tanto, os senhores dir-nos-ão quantas das vezes já falhou esse executivo na apresentação de contas, sendo que há mudanças ao nível de políticas orçamentais. Do que se está aqui em causa não é de projetar mais ou menos despesa, é exatamente a mesma despesa. -----

----- Então, a que título é que fica diminuída esta Assembleia, se ela pode também em si mesma ser um veículo para a agilização de procedimentos, de procedimentos previamente autorizados. Não é desautorização,



é autorização prévia, senão não chamem os juristas estes nomes alambazados às coisas, não é, que ainda respeitam aquilo que os juristas devem respeitar, aquilo que, enfim, esta linguagem jurídica, não é? Não há uma mudança de valores, consequentemente não há atropelos à fiscalização desta Assembleia. -----

----- Suscita-se aqui finalmente uma questão que é, o facto desta medida ser sintomática de prepotência segundo o Partido Chega. Não se vê prepotência naquilo que se sugere que seja uma autorização prévia. A Câmara está a pedir, não está a exercer um poder que não é dela. Não exercendo um poder que é dela, não se trata aqui de prepotência colocar à definição da Assembleia a possibilidade ou não da autorização prévia. Nós temos que perceber algo que é importante nesta democracia liberal, é que as maiorias sem desrespeito pelas minorias se devem sentir no direito de implementar os seus programas. O facto do Chega não ver eco das suas propostas no executivo, não pode significar demissão e saída de uma sala, esse sim, isso é uma prepotência, é um ato antidemocrático. Portanto, é necessário que nós muitas vezes também tenhamos alguma consciência dos nossos procedimentos em falha quando atribuímos de mão beijada aos outros sintomatologias de prepotência. Onde é que está a prepotência no pedido do executivo para uma autorização prévia? Está para compreender isto? -----

----- Bem, é óbvio que o PS não se trata de ser apaniguado do executivo, não é isso que está em causa, é que o PS reconhece que esses procedimentos transvasam os partidos que são prática corrente na maioria e eu atrever-me-ia dizer em todos os municípios. Têm a sua razão de ser, porque isto de facto é burocracia a mais, este excesso. Se nós conferirmos uma autorização prévia, temos uma maior eficácia administrativa necessariamente, não há aqui uma questão política pelo meio, porque não se refazem orçamentos, porque não se refazem concursos e por aí fora. Portanto, o que está aqui em causa é pensar nisto e, portanto, nestas circunstâncias, nós temos, não podemos deixar de ter uma visão mais concordante com este pedido do executivo e iremos obviamente aceder ao mesmo de bom grado e de boa fé. Disse, muito obrigado, senhora Presidente.

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu ouvi com atenção o senhor deputado Figueiredo Santos, enfim, a questão da linguagem jurídica, os professores de sociologia também às vezes têm uma tendência para complexificar aqui as coisas também, pior de alguns juristas, pior e utilizam às vezes uma linguagem um bocadinho mais gongórica que alguns juristas, o que às vezes nem é fácil. Ó senhor deputado, mas o senhor distorceu aqui um argumento, ou inverteu um argumento se quiser. O senhor começou por fazer um exercício de autojustificação para acabar dizendo aquilo que já sabíamos que ia dizer, que é que vão votar a favor. O senhor distorceu o argumento, dizendo que, porque não esta autorização porque ninguém vai inventar despesa, ninguém vai inventar projetos, ninguém vai... a questão é ao contrário, senhor deputado, a questão é ao contrário, eu vou explicar-lhe o porquê numa linguagem simples, tentando ser claro e pouco complexo e pouco gongórico, não é, embora se calhar às vezes caíamos um bocadinho nessa tentação. O ponto três da proposta diz assim, o senhor falou em excesso de burocracia, foi aquilo que o senhor disse, disse e repetiu. O



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ponto três da proposta diz assim, vou citar, «importa acautelar o regular funcionamento dos serviços, existindo situações que exigem celeridade da sua concretização e cujo tempo de resposta não se compadece com os prazos necessários para a obtenção da autorização por parte da Assembleia Municipal», fim de citação. Esta é a questão de base, ou seja, demora excessiva na obtenção de uma deliberação em tempo útil por parte da Assembleia para fazer face à normal celeridade que é necessária e que todos concordamos que é necessária, e eu na primeira intervenção fiz uma pergunta muito simples e o senhor não respondeu, nem o senhor Presidente de Câmara respondeu ainda, mas o senhor fez uma intervenção e não respondeu. Diga-nos uma situação senhor deputado, uma que seja que não existe e, portanto, os senhores distorcem a questão e dão a volta para justificar uma coisa que não tem justificação, porque este é o pressuposto que está aqui, não fomos nós que o escrevemos, foi o executivo que o senhor apoia. Este é o pressuposto, esta aqui é a razão de ser, é esta a razão de ser para esta autorização genérica. Se o senhor me dissesse houve uma, duas, três, uma que fosse que realmente não houve uma deliberação em tempo útil da Assembleia que permitisse agilizar o procedimento em causa, teríamos que dar-lhe razão. Azar dos Távoras, está a ver? Não existe, não existe e aqui ninguém vai para a fogueira. Os Távoras é que coitados lá foram. Não existe, não há e a questão é esta. Portanto, perante isto, sem uma autorização genérica obviamente que é um esvaziamento de competências, é um cheque em branco, é senhor deputado, é, porque diz-se aqui depois que sendo feita a despesa e assumindo o compromisso plurianual dá-se conhecimento à Assembleia e eu pergunto-lhe, já agora, pergunto-lhe, esclareça-me por favor numa linguagem tão simples como a minha, esclareça-me claramente como é que a Assembleia depois de assumir um compromisso plurianual ao ter conhecimento vai fiscalizar uma competência que já foi exercida? Vai determinar o executivo que revoga esse compromisso, é isso? Explique-me lá como é que isso é feito depois em termos práticos. Eu não lhe estou a pedir uma explicação jurídica. Em termos práticos, como é que a Assembleia vai obrigar o executivo, imagine que o senhor tinha um acesso aqui de competências fiscalizadoras. O senhor e a sua bancada um dia chegavam aqui e diziam assim, «olhe os senhores assumiram aqui um compromisso para trazer exercícios orçamentais, mas que ideia foi esta»? Já foi assumido, deram conhecimento, isto é uma vergonha e obrigar o executivo a revogar um compromisso! Ó senhor deputado, não estamos a brincar aqui às autorizações genéricas, estamos a falar seriamente de coisas que são perfeitamente inteligíveis e não é preciso ser financeiro, nem jurista, nem de sociologia, nem de coisíssima nenhuma. Qualquer pessoa com dois dedos de testa percebe isto, é tão simples, trata-se de eu abdicar de uma competência, eu, Assembleia abdicar de uma competência que é nossa, que está prevista na lei e da qual depende a assunção de um compromisso plurianual para passar a ter conhecimento à posteriori que esse compromisso foi assumido e ficar de mãos atadas. É isto que o senhor aqui vai aprovar, é isso que o senhor vai aprovar, é senhor deputado. O senhor pode dar as voltas que entender, pode aqui distorcer aquilo que eu acabei de dizer as vezes que entender e, portanto, não vale a pena porque não saímos disto. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que não se vai alongar e obviamente que respeita o vosso posicionamento, apenas para dizer o seguinte. Este uso é feito em abono de uma faculdade legal. Se é feito em abono de uma faculdade legal, significa dizer que os suportes legais estão aí para permitir a autorização prévia, e a questão que a nosso ver parece paradoxal e o senhor deputado usa isso, usa esse paradoxo, é que quer singularizar algo que é universal? Não, diz que esta situação é claramente da competência da Assembleia e a Assembleia fica demissionária face à autorização prévia. Aquilo que é prática das câmaras é esta, é uma prática generalizada e se é uma prática generalizada significa dizer... não, não deixa de ser errada por isso, mas significa dizer que as assembleias municipais têm na devida conta as contrapartidas a que têm direito, que é da informação em tempo útil de mudanças que efetivamente tenham lugar. Portanto, parece que a determinado momento esta lógica inverte-se e então pede-se um exemplo. -----

----- A questão é esta, é que se nós estivéssemos a falar de algo que não faz parte da experiência do executivo, se já tivéssemos tido falhas neste domínio, certamente o PS não se mostraria disponível para dar o seu agrément a esta proposta. Agora, os fundamentos que estão presentes e que procurou coagular na sua argumentação e fez muito bem coagular esse argumento, é óbvio que não são tão só da ordem daqueles que apresentou. Há um conjunto de argumentos que estão aí bem explícitos, e consequentemente nessa base existindo uma contrapartida, tendo um processo perfeitamente claro, nada aqui está oculto ou escondido, porque a política, pelo menos a política do executivo, a política do atual executivo e do executivo anterior nunca foi ocultista. Não trabalhámos aqui no domínio da metafísica, as contas foram todas elas apresentadas nesta Assembleia, ou aos membros da Assembleia nos seus devidos termos. Portanto, não há experiência de que tenha havido uma falha informativa dessa matéria e, portanto, permita-nos também, não é, que fruto da experiência a confiança que este executivo nos merece e consequentemente a postura mais que lógica racional do PS, e inclusivamente se, por exemplo, usar tempo de outros partidos para novamente repetir, sinceramente eu acho que quando, eu sempre fui magnânimo, sempre fui magnânimo. É que inclusivamente, é que inclusivamente assacam-se, foram assim assacadas questões de responsabilidade relativamente à admissão de funcionários que entram no esquecimento, na amnésia política de que é a lei dos compromissos contingente ou essas admissões. Isto é interessante observar, mas dizem, ai, mas depois quando foi o PS que não sei quê, etc. por aí fora. Tudo bem, ok, o PS tem as costas largas. A verdade é esta, é que entendemos que não é oca, não é vazia a justificação que os serviços dão para este tipo de procedimento, e obviamente nessa matéria a nossa postura é obviamente a de corroborar à agilização de procedimentos que ela supõe. Disse, senhora Presidente, muito obrigada. ----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, o senhor deputado Figueiredo Santos, enfim, não respondeu à minha questão. Eu perguntei concretamente como é que o senhor deputado votando favoravelmente esta proposta depois vai fiscalizar a assunção de um compromisso plurianual depois de ele já



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estar efetuado, e o senhor não respondeu e, portanto, eu agradecia, o senhor ainda tem tempo creio eu, ainda tem oito minutos e vinte e sete segundos, eu agradecia essa resposta, porque essa resposta é de toda a relevância senhor deputado, porque ou bem que me explica e a toda a Assembleia uma forma clara como é que vai fazer essa fiscalização à posteriori, ou então cai pela base do argumento que o senhor aqui usou que não estamos a abdicar de competência nenhuma, porque depois temos toda a legitimidade para depois do compromisso ser assumido verificar o que é que foi feito. Portanto, eu gostava que o senhor me explicasse, mas eu não deixo de lhe dizer outra coisa, agradecendo a sua magnanimidade que, enfim, permitiu-me usar tempo de outros partidos para responder e agradeço-lhe bastante. Eu tenho que dizer-lhe senhor deputado que este tipo de entendimento é no fundo, é uma distorção das maiorias sejam elas quais forem senhor deputado, porque qualquer força maioritária nas câmaras se calhar tem este entendimento e realmente é uma deturpação das maiorias, maiorias muito prolongadas no tempo como é do Partido Socialista, e eu lamento que o senhor deputado venha aqui trazer-nos uma visão das competências desta Assembleia que se reconduz a um repositório de comunicações à posteriori para conhecimento. Nós não somos o repositório de comunicações à posteriori para termos conhecimento. Nós temos competências prévias, fiscalizadoras que nós aqui deste lado não abdicamos senhor deputado. Se calhar desse lado, enfim, os senhores estarão confortáveis com essa abdicção, cada um sabe de si. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu gostava de relativamente a este assunto, aliás do que já fomos acusados de escondermos, disto e daquilo, isto são despesas que já estão nas grandes opções do plano e que foram aprovadas por esta Assembleia. O que transitam é de um ano para o outro. Estamos a entrar no mês de março, eu o que tenho em cima da minha secretária à espera que esta medida seja aprovada por esta Assembleia, são dois contratos de assistência técnica de informática. O que já estive a ouvir aqui nesta quase uma hora que estamos a discutir, não me estou a dirigir a si senhor deputado, o que já ouvi aqui, de tudo aquilo que não programamos bem, o que escondemos e na realidade tudo é dado conhecimento a esta Assembleia, já foi aprovado por esta Assembleia, não podemos criar rubricas novas, a única coisa que passa é alguma despesa que já estava projetada neste ano e tem que ser também projetada no ano seguinte, neste caso, estou a falar de dois contratos de assistência técnica, é o que eu tenho, estão aqui os nossos informáticos que não me deixam mentir de certeza e é isto que estamos a falar aqui e, portanto, eu, não e é os outros casos então que me digam porque tiveram conhecimento de todos. Todos os casos foram dada informação, todos aqueles que foram assinados depois de ter sido aprovado no ano passado, todos aqueles que foram assinados sempre pela senhora Presidente e agora por mim, vão sempre todos têm que ser dado conhecimento a esta Assembleia. Todos já estão aprovados nas grandes opções do plano e, portanto, são só estes e é disto que estamos a falar aqui. Tenho dito, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, é assim, eu peço desculpa, nós temos dois assuntos ainda para tratar. Acho que já esgotámos o argumentário todo de uma parte e da outra relativamente a esta matéria. Eu estou mais do que esclarecida. -----

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a senhora Presidente ontem teve um critério largo para bancadas que não tinham tempo para fazer uma intervenção de trinta segundos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, hoje estive larguíssima, hoje estive amplo, amplíssimo, um minuto e não sei quê. Agora cedi um minuto, foram dois minutos e tal. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pronto e eu queria só fazer um pedido de esclarecimento que são quinze segundos. Como esteve ontem. -----

----- Era um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara que demora quinze segundos a fazer.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, eu na minha opinião, eu acho que estive atenta, eu percebi perfeitamente o argumentário de um lado e o outro. -----

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para perguntar à Presidente da Assembleia se ela permite que faça pedido de esclarecimento e depois o senhor Presidente responderá. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não. Vamos encerrar isto e vamos pôr à votação. Peço desculpa, eu não vou aceitar mais cedências de tempo neste momento, já foi, não aceito, não aceito. Eu não aceito mais cedência de tempo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, desculpe, não, ó senhora Presidente, então vai-me obrigar a invocar o regimento. Não, não, desculpe. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o argumentário foi claríssimo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a senhora Presidente não interrompe os trabalhos ao seu critério. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, a matéria que está aqui em discussão... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, peço imensa desculpa, vai-me obrigar a invocar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o regimento e vou-lhe pedir um minuto para invocar o regimento! Não, é que se vamos por aí... eu não me vou calar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, pode invocar o que quiser. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu não me vou calar enquanto a senhora não me der um minuto para... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não se cala e eu não lhe dou o tempo! -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, desculpe, eu estou a invocar o regimento. Eu a partir deste momento, senhora Presidente, eu a partir deste momento estou a invocar o regimento, estou a invocar o regimento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer «discussão e votação da autorização prévia genérica favorável». É tão simples como isto. Quem está contra, está contra, quem está a favor, está a favor, quem se queira abster, abstém-se. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não. Ó senhora Presidente, a partir deste momento estou a invocar o regimento para usar da palavra. A senhora tem que me dar o tempo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vai pôr à votação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, desculpe lá, eu estou a invocar o regimento, senhora Presidente, não vale a pena. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, pode invocar o regimento, mas quem está a liderar os trabalhos, a dirigir os trabalhos sou eu. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, então tem que me dar tempo para invocar o regimento, não será? Não, a senhora está a impedir uma intervenção. Ó senhora Presidente, eu não lhe admito que a senhora não cumpra o regimento. Isso é um comportamento arbitrário da sua parte. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu sou a Presidente da Assembleia Municipal, tem regras, ninguém deve falar mais alto do que eu e deve-me deixar falar. Ainda não me deixou falar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, é um comportamento arbitrário da sua parte que eu não lhe admito e nem permito senhora Presidente. Não, desculpe lá, a senhora não vai impedir, a senhora não vai impedir. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, faça favor de falar o tempo que quiser, faça favor de falar o tempo que quiser. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, desculpe, a senhora não me vai impedir de invocar o regimento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, invoque o regimento, está aqui a mesa, invoque o regimento. Senhora deputada, qual é a norma do regimento, faça favor de invocar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, seja justa e seja isenta na condução dos trabalhos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mais isenta? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, mais isenta sim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então qual é a isenção que pretende, se faz favor. Faça lá a intervenção nos trinta segundos, se faz favor. Já agora, não invoque porque o estado é laico, se faz favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, eu sou católico, tenho liberdade para ser católico. -----

----- O pedido de esclarecimento é muito simples, senhor Presidente. O senhor referiu aí dois contratos de informática, se bem percebi, e eu perguntava-lhe se estão pendentes da sua secretária devido a um atraso desta Assembleia. Gostava que me explicasse se é por isso que estão à espera da sua assinatura. Era só isto.

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** – Discussão e Votação de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de Compromissos Plurianuais ou à sua Reprogramação a conferir à Câmara Municipal para o ano de 2025, quando resultem de Planos ou Programas plurianuais legalmente aprovados, nos termos do disposto no art. 22º nº1 conjugado com o nº6, do Dec. Lei nº197/99, de 08/06, do art. 46º-B da Lei 73/2013, de 03/09, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do art.º 6º da Lei nº8/12 de 21/02 e do art. 12º, nº1 e nº2 do Dec. Lei



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nº127/12, de 21/06, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 23/25, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	3	3	2	0	1	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovada, **por maioria**, a Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de Compromissos Plurianuais ou à sua Reprogramação a conferir à Câmara Municipal para o ano de 2025, quando resultem de Planos ou Programas plurianuais legalmente aprovados, nos termos do disposto no art. 22º nº1 conjugado com o nº6, do Dec. Lei nº197/99, de 08/06, do art. 46º-B da Lei 73/2013, de 03/09, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do art.º 6º da Lei nº8/12 de 21/02 e do art. 12º, nº1 e nº2 do Dec. Lei nº127/12, de 21/06, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 23/25**.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-d)** – Discussão e votação do Contrato-Programa de Preços Sociais para o ano de 2025 a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas de Resíduos de Portimão, EM. SA., nos termos da Proposta - **Deliberação nº 43/25**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era para pedir um esclarecimento aqui sobre este ponto. Diz-se aqui na proposta que o montante são duzentos mil euros e a questão é, parece-nos um bocadinho evidente, mas, enfim, eu já adivinho a resposta, mas queria que fosse aqui esclarecido expressamente é se, a primeira questão se o montante é suficiente ou não em termos expetáveis para aquilo que será a dimensão do apoio e caso não seja suficiente o que é que o executivo propõe para fazer face eventualmente a essa insuficiência. Eu sinceramente não tenho aqui informação para dizer se realmente chega ou não este montante para os apoios necessários em termos de tarifa social, mas deduzo que o montante que está aqui aprovisionado assenta no montante que foi sendo aqui aplicado nos anos anteriores, portanto haverá aqui um universo digamos de beneficiários que eventualmente justifica este montante. A questão é saber se é necessário até tendo em conta aquilo que discutimos aqui no ponto 4-b), não é, que era a renovação automática, etc. e eventualmente até o aumento expetável beneficiário de tarifa social. Portanto, gostava que explicassem essa questão. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, relativamente aqui ao contrato que é apresentado tenho aqui algumas questões. Gostaria de saber se estes consumos médios por cliente que beneficiam da tarifa social se correspondem, ou melhor, se estão em linha com aquilo que é os restantes consumidores, ou se existe uma variação dos mesmos, tendo em conta que têm um preço especial, se existe mais ou menos consumo, ou se estão em linha e também ressaltar aqui uma preocupação que tendo em conta os dados que são aqui apresentados de janeiro a setembro de 2024 existe um aumento considerável no ano de 2024 em que acompanhávamos uma situação de seca e que continuamos em situação de seca atualmente, que face aos dados que aqui são apresentados que em 2023 o consumo médio por metro cúbico por cliente mês era de oito ponto trinta e um zero nove metros cúbicos e pelas minhas contas dos dados que aqui são apresentados em 2024 cifrava-se em nove ponto quarenta e nove, ou seja, um aumento significativo e daí é que advém a pergunta se estes consumos dos clientes das pessoas que beneficiam de tarifa social se está alinhada com aquilo que é o restante consumo, ou se, por outro lado, quem beneficia de tarifa social acaba por ter um consumo superior, porque tem um custo mais diminuto. Era esta a pergunta que tinha, e depois também questionar se existem, tendo em conta este aumento elevado de consumo que existe face a 2023 e face até 2019, estava mais ou menos estabilizado, se existem medidas de consciencialização específica para estes beneficiários, tendo em conta que eles beneficiam de um apoio e que é pago por todos os municípios e tendo em conta novamente a situação de seca atual. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a verba em 2024 foram cento e setenta mil euros. Por isso agora o que estamos a pedir são duzentos mil euros, mas se for necessário traremos aqui para a revisão do contrato e, portanto, se for necessário mais, faremos uma proposta para a revisão do contrato que será proposto à Câmara e também depois para esta Assembleia. -----

----- Quanto às perguntas do senhor deputado Ricardo Cândido, estes de sensibilização existem, não especificamente para os consumidores de tarifa social e de resto estão em linha com a restante população. Portanto, estamos na mesma linha, não há aqui nenhum desvio nem para mais, nem para menos. É um nadinha de nada, mas não, não é nada. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** – Discussão e votação do Contrato-Programa de Preços Sociais para o ano de 2025 a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas de Resíduos de Portimão, EM. SA., nos termos da Proposta - **Deliberação nº 43/25, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
----------	----	---------	-------	-------------------------	----	----------------------	-----	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por unanimidade**, o Contrato-Programa de Preços Sociais para o ano de 2025 a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas de Resíduos de Portimão, EM. SA., nos termos da Proposta - **Deliberação nº 43/25**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-e)** – Discussão e Votação do Regulamento do Prémio Municipal do Voluntariado, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 71/25**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tem aqui uma dúvida. Relativamente aqui ao regulamento, tenho aqui uma dúvida que se prende aqui com a atribuição dos selos que está prevista no artigo, deixem-me aqui chegar, e queria saber se a interpretação que eu faço aqui do projeto regulamento que vem está correta ou não. Pronto, há aqui, estão previstas candidaturas e depois salvo erro, portanto a atribuição de prémio para a candidatura vencedora diz que é atribuído aqui no artigo sétimo, portanto diz que é atribuído um prémio monetário à escola vencedora de quatro mil e quinhentos euros, à instituição vencedora um ano no valor de três mil e quinhentos euros. Depois, no número quatro e a minha dúvida é essa, diz que a par dos prémios são atribuídos selos com a validade de dois anos, período em que as escolas e as instituições não se podem recandidatar. Portanto, a minha dúvida e a minha questão é, se de facto quem ganha o prémio num determinado ano depois fica impedido de se recandidatar nos dois anos seguintes, ficando só com a atribuição do selo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu sobre esta deliberação diria que para melhor apoio e distinção às práticas de voluntariado, a autarquia portimonense instituiu em 2019 o prémio do voluntariado para promoção da responsabilidade social e cidadania ativa. -----

----- O referido prémio visa estimular o embrionar de projetos inovadores que possam contribuir para o melhoramento da qualidade de vida, incluindo crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, sem-abrigo, migrantes e em situações vulneráveis. -----

----- Este prémio incentivará ainda o fortalecimento da rede de solidariedade, um envolvimento na conduta humanitária da comunidade, uma melhor qualidade de vida, um desenvolvimento de competências, uma valorização e reforço da identidade local, um conselho solidário, uma captação de investimentos e parcerias na promoção do turismo solidário, atraindo interesse quem sabe de visitantes interessados em experiências de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



voluntariado, entre outros, e já agora porque não evocar projetos literários que possam combater a corrupção, a sazonalidade e a letargia laboral no concelho. Serão sempre bem-vindos. -----

----- A bancada municipal do Partido Chega saúda e vota favoravelmente este regulamento. Obrigada. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, algumas questões aqui relativamente ao regulamento que é apresentado, em particular relativamente ao júri que é apenas constituído, é nomeado pela Câmara Municipal, liderado pela senhora Vice-Presidente, parece-me que o regulamento não devia ser tão específico, diz a Vice-Presidente do pelouro, será pelo pelouro porque no futuro pode não ser a Vice-Presidente, só por isso, mas entendo que este júri podia ser constituído, por exemplo, nomeadamente por um representante desta mesma Assembleia para não ser fechado apenas na Câmara Municipal. -----

----- Outra dúvida que tinha é que, parece-me que apenas as associações, ou escolas se podem autopropor, não se pode, alguém de fora pode propor essas mesmas associações. Pelo menos daquilo que li aqui apresentado, fiquei com a ideia que apenas pode ser uma autoproposta, uma autocandidatura, e não de fora, e que acho que devia ser, portanto devia de ser possível também que outras pessoas pudessem candidatar, tanto associações ou que não tenham conhecimento ou capacidade para o fazer, haver esse entendimento. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu em relação a este ponto, a esta proposta de regulamento queria dizer o seguinte. Embora ache que a intenção é louvável e parece-me que é uma proposta meritória, enfim, na sua substância, há aqui uma questão de forma que não é só uma questão de forma, embora seja uma questão meramente técnica, mas que eu não consigo deixar de fazer observação, senhor Presidente e senhora vereadora. O regulamento municipal é uma competência da autarquia e mandam as boas práticas que logo no início sejam identificadas as normas habilitantes, as normas que habilitam a autarquia a emitir o regulamento, e essa é, enfim, eu diria que é sempre a prática que é usada aqui, quase sempre, pelo menos daquilo que eu tenho de memória nos regulamentos que aqui vêm e é assim em todo o lado e aqui se calhar por esquecimento ou por alguma distração começamos logo no artigo primeiro pelos objetivos do regulamento. Portanto, falta aqui essa fundamentação que é meramente jurídica, mas que deve constar num documento deste tipo e, portanto, não sei se há alguma explicação para isso, mas eventualmente poderá ter sido aqui algum lapso que admito que possa ter ocorrido, enfim, embora não seja obrigatório mandam as boas práticas que devesse constar aqui um artigo inicial com essa legislação habilitante que, enfim, que permitiria perceber ao abrigo de que normas é que a Câmara imite este regulamento. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que vai passar à senhora Vice-Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às questões levantadas quanto a este regulamento, no que diz respeito, vai começar pela última. Como disse, não é obrigatório, é verdade que podia estar contido, este regulamento já passou por discussão pública, também não houve essa sugestão, podia estar, não está não é impeditivo, mas é verdade que poderia ter sido considerado, não foi e foi revisto pelos nossos serviços tanto da ação social, como o jurídico e ninguém acabou por, e eu também não me lembrei. Pronto, na verdade, acaba por ser, não existe uma explicação, outra explicação podia aqui no preâmbulo isso estar e normalmente está, desta vez não estive, mas como não é impeditivo penso que podemos ultrapassar. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo deputado Cândido, ou fui eu que não percebi a questão, mas podem-se candidatar escolas que dantes não tínhamos essa valência de se poderem candidatar, mas também continuam a poder candidatar-se instituições a organizações sem fins lucrativos privados ou públicos que tenham trabalho relevante nesta área. -----

----- O que foi retirado foi os individuais, porque tínhamos essa categoria dos individuais e realmente era todos os anos nas diferentes edições do prémio apareciam poucas pessoas, os projetos tinham pouca qualidade e depois conseguir implementar o projeto e nós acompanharmos a implementação desse projeto era muito difícil e na realidade o resultado não era o melhor e por isso achámos que não devia haver continuidade na categoria individual e optámos por colocar a categoria escola. -----

----- Depois, dizer relativamente às questões levantadas ainda pelo senhor deputado Cândido relativamente ao júri, o júri, sim, diz a questão da Vice-Presidente, é verdade que agora a Vice-Presidente tem, mas não é a Vice-Presidente deveria ser a vereadora, mas também depois diz que é com o pelouro da ação social, portanto quem tiver o pelouro, certamente o senhor Presidente depois vai delegar, irá delegar nessa pessoa e estão também e é constituído por ela, mas também por representantes das entidades parceiras de mérito reconhecido na arte do voluntariado e também neste júri tínhamos a universidade e o hospital e tínhamos várias pessoas. Depois, essa constituição do júri irá à reunião de Câmara e será constituído o júri. Agora, neste momento é só aqui a questão do regulamento. -----

----- Depois, quanto aos selos, o porquê de ser por dois anos. Nestas últimas três edições a verdade é que haviam instituições que todos os anos se candidatavam e depois acabavam por se aprimorar na sua candidatura e no seu projeto e todos os anos acabavam por ganhar e por isso achámos que devíamos fazer aqui de fora, porque têm o selo por dois anos podem-se candidatar passados dois anos. Acabámos por fazer aqui este ano de intervalo e não se candidatarem todos os anos para darmos oportunidade a que todos possam vir a vencer. Também é verdade que temos aqui mais critérios, mais formas de pontuar que não tínhamos anteriormente tantas formas de pontuar. Tentámos melhorar o regulamento, porque na última edição já foi muito difícil atribuir aqui o prémio de voluntariado e nós queremos realmente que este prémio continue, que existam instituições



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tanto associações e particulares que o façam portanto, e, ainda as escolas que queremos de alguma forma promover uma cidadania ativa e daí estas alterações ao regulamento. -----

----- Dizer que fomos pelo segundo ano consecutivo considerados município com boas práticas na área do voluntariado e queremos continuar a ser e esta é uma das razões, também o facto de termos este prémio e reconhecermos o trabalho das instituições. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, apesar da explicação da senhora Vice-Presidente, o Bloco pensa que aqui a participação comunitária, seria mais interessante envolver a população na escolha dos vencedores através de votações públicas ou júris mistos para que se tornasse este processo mais democrático e mais participativo. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e) – Discussão e Votação do Regulamento do Prémio Municipal do Voluntariado**, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 71/25, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por unanimidade**, o Regulamento do Prémio Municipal do Voluntariado, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 71/25**. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e quarenta e seis minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, deu por concluída a 2ª reunião da 1ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e cinco, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)

Exma. Sr.^a
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
PORTIMÃO

amp.alem-portimao.pt

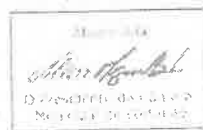
s/referência	s/ comunicação de	n/ referência	data
		DGUM/SAE/FM/967	3446 2025/03/18

Assunto: INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS – 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025
Nipg n.º 15387/25

Relativamente à intervenção dos cidadãos realizada na 1.ª Sessão Ordinária, do dia 24 de fevereiro de 2025, conforme despacho de 2025/03/17, do Sr. Vereador José Pedro Cardoso, informo que a reunião com a requerente já teve lugar e deverá a mesma dar cumprimento ao último ofício.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(ALVARO BILA)

/FM



Ao Sr. Vereador José Cardoso.

ATE\abila 17-03-2025

Alvaro Bito
Alvaro Bito
O Presidente da Câmara
Municipal de Portimão

Informe-se a Assembleia Municipal que a reunião com a requerente já teve lugar e a requerente deve dar cumprimento ao último ofício.

ATE\jose_hc 17-03-2025

João Pedro Gonçalves
João Pedro Gonçalves
O Vereador Unidário
do Presidente da Câmara

A Assembleia Municipal tomou conhecimento
ATE\telma_m 19-03-2025

Telma Mendes
Telma Mendes
Assistente Técnica

À Firma
SODILAGOA - SOCIEDADE DE GESTÃO
IMOBILIÁRIA, LDA
MATO SERRAO

8400-428 LAGOA

s/referência	s/ comunicação de	n/ referência	data
		DGUM/SAE/SN/982	4127 2024/03/22
Ofício Registrado			

Assunto: INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA OBRAS DE EDIFICAÇÃO
Proc. n.º 148/23, Req. n.º 19276/23

Relativamente ao pedido de informação prévia para obras de edificação, localizada na Av. Francisco Florêncio, Lugar Cruz da Parteira, Aldeia Nova da Boavista, Portimão, conforme despacho de 2024/03/21, do Sr. Vereador João Gambôa, junto se envia fotocópia da informação n.º 192/DOGEP/DGRV/JS/2023, com todos os pareceres.

Sem mais, despedimo-nos com os melhores cumprimentos,

POR DELEGAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA

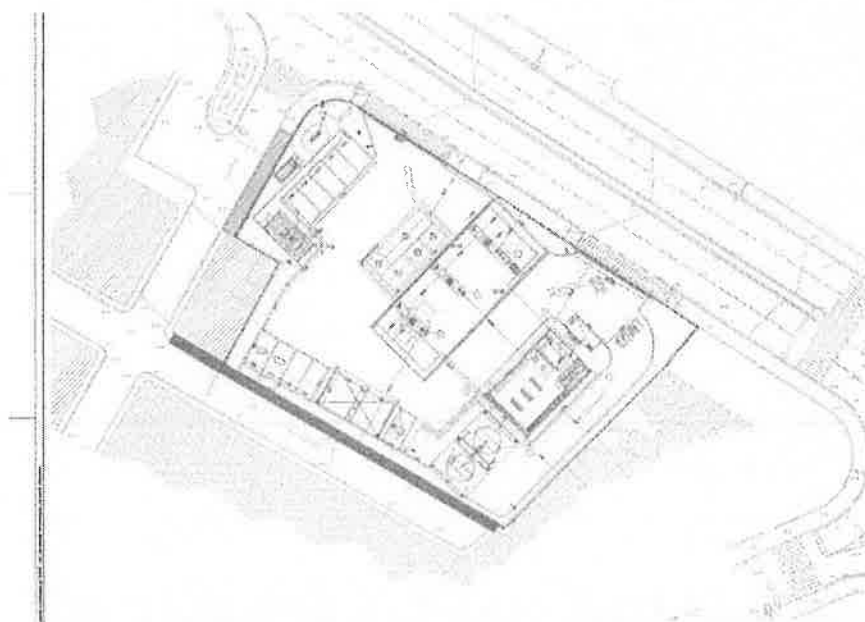


(Ricardo Tomé)
DIRETOR DE DEPARTAMENTO

/SN



1 Concordo. Devo, no entanto, acrescentar a minha concordância com a Inf. 096/DGUM/DGU/OR/2023 de 18/10/2023, na qual a técnica consultora solicita a inclusão de corredores para entrada e saída de veículos, que permitam a promoção de circulação viária sem causar interrupções, nem conflitos na circulação de veículos c/a via adjacente e o acesso à Aldeia Nova face a um equipamento como o proposto para este local.	6 Considerando as informações prestadas, DGU, DOGEP e do Diretor do DGUM; sugere-se que, previamente à notificação ao requerente da decisão técnica, venha a Câmara pronunciar-se quanto à pertinência do Posto de Abastecimento de Combustíveis no local, face ao uso habitacional existente.
2 ATE\paulog 27-11-2023	7 OBP\edite 24-01-2024 Deixa-se o assunto á Consideração Superior, sugerindo-se que o mesmo seja remetido para apreciação pela competente Câmara Municipal. ATE\bizarro 29-01-2024
3 À DGU Sem prejuízo do cumprimento do exposto na informação técnica da DGRV, sou de reforçar o referido na informação técnica do DGUM e que o Diretor DOGEP refere. Com efeito, reservam-nos fortes reticências sobre os estrangulamentos à mobilidade, e risco para a circulação na Av. Francisco Florêncio, caso não sejam acautelados os corredores de desaceleração (entrada) e de saída do posto de combustível ora proposto. Tenho ainda dúvidas,	8 Levar à reunião. ATE\jgamboa 14-03-2024
4 e deverá ser salvaguardado, eventuais conflitos relacionados com o ruído nos edifícios adjacentes. ATE\bizarro 29-11-2023	9 O assunto foi retirado da reunião. Transmite-se a informação com todos os pareceres ao requerente. ATE\jgamboa 21-03-2024
5	10



Planta de Implantação, desenho N.º 2 - Rua da Independência;

3.3 Na Rua da Independência, na fachada tardoz do proposto, verifica-se um impasse com aproximadamente 50 ml de comprimento, obrigando assim, à observância do estipulado no ponto anterior.

5. Conclusão

Face ao exposto, considera-se que a viabilidade da construção e montagem do posto de abastecimento de combustíveis, está dependente do cumprimento da referida legislação, no que respeita ao impasse criado na Rua da Independência.

À consideração superior.

